

ANEXO II

Cronograma das Audiências Públicas

Audiência pública com Conselho Nacional de Educação (CNE)	11 de maio, às 11h	Auditório do CNE, em Brasília (DF), com transmissão no canal do MEC no YouTube
---	--------------------	--

<https://www.youtube.com/watch?v=jFHZgUJEgSc>

Audiência pública com Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede)	24 de maio, às 14h	Auditório da Capes, em Brasília (DF), com transmissão no Canal do MEC no YouTube
--	--------------------	--

<https://www.youtube.com/watch?v=28KeQ6BTPGY>

Audiência pública com Fórum Nacional de Educação (FNE)	29 de maio, às 9h	Auditório da Capes, em Brasília (DF), com transmissão no canal do MEC no YouTube
--	-------------------	--

https://www.youtube.com/watch?v=iDMS6jWI_PE

Audiência pública com Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed)	3 de julho, às 15h	Hotel Windsor SHN Q. 1 Conjunto A Bl. A - Asa Norte, Brasília - DF, com transmissão no canal do MEC no YouTube
---	--------------------	--

https://www.youtube.com/watch?v=iDMS6jWI_PE



Documentos Anexos

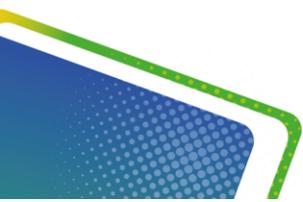
Em anexo seguem as relatorias acerca das proposições entregues ao MEC pelas entidades participantes das Audiências Públicas previstas no cronograma da Consulta Pública NEM

ANEXO II.1

Relatoria das Audiências Públicas CNE e FONCEDE

ANEXO II.2

Relatoria da Audiências com o Fórum Nacional de Educação e CONSED



Relatoria Audiências Públicas CNE e FONCEDE

Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação

Sumário

1. Introdução

2. Relatoria da audiência com o Conselho Nacional de Educação (CNE)

2.1 Principais pontos abordados

3. Relatoria da audiência com o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede)

3.1 Principais pontos abordados

4. Apêndice: Transcrição das audiências

Anexo: Documento do Foncede



1. Introdução

Tendo como referência fundamental o texto da Portaria nº 399, de 8 de março de 2023, este relatório atende aos resultados de uma parte da consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio. Com o suporte da coordenação da Secretaria de Articulação Intersectorial e com os Sistemas de Ensino (Sase), neste documento serão contempladas as consultas implementadas pelo inciso I do Artigo 3º, relativas às audiências públicas. Mais especificamente, este texto está centrado nas audiências realizadas com o Conselho Nacional de Educação (CNE) e com o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede).

Conforme explicitado no Artigo 1º, o objetivo da Portaria é

Instituir a consulta pública para avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio, com objetivo de abrir o diálogo com a sociedade civil, a comunidade escolar, os profissionais do magistério, as equipes técnicas dos sistemas de ensino, os estudantes, os pesquisadores e os especialistas do campo da educação para a coleta de subsídios para a tomada de decisão do Ministério da Educação - MEC acerca dos atos normativos que regulamentam o Novo Ensino Médio (BRASIL, 2023).

Nesse sentido, o objetivo deste relatório é se ater especificamente ao que a portaria propõe, ou seja, pontuar, nas referidas audiências, quais são as proposições acerca da avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio. Para isso, serão analisados os textos referentes às transcrições dessas oitavas, pontuando globalmente quais as questões principais abordadas em cada uma das circunstâncias.

Em seguida, após a análise de ambas as ocasiões, serão avaliados quais os pontos em comum aventados. Esse trabalho, dessa forma, propõe ser um ponto inicial na construção de um relatório final, em que conste todas as relatorias referentes à consulta pública, no sentido de obtermos o maior aproveitamento possível dos momentos em presença de estudantes, professores, especialistas, gestores e pesquisadores sobre as experiências de implementação do Novo Ensino Médio (Nem). Assim, este relatório foi dividido nas seguintes partes: 1) Introdução; 2) Relatoria da audiência com o Conselho Nacional de Educação (CNE); 2.1) Principais pontos abordados; 3) Relatoria da audiência com o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede); 3.1) Principais pontos abordados; 4) Transcrição das audiências; 5) Anexos.

Antes de analisar diretamente o conteúdo destas audiências, é importante percebermos, por meio de uma pré-análise (BARDIN, 2011), de que forma foram distribuídos e aventados pontos específicos que concernem à reforma do Ensino Médio. É, portanto, importante considerar a atenção dispensada por parte de cada um dos conselheiros ao

longo de suas falas e refletir sobre as experiências inscritas em cada uma delas. Assim, para finalidade de análise exploratória, a relatoria será realizada por meio da mediação integral das falas, em sua sequência cronológica, e os dados considerados mais importantes e mais tematizados serão desenvolvidos na sequência. Para isto, os dados disponibilizados no Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) – 2022 foram agregados tendo em vista a importância de desenvolver as falas dos conselheiros que se apresentaram.

A escolha por trabalhar com análise de conteúdo sobre essas audiências corrobora a ideia de que focar este estudo em falas de “elite”, no que diz respeito à hierarquia das representações ouvidas, tem sentido tendo em vista que esse tipo de conteúdo dito tende a se espalhar verticalmente. Dessa forma, o que é tratado aqui, nas relatorias, também costuma ser tematizado em outras publicações, redes sociais, materiais institucionais etc. Dessa forma, ressaltamos a importância de estudar esse tipo de conteúdo de forma analítica.

1. Relatoria da audiência com o Conselho Nacional de Educação (CNE)

A Audiência Pública com o Conselho Nacional de Educação (CNE) foi a primeira realizada e ocorreu no dia 11 de maio de 2023, às 11h da manhã, no auditório do CNE, em Brasília, com transmissão ao vivo pelo canal do MEC, no youtube.

O colegiado foi composto pelos seguintes nomes, os quais estiveram presentes no local: Luiz Roberto Liza Curi (Presidente do Conselho Nacional de Educação), Amábile Aparecida Pacios (Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação), Suely Melo de Castro Menezes (Vice-Presidente da Câmara), Gabriel Giannattasio, Leila Soares de Souza Perussolo, Márcia Teixeira Sebastiani, Tiago Tondinelli, Valseni José Pereira Braga, Walter Eustáquio Ribeiro, Wiliam Ferreira da Cunha; Conselheiros da Câmara de Educação Superior: Alysson Massote Carvalho (Presidente da Câmara), Aristides Cimadon (Vice-Presidente da Câmara), Anderson Luiz Bezerra da Silveira, André Guilherme Lemos Jorge, Denise Pires de Carvalho (Membro nato), Elizabeth Regina Nunes Guedes, Henrique Sartori de Almeida Prado, José BarrosoFilho, Luciane Bisognin Ceretta, Mauro Luiz Rabelo e Paulo Fossatti. Além desses, o secretário Maurício Holanda Maia, representando a Sase, participou de toda a ocasião.

De início, o Presidente Luiz Roberto Curi abriu a palavra e cumprimentou a todos. Falou da importância dos debates nacionais acerca das perspectivas, reordenamentos, readaptações e confirmações através da escuta nacional para o andamento da reforma do Ensino Médio. Em seguida, passou a palavra para o secretário Maurício Holanda, que concebeu a abertura e falou a respeito da importância de se estabelecer um diálogo com o conjunto dos conselheiros acerca das ações esperadas no grupo de trabalho. Nesse

sentido, Maurício explicou que, dentro de um clima de diálogo mais razoável, é necessário ver o que é possível modificar na convergência de opiniões tanto de gestores estaduais quanto das instituições críticas sobre muitos aspectos da reforma: construir soluções consensuadas em torno de normas legais que possam diminuir a tensão em torno dessa questão, de modo que a primeira iniciativa que o Ministro decidiu tomar foi de abrir um amplo e diversificado processo de consulta, a todos os concernidos nessa questão.

Luiz Roberto Curi retoma a palavra e dá início ao debate dizendo que o Novo Ensino Médio diz respeito a perspectivas que se abrem, à carga horária, e à adaptação do tempo integral, que é uma realidade mundial, com êxitos no Ceará e no Maranhão. Pontua que o Nem amplia a perspectiva de continuidade dos estudantes no Ensino Superior e que é importante ter em mente a trajetória do estudante, dos estudantes que ingressam no ensino público. Menciona a questão da evasão, explicando que poucos estudantes vão para a universidade, tendo em vista a queda de estudantes entre 18 e 24 anos que alcançam o Ensino Superior. Para o presidente, os estudantes não estão tendo interesse em continuar e estão tendo restrições de renda, que os impedem e os constroem a entrar na educação superior. Dando relevância à educação tecnológica, é apontado que muitos jovens que se formam no Ensino Médio poderiam se formar empregados, já integrados ao mercado de trabalho. Segundo Curi, isso não acontece, e essa realidade é muito ruim para o país, que tem demonstrado uma estatística de jovens desempregados.

Em seguida, passa a palavra para a presidente Amábil Pacios, que inicia dizendo ter um forte vínculo com a escola particular. Pacios diz que entende e acolhe o texto da Reforma do Ensino Médio proposto pelo CNE e pontua duas coisas que foram importantes na escola particular: 1- Projeto de Vida, o qual foi induzido pela reforma do Ensino Médio e é uma grande contribuição; 2- Menciona que não quer perder o itinerário profissionalizante, que está sendo bem implantado nas escolas particulares. A professora disse que, dentro do contexto particular de ensino, a reforma foi bem absorvida, até no 3º ano. Segundo ela, precisa-se ter um espírito de colaboração sabendo que temos coisas a melhorar no sistema particular e no sistema público.

Na sequência, Suely Melo menciona o problema da dissociação entre Educação Básica e mundo do trabalho. Para a vice-presidente, toda reforma grande traz desconfortos, e o clamor em torno do Nem legitima a necessidade de revisão. A estrutura é boa, mas a forma de operar precisa ser revista. A professora ratifica que o Conselho atualmente representa o que a CEB acredita, mas coloca-se aberta à escuta, após análises qualificadas, para fazer revisões. Segundo ela, revogar não pode estar na pauta.

Suely Melo passa a palavra para Márcia Sebastiani, que ressalta em sua fala duas questões: a implantação do Nem, que considerou difícil pela magnitude do projeto; e a importância dos itinerários formativos, os quais acredita serem fundamentais. Segundo Melo, “a questão não está na quantidade e números de horas, mas na qualidade que o



professor vai trabalhar seu conteúdo”. Leila Perussolo, em seguida, fala novamente sobre a dificuldade na implantação do Nem, tendo em vista a pandemia e seus impactos. Sugere que experiências exitosas sejam compartilhadas por meio de redes de trocas. Ainda, Perussolo sugere a necessidade de pensar nas regiões específicas por meio de ações intersetoriais.

Em seguida, Valseni Braga diz que a palavra de ordem a respeito da reforma é “aprimorar”. O conselheiro explica que, para ele, a reforma traz o protagonismo do estudante, que deixa de ser um consumidor de aprendizado para participar das decisões, por meio dos itinerários. Braga passa a palavra para Walter Eustáquio que faz duas menções que considera importantes: a primeira diz respeito à inserção de milhares de jovens no mundo do trabalho, que ocorrerá pelo Nem, de acordo com ele; e, a segunda remete à contextualização histórica, indicando que estamos em um processo que já se iniciou há algum tempo, em governos anteriores.

Na sequência, é passada a palavra para Alysso Massote, presidente da Câmara de Educação Superior do CNE. Para ele, é urgente que o governo defina uma estratégia em breve para tranquilizar pais, alunos, professores e gestores a respeito do Enem, especialmente. Ainda, Massote diz que é preciso enfatizar a natureza dos itinerários e sua característica diversa, e que a proposta de reforma carece de uma política de formação dos professores. Paulo Fossatti, em seguida, dando continuidade ao que estava sendo dito, diz não acreditar em nenhum projeto de Ensino Médio que vá galgar êxito se não for levada a sério a formação dos professores. José Barroso Filho, em seguida, pontua novamente sobre a evasão no Ensino Médio e sugere trazer para o conselho esse debate.

Aristides Cimadon dá seguimento dizendo que vê a necessidade de revisão, mas não de revogação. Ele pontua que vivemos em um país continental com diversidades enormes e que não é possível continuar fazendo normas que todos devem se enquadrar. Cimadon sugere que os sistemas de ensino dos Estados construam as necessidades específicas de acordo com as necessidades estaduais. Cimadon diz que vai trabalhar no sentido de que as mudanças contribuam para dar aos sistemas de ensino autonomia para especificidades. Concluindo, diz que é necessária uma grande política de formação de professores para dar infraestrutura aos Estados e formação técnica aos jovens.

Em seguida, Anderson Luiz Silveira diz que dois detalhes são primordiais na observação da implantação: pensar como oportunizar às escolas públicas a oferta de diferentes itinerários formativos; e que o itinerário formativo não coloca mais como obrigatória a atividade de educação física, a qual é, segundo ele, a única



oportunidade de muitos para a realização da prática. A conselheira Elizabeth Regina dá continuidade frisando, mais uma vez, a necessidade de atenção à diversidade quando se fala em implantação. Segundo ela, pela percepção do conjunto das falas, o Conselho está corroborando com o trabalho que já foi feito e está pensando em melhorar o sistema. O que ainda a aflige, naquela circunstância, é a insegurança sobre a revogação ou manutenção do Nem.

O conselheiro Mauro Luiz Rabelo, na sequência, diz acreditar que, atualmente, vem sendo trilhado o caminho certo, com o Nem. Rabelo diz que foi aprovado um modelo do ENEM aliado à reforma, com o objetivo de dar uma tranquilidade para os jovens e as famílias. Reforça, também, a importância dos itinerários na formação profissional. Segundo ele, o desenho está bem posto, mas dá pra fazer ajustes. Ainda, na sua fala, ressaltou o investimento financeiro e estrutural que foi realizado para a implementação do Nem. Finaliza pontuando o trabalho que foi realizado de quase 1 ano sobre o modelo do novo Enem que se adequaria à nova proposta.

Ricardo Tonassi toma a palavra e diz que é preciso respeitar as peculiaridades de cada local. Rever, por exemplo, que o Mato Grosso do Sul tenha obrigatoriedade da língua inglesa, quando o Estado faz fronteira com dois países de língua espanhola. Ao final, passa a palavra para o secretário Maurício, que faz as considerações finais e conclui a sessão, juntamente ao Presidente do Conselho Nacional de Educação, Luiz Roberto Liza Curi.

2.1. Principais pontos abordados

- Evasão escolar no EM

Identificou-se com recorrência a tematização da evasão escolar nas falas dos conselheiros. Especialmente nas de Paulo Fosatti e Luiz Roberto Curi, atual presidente do CNE.

Conforme colocado no Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022, a evolução no acesso à educação básica observada durante o período do PNE 2014-2024 sofre um sobressalto entre os anos de 2020 e 2021 – reflexo da crise causada pela pandemia de covid-19. Dessa forma, como em outros tópicos que serão vistos a seguir, é necessário dar relevância à pandemia como um fator que ampliou sobremaneira a evasão.

Sobre o acesso à escola para a população de 15 a 17 anos, em 2021, o indicador era de 95,3%, isto é, 4,7 p.p. abaixo da meta, de acordo com o Relatório. No mesmo ano, a universalização do acesso à escola para a referida população ainda não tinha sido atingida em nenhuma das grandes regiões da Federação. É válido pontuar, conforme enfatizado no relatório, que, em relação à ampliação do acesso ao ensino médio, a situação é mais



desafiante: “em 2021, 74,5% da população de 15 a 17 anos frequentava a etapa ou já havia concluído a educação básica, número que era 10,5 p.p. inferior à meta de 85%, estabelecida para 2024”.

- Relevância da educação tecnológica e do itinerário profissionalizante no Novo Ensino Médio;

É nítida a relevância com a qual essa temática foi apresentada por representantes dos setores privados de ensino. Amábile Pacios, por exemplo, afirmou que “não quer perder o itinerário profissionalizante que está sendo bem implantado nas escolas particulares”. Juntamente a ela, Alysson Massote e Mauro Luiz Rabelo também apresentaram preocupação nesse sentido.

De toda forma, triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica (EPT) de Nível Médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público é a 11ª meta do Plano Nacional de Educação (PNE). No período de 2013 a 2021, houve uma expansão do número absoluto de matrículas de educação profissional técnica de nível médio no Brasil. De 1.602.946 matrículas, em 2013, passou-se a 1.851.541, em 2021, totalizando um crescimento de aproximadamente 15,5% no período. Entretanto, para o atingimento da meta, seria necessário um crescimento de 200%. Assim, um dos pontos importantes, de acordo com os conselheiros, é que se mantenha em vista o aspecto profissionalizante aventado pelo Nem.

- Dificuldades da implantação do Nem em contexto de pandemia;

De acordo com o Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022, no decorrer do período da pandemia, intensificaram-se os desafios para garantir um acompanhamento acurado das metas do PNE. Dessa forma, o contexto pandêmico impactou a coleta de dados por parte das instituições produtoras, que precisaram adotar, em caráter de urgência, novas maneiras de captação da informação e restrições quanto a coletas previamente programadas. Conforme se destacou nas Notas Metodológicas do Relatório, foi visto que a pandemia afetou a produção de estatísticas educacionais de maneira geral: “Mais do que produzir impactos nas estatísticas educacionais, a pandemia afetou sobremaneira a qualidade e o direito à educação”.

Isso se refletiu, por exemplo, no fechamento de escolas, na adoção urgente de novas formas de ensino, na interrupção de projetos em curso e na restrição do convívio comunitário e social. Eles ocorreram em um cenário que já comportava inúmeras desigualdades no tocante ao acesso, à conclusão, ao aprendizado, ao nível

socioeconômico, à infraestrutura e às oportunidades de ensino. A pandemia, assim, conforme observado pelos conselheiros do CNE, aprofundou as dificuldades de implantação do Nem.

- MEC poderia possibilitar de compartilhamento de experiências exitosas na implantação do Nem;

A conselheira Leila Perussolo, em sua fala, diz da dificuldade na implantação do Nem, conforme colocado no ponto anterior. Nesse sentido, como proposição, sugere que experiências de êxito sejam compartilhadas por meio de redes de trocas, sabendo que alguns locais conseguiram lograr mais pontos positivos que negativos no que diz respeito à implantação. Sugere-se, então, que seja feito um mapeamento sobre experiências exitosas e que, na sequência, haja um compartilhamento.

É importante pontuar que muitos problemas expostos estão ligados ao ineditismo do modelo do Nem, ou seja, é válido que essas trocas ocorram de modo a atender as prioridades e características de cada local, validando as dificuldades e favorecimentos dados, atentos às diversidades.

- As palavras de ordem a respeito da reforma são “aprimorar”, “revisar”;

Observou-se, conforme colocado na fala do secretário Maurício Holanda, a repetição dos termos aprimoramento e revisão, dando ênfase à necessidade de melhorias, mas não de revogação da reforma do Ensino Médio. Conforme consta nas transcrições, houve uma incidência de pelo menos sete vezes das palavras “aprimoramento” e “revisão”, associadas ao modelo de Ensino Médio proposto. Dessa maneira, acredita-se que, de forma propositiva, as falas estão engajadas em criar condições para a continuidade do projeto em desenvolvimento.

- É preciso que o MEC enfatize a natureza dos itinerários;

O conselheiro Alysson Massote, em sua fala, diz de uma perspectiva da unidade, pensando na Federação, mas fala a respeito dessa unidade em meio a uma diversidade, a qual, segundo ele, tem de ser considerada. De acordo com o conselheiro, é preciso enfatizar a natureza dos itinerários: qual o propósito, qual o sentido dessa construção pois, se as pessoas compreenderem isso, elas vão perder a ideia de que “Estou perdendo carga horária, estou perdendo conteúdo”. Os professores vão entender que há uma perspectiva de integração que precisa ser identificada.



Sobre isso, é válido destacar a importância de que seja realizada uma descrição mais detalhada, por parte do MEC, sobre como esses itinerários devem ser.

- Proposta da reforma carece de uma política de formação dos professores;

Conforme posicionamento do CNE, há uma proposta de Reforma, no entanto, ela carece de uma política de formação dos professores. Por décadas, os professores trabalharam com uma formação, a qual é segmentada por disciplinas. Agora, com a oportunidade de mudança, surge a necessidade de uma política de Estado, de formação de professores. Dessa maneira, é explicável a dificuldade de muitos professores e agentes da educação terem resistência na aceitação do modelo do Nem, o qual, à primeira vista, desestrutura os formatos anteriores de algumas disciplinas, interferindo em carga-horária e na forma de mediação do conhecimento. Sendo assim, torna-se fundamental tanto o compartilhamento e a troca de boas experiências quanto uma política de formação de professores, para que, mais capacitados, possam se adaptar a um novo modelo, entendendo os motivos sobre os quais essa mudança se embasa.

- Oportunizar às escolas públicas a oferta de diferentes itinerários formativos;

Os currículos do ensino médio são compostos por uma formação geral básica e itinerário formativo, indissociavelmente. Conforme explica o Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022, os itinerários formativos deverão ser estruturados a partir de áreas do conhecimento e da formação técnica e profissional, os itinerários formativos devem ser organizados, considerando: I - Linguagens e suas tecnologias; II - Matemática e suas tecnologias; III - Ciências da natureza e suas tecnologias; IV - Ciências humanas e sociais aplicadas; V - Formação técnica e profissional. Tendo em vista essa base, o CNE sugere que os sistemas de ensino dos Estados construam as necessidades específicas, respeitando as peculiaridades de cada local, conforme explicou o conselheiro Aristides Cimadon.

Conforme indica o Relatório, às escolas, caberá orientar os estudantes na escolha do itinerário formativo. Ainda, deve haver oferta de mais de um itinerário formativo em cada município, em áreas distintas, permitindo a escolha por parte dos estudantes. Sendo assim, é fundamental que, além da rede privada, nas instituições de Ensino Público, haja alguma diversidade de possibilidades eletivas aos estudantes.

- CNE se posiciona contrário à revogação.



2. Relatoria da audiência com o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede)

A Audiência Pública com o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede) foi a segunda realizada e ocorreu no dia 24 de maio de 2023, às 14h, no auditório da Capes, em Brasília, com transmissão ao vivo pelo canal do MEC, no youtube.

Estiveram presentes na audiências os seguintes Acacia Gleci do Amaral Teixeira (ES), Ada Pimentel Gomes (CE), Adelaide Alves (PB), Adriana Aparecida Burato (MS), Aecio Cândido de Sousa (RN), Agenor Fernandes de Souza (RO), Antônio José Castelo Branco (PI), Darci Martins Neves (AM), Davi de Oliveira Santos (MS), Edivania Arcanjo do Nascimento (PE), Elialdo Rodrigues de Oliveira (RR), Eliana Moysis Mussi (DF), Elisete Silva Machado (AC), Elizabete do Rosário Monteiro (AP), Evandro Borges Arantes (TO), Fatima Anise Rodrigues (RS), Felipe Michel Santos (MG), Flavio Roberto de Castro (GO), Geraldo Medeiros Júnior (PB), Gildete Milu Da Silva Sousa (PI), Girlaine Figueiró (MG), Giselly Muniz Lemos De Moraes (PE), Hortência Macedo da Silva (AM), Ivone de Souza Conceição (AP), Jacir Jose Venturi (PR), João Bosco Delfino (SE), João Carlos Gomes (PR), João Carvalho (RR), Juliana Souza Cahet (AL), Kátia Cristina Stocco (SP), Leideana Galvão Bacurau de Farias (RN), Maria Beatriz Mandelert Padovani (PA), Maria Betânia de Carvalho Fidalgo Arroyo (PA), Maria de Fátima Miranda de Lima (AC), Marly do Socorro Peixoto Vidinha (AL), Marcos Elias Moreira (GO), Nilza Therezinha Herbet Stange (ES), Oswaldo Dalpiaz (SC), Paulo Gabriel Soledade Nacif (BA), Pedro Augusto Flexa Ribeiro (RJ), Raimunda Aurila Mais Freire (CE), Regina Maria Silva Galeno (MA), Renir Silva Damasceno (SE), Roberto Gondim Pires (BA), Robson Vila Nova Lopes (TO), Rosa Maira de Araújo Luzardo (MT), Simone Schramm (SC), Solange Faiozer Silva (DF), Soraia Raquel Alves (MA), Vânia da Silva (MT).

O secretário Maurício Holanda abre os trabalhos, cumprimentando Ricardo Tonassi, presidente do Foncede, e Mercedes Bustamante, presidente da Capes.

Em seguida, Maurício passa a palavra para Ricardo Tonassi, que inicia dizendo querer colocar todos os estados em contato com o MEC. Pede que todos sejam breves, respeitando o tempo de cada um e o tempo que a reunião foi marcada. Retorna a palavra para o secretário Maurício, que se coloca à disposição para ouvir todos os conselheiros do Foncede, na medida do possível.

A audiência, assim, dá-se início com o presidente do Conselho Estadual de Educação (CEE) da Bahia, Paulo Gabriel Nacif. O conselheiro começa lembrando Anísio Teixeira, no sentido de colocar a necessidade de fortalecimento dos Conselhos de Educação do Brasil. Diz, também, que é muito bem-vinda a consulta pública, pois não há dúvidas de que é um processo importante para a implementação do EM. Nacif considera necessários

estabelecer parâmetros mais firmes sobre o que fazer com os itinerários das eletivas. Passa, então, a palavra para a Conselheira Solange Faiozer, do Distrito Federal.

Faiozer inicia dizendo que o DF começou a implementação do Nem em 2020 e já teve a primeira turma finalizada em 2022, então, com isso, tem-se o acompanhamento de 5 escolas com alunos que tiveram ingresso no nível superior, vindos de escolas que tiveram sucesso na implementação. Em sua fala, expõe que o DF encontrou dificuldade em implementar as eletivas porque, em um primeiro momento, elas foram construídas por cada escola. Diz sentir falta do MEC de haver uma maior organização de um catálogo, e sugere um catálogo parecido com o da educação profissional, o qual traga possibilidades de eletivas de estudo por área de conhecimento que complementaria toda a educação básica e atenderia a vontade dos alunos de seguir para uma das áreas. Faiozer diz que precisa vir do MEC uma orientação nacional para aprimorar o Nem.

Em seguida, assume a palavra o presidente do CEE do Paraná, João Carlos Gomes. O conselheiro inicia explicando achar muito necessária uma avaliação, um estudo, do que precisa ser melhorado, mas diz ter convicção que o cancelamento desse novo EM trará consequências inadministráveis para o Estado, em função de tudo que já foi feito e investido. O Paraná, então, segundo Gomes, é contra a revogação, de acordo com seus 19 conselheiros.

Em seguida, a fala do conselheiro Jacir Venturi, também do Paraná, colocou alguns pontos de forma objetiva: - propôs 2200h para a formação geral básica; - sugere que haja uma normatização dos itinerários formativos, guiados por um regramento do MEC; - pede que o MEC faça uma intervenção nos cursos de licenciatura para a formação de professores, orientando-os sobre metodologias ativas; - indica a necessidade de o Enem cobrar apenas o conteúdo da formação geral básica.

Logo após essa fala, Ricardo Tonassi diz que o Foncede se reuniu e todos votaram de forma contrária à revogação.

Dando continuidade, o conselheiro Pedro Augusto Flexa, do Rio de Janeiro, diz que a reforma deve avançar em sentido ao aluno. Para Flexa, pensando no estudante, o desenho dos itinerários deveria focar na área de formação, nos projetos de vida, e não em aprofundamento. Por mais que seja específico algum itinerário, explica o conselheiro, não faz sentido aprofundamento nesse momento. Flexa explica que é muito difícil discutir sobre o currículo nesse momento pós-pandemia e que, sobre isso, acredita que seria importante que o INEP conseguisse produzir uma avaliação sobre os itinerários.

Felipe Santos, de Minas Gerais, assume a palavra, e pede que a equipe do MEC compartilhe um PPT na tela. O objetivo é apresentar a todos as considerações, elaboradas pelo Foncede, que reúnem os principais pontos que merecem ser revistos no Nem. Enquanto trabalham para exibir a apresentação, o conselheiro diz que o Conselho

Estadual se manifesta unanimemente contrário à revogação, apresentando possíveis melhorias. Pede que continuemos no aprimoramento dessas renovações. Nesse sentido, frisa duas questões: construção de novas escolas e novos espaços; e, também, indica que um outro problema é o processo de Ensino Integral.

Tendo em vista que o PPT não foi acessibilizado no momento, deu-se continuidade à escuta dos outros conselheiros. O seguinte, Davi de Oliveira (MS), disse que o Concede trabalha no sentido de aperfeiçoamento, e não de revogação. Em sua fala, o conselheiro relembra o processo de implementação em meio à pandemia e diz que, devido ao momento e à ausência do MEC, houve um problema grave de implementação.

A conselheira Soraia Raquel Alves (MA) inicia sua fala dizendo que está ocorrendo todo um processo de construção de identidade curricular, mas não se está conseguindo chegar a um ideal de Ensino Médio em todo o Brasil, pontuando a questão da diversidade. Para ela, quando se discute sobre o EM, é preciso pensar nos seguintes fundamentos: protagonismo, centralidade do aluno e flexibilização. Alves explica que é preciso construir equidade e concluiu dizendo que o professor não pode ter uma formação inicial só para BNCC.

Na sequência, Rosa Maira Luzardo (MT) falou a respeito das dificuldades que se têm enfrentado, pela ausência de um currículo e pela falta de acompanhamento e avaliação. Luzardo, então, destaca algumas ressalvas sobre a proposição do MEC: estabelecer uma política com adoção de uma bolsa; formação e valorização dos professores, que receberão uma carga horária maior e terão de estudar muito para que esse programa aconteça e tenhamos resultados satisfatórios. Segundo ela, é necessário instituir processos efetivos de monitoramento e avaliação.

Ivone de Souza (AP), em seguida, enfatizou a importância da reestruturação do EM, levando em consideração a dificuldade de cada Estado, de cada região, e a nível de Brasil. Segundo ela, é importante pontuar cada região, dando destaque à região Norte. A conselheira dá relevância à formação dos professores e, também, à orientação e ao apoio do MEC nos estados do norte. Nesse mesmo sentido, a conselheira Elizabete Monteiro (AP) chama atenção para a diversidade do Estado, mencionando que, no Norte, há escolas onde é preciso de helicóptero para chegar.

Na sequência, Fátima Anise (RS) toma a palavra e fala a respeito de uma consulta que foi realizada no Estado do Rio Grande do Sul, com todas as entidades que compõem o colegiado. Nessa consulta, identificou-se algumas sugestões e ponderações: muitas se referem a condições estruturais das escolas, de espaço físico, laboratórios etc.; à preocupação com o aumento da desigualdade educacional, tendo em vista a diferença da oferta da rede pública e da rede privada, à importância da formação docente, a escuta com os estudantes; e ao aumento da carga horária. Para concluir, a conselheira pontuou

a necessidade de se evitar a fragmentação, que se articule a carga horária dentro das especificidades.

O conselheiro João Carvalho (RR) deu sequência sinalizando que a grande maioria das escolas do Estado de Roraima fica em comunidades indígenas. Lembrou, também, que etnias indígenas demandam cuidado ao tratar de formações que serão oferecidas no Estado.

Na sequência, a conselheira Maria Beatriz Padovani (PA) disse que tem experiências positivas no Pará, as quais motivaram alunos pela educação profissional, gerando uma adesão maior ao EM integrado. Assim, o NEM foi bem aceito pelos alunos, mas existiu uma resistência tendo em vista o medo dos estudantes com relação ao Enem. Padovani pede, então, que haja uma consideração e um cuidado na consideração de um EM integrado e que valorize o aluno.

Kátia Stocco (SP), em seguida, diz que essa mudança no EM é disruptiva, e cria duas coisas muito importantes para pensarmos: traz uma escola da escolha; outro ponto mencionado é a formação e trabalho. Segundo a conselheira, existe uma razão pela qual foram feitas 1800h na Formação Geral Básica considerando a escola de 3000h, é porque é necessário para ter o 5º itinerário 1200h. Stocco explicou que São Paulo continua com todas as disciplinas, mas com a carga horária modificada.

As conselheiras Giselly Muniz (PE) e Edivania Arcanjo (PE), em suas palavras, reforçam a formação dos professores, a necessidade de ouvi-los e fazer uma escuta qualificada. Muniz entende que o Nem traz incertezas e o itinerário formativo é uma delas. Arcanjo explica que com relação à formação continuada, uma das maiores dificuldades que estamos atravessando é o despreparo dos professores para trabalharem em alguns itinerários específicos que não tem formação nem tem os equipamentos necessários. São necessários investimentos financeiros para investir nas escolas e nas infra-estruturas tecnológicas. Ainda, Arcanjo diz que escuta muitas reclamações sobre a diminuição da FGB e o aumento dos itinerários. Fala-se, ainda, sobre o excesso de eletivas. Ambas as conselheiras entendem que falta uma democratização das informações acerca do Nem para toda a comunidade escolar, no entanto, entendem que a continuidade, com os ajustes necessários, é o mais viável. Hoje uma revogação traria um transtorno maior, dizem elas.

O conselheiro Flavio Roberto de Castro (GO) inicia sua fala fazendo um apelo. Diz que todos sabem que a suspensão da portaria que definia a implantação do NEM gerou uma insegurança nas redes de ensino. Nesse sentido, o conselheiro solicita que se resolva como vai ser o Enem. Todos os dias, segundo de Castro, essa demanda é recebida dos 1º e do 2º ano e dos próximos que irão entrar no EM.



Em seguida, o conselheiro Oswaldo Dalpiaz (SC) iniciou sua fala dizendo que a portaria foi de uma infelicidade desnecessária, tanto que em SC não se reconhece ela. De acordo com Dalpiaz, o grande problema que temos hoje é um NEM que começou em 2021, então, qualquer avaliação hoje não é aquilo que a gente gostaria que fosse. O conselheiro diz que tem ouvido muito: “vamos aumentar da base comum”, no entanto, segundo ele, não tem como aumentar agora, pois voltar para 2400h vai desestruturar tudo. A nossa preocupação maior, conforme o conselheiro, é realmente o Enem. Ainda, menciona que gostaria muito que houvesse um trabalho na formação de professores. Ao final, menciona que ainda é a favor de revogar a portaria e que tem dúvidas se o questionário vai mesmo trazer os reflexos que se gostaria de ter.

Gildete da Silva (PI) iniciou sua fala dizendo que o Piauí não tem mais como voltar ao que era antes do Nem. Salientou que o Estado tem uma meta para 2025, de que todas as escolas serão de tempo integral e todas ofertarão Ensino Profissional. Da Silva diz que é preciso reforçar três pontos de atenção: infraestrutura às escolas em tempo integral para docentes e estudantes; - a lotação do professor para o tempo integral; - e a questão da indefinição sobre o Enem. Na sequência, Antônio José Medeiros (PI) falou sobre a preocupação com a carga horária da formação geral e, por fim, destacou que os institutos federais precisam também implementar a carga horária de tempo integral, da formação geral.

Na finalização da primeira parte da audiência, Evandro Borges Arantes (TO) se colocou contrário à revogação. Além disso, o conselheiro se disse preocupado com o Fundeb e o arcabouço de gastos. Para ele, se há um consenso de que a revogação não é o melhor caminho, se não for viável do ponto de vista orçamentário, vai ficar comprometido. Arantes reforça que o Foncede já marcou posicionamento pela não revogação.

Em seguida, o presidente do Foncede, Ricardo Tonassi, sinaliza a última fala, de Ada Pimentel Gomes (CE). A conselheira encerra dizendo que foi contemplada com as falas que a antecederam, mas que, no entanto, restam ainda algumas preocupações muito fortes. De acordo com Gomes, tempo integral e integrado é uma preocupação por conta dos projetos pedagógicos; outros pontos são formação de professores, aprimoramento da EAD, arcabouço fiscal e financiamento. A conselheira diz que já foram gastos muitos dólares transformados em reais e é preciso usar esse financiamento.

Para o fechamento, o secretário Maurício Holanda toma a palavra e consolida o que foi dito pelo corpo de conselheiros do Foncede, dando atenção aos pontos principais mencionados.



Ainda, antes de concluir, o conselheiro Felipe Michel Santos (MG) expõe, em apresentação, o relatório¹ que consolida o posicionamento do Foncede a respeito do Novo Ensino Médio. Esses pontos estarão dispostos e contemplados na consolidação das principais proposições abordadas, na seção a seguir.

¹ O relatório está em anexo, neste documento.



3.1. Principais proposições abordadas

Proposições do relatório apresentado pelo Foncede:

Ponto 1: O estudante precisa estar no centro das práticas implementadas;

Ponto 2: É preciso mais tempo para implementar um ciclo completo da reforma do Ensino Médio;

Ponto 3: A solução dos problemas está na melhoria da implementação;

Ponto 4: É preciso separar o que são desafios do Ensino Médio desde antes da reforma e o que são questões que efetivamente advêm da reforma;

Ponto 5: Legislações complementares são oportunidades de avanço; Ponto 6: A discussão sobre os itinerários precisa ser mais aprofundada; Ponto 7: É fundamental a troca de experiências e a escuta aos Estados;

Ponto 8: É preciso apoio técnico e financeiro para a implementação adequada; Ponto 9: É preciso investir na modernização dos parques tecnológicos;

Ponto 10: É fundamental o monitoramento da implementação nacional e nos Estados;

Ponto 11: Formação inicial e continuada são pontos chave;

Ponto 12: Os esforços devem dar conta de todas as especificidades que se apresentam;

Ponto 13: O ENEM é muito importante e precisa se basear nos currículos;

Ponto 14: O Ensino Médio precisava mudar e é preciso continuidade na construção da mudança;

Ponto 15: As atividades nas escolas de Ensino Médio têm continuidade, enquanto se realiza a consulta pública nacional e não se materializam as mudanças que poderão vir a ocorrer.

Pontos e proposições aventados durante a audiência:

-É sugerido um catálogo, o qual traga possibilidades de eletivas de estudo por áreas de conhecimento;

A Conselheira Solange, do Distrito Federal (DF), disse: “Encontramos dificuldade de implementar todas as eletivas porque num primeiro momento elas foram construídas por cada escola”. A partir dessa dificuldade, é sugerida a possibilidade de organização de



um catálogo, semelhante ao da educação profissional, o qual traga possibilidades de eletivas de estudo por área de conhecimento que complementariam toda a educação básica e atenderiam a vontade dos alunos de seguir para uma das áreas. É solicitado, assim, que o MEC auxilie na consolidação de um catálogo nessa organização dos itinerários.

- Estabelecer parâmetros mais firmes sobre o que fazer com os itinerários das eletivas;

Segundo o posicionamento do Foncede, os itinerários formativos necessitam de normatização e mais regramento por parte do MEC. “A nossa sugestão”, seguindo as palavras da C. Solange, “é que haja uma normatização, um regramento por parte do MEC, tipo o catálogo dos cursos técnicos, sendo que o Novo Ensino Médio cumpra os itinerários formativos”.

Para o Foncede, os itinerários devem ser coerentes com as necessidades e demandas da comunidade escolar e devem ampliar as possibilidades de aprofundamento de acordo com os desejos de cada estudante. A partir de discussões, o Foncede entendeu – em consonância com o que foi proposto pelo CNE – que é necessário que o tema seja aprofundado por meio de trocas e compartilhamento de boas experiências. Para isso, é solicitado que o MEC e o Consed organizem espaços de troca.

- Compartilhar experiências bem-sucedidas entre escolas que tiveram sucesso na implementação;

É necessário, portanto, conforme exposto anteriormente, compartilhar experiências exitosas, criar redes de trocas de experiências para qualificar escolas. Para isso, é importante que se pense a partir de regiões específicas, por meio de ações intersetoriais. O compartilhamento de boas práticas deve ser viabilizado e estimulado pelo Governo Federal, tendo o MEC como articulador principal. Para isso, o Foncede sugere que seja criado um repositório de boas práticas para consulta dos Estados dos aprendizados que outras localidades tiveram no processo de implementação do Nem.

- Intervenção nos cursos de licenciatura para a formação de professores;

Para o Foncede, é fundamental que sejam organizadas formações para os gestores públicos envolvidos com a política educacional no sentido de que todos tenham entendimento sobre a legislação e as possibilidades de implementação que ela permite. Para a entidade, é preciso perseverar na revisão da formação dos profissionais da

educação, de forma que eles possam dar suporte para profissionais que entrarão nos próximos anos, para prepará-los sobre a nova lógica do Ensino Médio. Conforme explicam em seu relatório, o Foncede sinaliza que “embora tenham sido estudantes no antigo Ensino Médio, os nossos professores precisam de apoio para lecionar no novo Ensino Médio.

- Dificuldade no processo de implementação do Nem em meio à pandemia;

O Foncede, assim como o CNE, frisou sobre a dificuldade de implementação do Novo Ensino Médio devido à pandemia. Seria necessário ter um diagnóstico mais preciso para saber em que ponto está cada Estado no quesito da implementação para que, a partir desse ponto, fossem estruturadas formas de apoio. O Foncede sugere que o MEC precisa liderar o monitoramento de implementação da reforma, com um mapa da implementação. Com essas evidências, é possível que sejam compreendidas as necessidades de cada território.

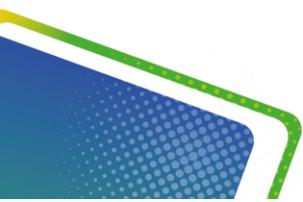
- Questão da diversidade: é preciso construir equidade;

É fundamental, de acordo com o Foncede, que haja mais direcionamento sobre como implementar a reforma nas modalidades especiais (Educação do Campo, Indígena, Quilombola e no Ensino Noturno, por exemplo). Ainda, nesse sentido, é preciso apoio técnico e financeiro que considere as especificidades locais e regionais.

Para a entidade, é preciso descentralizar as decisões, de forma que as unidades federativas, de forma autônoma, possam agir a partir de seus contextos diversos, contando com apoio da União.

- Falta de acompanhamento e avaliação, e da instituição de processos efetivos de monitoramento e avaliação;

O Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) – 2022 explica que, devido à pandemia, a aplicação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) foi significativamente afetada. Essas situações, como se destaca nas Notas Metodológicas do Relatório, afetaram a produção de estatísticas educacionais de maneira geral. Essa característica, no que diz respeito à pandemia, foi apontada também pelo CNE. É relevante destacar esse ponto de forma a esclarecer e apontar a problemática aventada pelo Foncede a respeito da falta de acompanhamento e avaliação.



Sobre isso, o conselheiro Pedro Augusto Flexa explicou, na audiência, que é muito difícil discutir sobre o currículo em um momento pós-pandemia e que, sobre isso, acredita que seria importante que o INEP conseguisse produzir uma avaliação sobre os itinerários, por exemplo.

- Preocupação com o aumento da desigualdade educacional;

Conforme explicado no Relatório de monitoramento das metas do PNE, “do ponto de vista das políticas educacionais, o trabalho de monitoramento do PNE reforçou a compreensão de que ele é imprescindível para o enfrentamento das desigualdades educacionais”. Partindo de um monitoramento sobre as desigualdades que já existem, é mais fácil perceber onde elas podem se acirrar no campo da educação.

Conforme é explicado no documento escrito pelo Foncede, “a falta de interesse dos estudantes, as dificuldades de garantia de sua permanência na escola e as desigualdades territoriais, além da inadequada infraestrutura nas escolas” são alguns dos problemas já enfrentados que refletem o acirramento de diferenças a nível nacional. Para que haja uma devida implementação, é preciso que não haja ampliação das desigualdades, sabendo que diferentes Estados estão em estágios distintos no processo de implementação. Sobre as desigualdades, ainda, a conselheira Fatima Anise explicou que há uma preocupação com o aumento da desigualdade educacional, tendo em vista a diferença da oferta da rede pública e rede privada, especialmente no que diz respeito aos itinerários formativos, além da infraestrutura escolar em geral.

- Consideração sobre as etnias indígenas, as quais demandam cuidado ao tratar de formações;

A preocupação no que diz respeito ao aumento das desigualdades educacionais está intimamente ligada à necessidade de consideração com as etnias indígenas. Sobre essas dificuldades, conselheiros do Amapá e de Roraima, especialmente, deixaram bem-marcadas questões que atravessam profundamente a experiência nas escolas locais.

Sobre esses dados, por exemplo, é válido destacar que, segundo o Relatório do PNE, no ano de 2021, 36,7% dos estudantes da educação profissional técnica de nível médio autodeclararam-se negros (pretos e pardos); 33,1%, brancos; 0,5%, amarelos; e 0,3%, indígenas. Isso necessariamente identifica que estamos falando de minorias, as quais demandam, de fato, cuidado ao tratar de formações específicas.

- Despreparo dos professores para trabalharem em alguns itinerários específicos;

A necessidade de uma formação complementar para os professores foi aventada, também, na audiência do CNE. Nesse sentido, é válido pontuar que é um objetivo da Meta 15 do PNE, para a totalidade dos professores e professoras, a titulação obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento específica em que lecionam. Em 2021, 66,6% das docências no Ensino Médio possuíam formação específica obtida em licenciatura.

O suposto despreparo, assim, diz respeito a uma falta de formação que se reflete, conforme também aferido pelo relatório do Foncede, não somente aos professores, mas a todos os agentes da educação. Esse ponto reflete uma problemática apontada no item a seguir.

- Falta uma democratização das informações acerca do Nem;

Tendo em vista o debate acalorado acerca do tema e as reclamações ouvidas por gestores a respeito do Nem, alguns conselheiros entendem que falta democratização de informações acerca do Nem, ou seja, ainda carece de uma formação mais ampla e explicativa sobre o processo de renovação em andamento para toda a comunidade escolar.

Uma proposta possível é que essa democratização ocorra quando houver uma formação específica, conforme aventado pelo CNE e pelo Foncede, para professores e gestores para atuar no Nem.

- Necessidade de infraestrutura às escolas em tempo integral para docentes e estudantes;

A esse respeito, é válido apontar, inicialmente, que a meta 6 do PNE é oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica.

Uma das apostas para a melhoria da qualidade é a oferta de educação em tempo integral. Conforme explica o Relatório do PNE, “a ampliação do modelo tem se mostrado um desafio para o País e para a maioria dos seus estados, pois as metas para escolas e para alunos, cujo horizonte é 2024, ainda não foram alcançadas. Em 2021, o indicador referente à escola chegou a 22,4% e se encontra a 27,6 p.p. da meta de 50%; o indicador de alunos atingiu 15,1% e está a 9,9 p.p. dos 25% estabelecidos pelo PNE”.

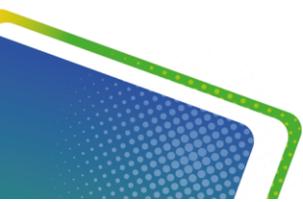
- Questão da indefinição sobre o Enem;

Para o Foncede, uma nova oportunidade se abre, de organizar o Enem com base nas diretrizes curriculares e nos itinerários, com a BNCC e a elaboração de currículos. Por ser uma questão que afeta de maneira determinante todos os estudantes do EM, além dos professores e outros agentes, é fundamental o alinhamento da matriz e dos itens do Enem ao novo contexto. O papel do INEP, para efetivar as diretrizes do MEC e do CNE sobre o novo Enem ENEM, é essencial.

Reforçamos a urgência de organização e divulgação destas diretrizes, definindo-se o futuro deste instrumento e convergindo as ações, do currículo à avaliação, na mesma direção. O conselheiro Jacir Venturi, na audiência, disse que “se o objetivo for cobrar no Enem os itinerários formativos, precisamos de uma normatização nesse sentido”, reiterando o posicionamento do Foncede.

Recentemente, no entanto, houve posicionamento do Ministro acerca do tema, buscando tranquilizar os Estados sobre a implementação do Novo Ensino Médio, essencialmente tendo em vista as mudanças previstas para o Enem 2024.

- Foncede se posiciona contrário à revogação.



Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 399, de 8 de março de 2023. Institui a consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 mar. 2023. p. 16.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base**. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022**. Brasília, DF: Inep, 2022.



4. Transcrição das Audiências Públicas

A seguir, estão dispostas as transcrições de ambas as audiências públicas sobre as quais foram feitas as relatorias anteriormente. As falas foram registradas durante e após a assistência dos eventos, os quais ficaram disponíveis no Portal do MEC, no youtube. Foi dada relevância às falas dos interessados, ou seja, a quem o MEC priorizou a escuta das proposições nas audiências: professores, gestores, especialistas e pesquisadores.

4.1. Audiência Pública com o Conselho Nacional de Educação (CNE)

11/05, às 11h

Presidente do CNE inicia cumprimentando e saudando todos: realização de debates nacionais acerca das perspectivas e reordenamentos, readaptações e confirmações, escuta nacional para o andamento e prosseguimento da Reforma do Ensino Médio.

Passa a palavra para o coordenador da Sase, Professor Maurício Holanda, que irá conceber a abertura organizada desse diálogo e parâmetros para que o diálogo se desenvolva. Trata-se de estabelecermos um diálogo com o conjunto dos conselheiros acerca das ações esperadas nesse GT. Passa a palavra pro secretário Maurício Holanda.

Maurício Holanda estende a saudação a todos, especialmente à profa. Amabile, representando a força feminina, e o professor Luís Roberto, um companheiro e colega, ex membro do conselho CNE. E atualmente auxilia em algumas tarefas do MEC. Ser grato ao professor Ricardo, presidente do Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação, e ao professor Cury, Presidente do Conselho Nacional. Duração de jornada do EM é uma das menores do mundo. Começamos o ano com uma polêmica muito acesa, desejos de revogação da lei, e nós ouvindo a todos os lados, ouvindo sobretudo aos gestores educacionais e responsáveis pela manutenção do EM a gente tá buscando e construindo com a ajuda de entidades representativas (faz menção à Confederação Nacional dos Agentes de Educação, que integra essa coordenação) para construir um clima que possibilite o diálogo. Baixar a temperatura da polêmica para conseguir construir uma integração razoável e racional. Existem questões de necessidade de melhoria da legislação que os gestores estaduais reconhecem.

Não há necessidade de abrir de novo um projeto de lei para discussão da LDB, mas dentro de um clima de diálogo mais razoável é necessário ver o que é possível modificar na convergência de opiniões tanto de gestores estaduais quanto das instituições críticas sobre muitos aspectos da reforma: construir soluções consensuadas em torno de normas legais que possam diminuir a tensão em torno dessa questão de modo que a primeira iniciativa que o ministro decidiu tomar foi de abrir um amplo e diversificado processo de consulta, a todos os concernidos nessa questão. Esse processo prevê metodologias em

que se escuta muitas pessoas e se trabalha com análises quantitativas, e se escuta pouca gente e se trabalha com análises qualitativas, de alunos, professores, pais, diretores escolares etc.

Nós estabelecemos a seguinte lista de consultas e escutas:

Ciclo de Webnários que acontecem sempre às segundas-feiras a partir de 19h, no qual estão convidados sempre especialistas com longa e reconhecida história de pesquisa sobre o EM Consulta na plataforma governamental “participa mais brasil”, plataforma do governo federal, mais fácil para executar a pesquisa; grupos focais: Escuta de grupos focais, alunos, professores, diretores; oficinas organizadas dentro de um método e metodologia já conhecidas, desenvolvida pelo Unicef, que tem o objetivo de levar os jovens a fazerem proposições. Exercitar a saudável competência da proposição. Acessar jovens por meio do canal whatsapp. Não é uma pesquisa invasiva, em que o jovem tá no whatsapp e recebe uma imagem. A gente vai difundir nas escolas, redes de juventude, e inserir um QR CODE, o jovem abre o qr code e faz a pesquisa por livre e espontânea vontade; reuniões de escuta com a Anpede, de cada região do país. E uma escuta com estudantes. Seminário Nacional de Estudantes para ouvi-los; reuniões individualizadas; ciclo de audiências específico com colegiados relevantes (CNE, colegiado do Concede (Conselho Estadual de Educação 24/05), e também com o Fórum Nacional de Educação, de modo que essas audiências serão bem mais limitadas com relação à quantidade de pessoas, que é uma parte importante para a convergência de mais dados, se reporte para esses colegiados reconhecendo sua importância e legitimidade. Para que não fiquemos adotando hipóteses que não estejam passando pelo filtro desses colegiados.

Passa a palavra para o presidente do Foncede - Ricardo Tonassi, que prefere não falar muito. Diz que o debate precisa de mais luz do que calor.

Luis Roberto Curi retoma a palavra

NEM diz respeito a perspectivas que se abrem, dizem respeito à carga horária, e adaptação do tempo integral, que é uma realidade mundial, com êxitos no Ceará e Maranhão. Garantir o aprendizado com esforço amplo. Amplia a perspectiva de continuidade dos estudantes no ensino superior. Sabe-se que existem hoje 47,5 milhões de estudantes no ensino básico. Ensino médio, quase 8 milhões de matrículas. É importante ter em mente a trajetória do estudante, estudantes que ingressam no ensino público. Poucos estudantes vão pra universidade, queda de estudantes dos 18-24 anos que alcançam o Ensino Superior. Esses dados nos provocam a seguinte reação: os estudantes não estão tendo interesse em continuar e estão tendo restrições de renda, que impedem e constroem esses estudantes a entrar na educação superior.

Educação funcional e tecnológica: muitos jovens que se formam no EM poderiam já se formar empregados, já integrados, desde a saída do ensino médio. Isso não acontece, essa é uma realidade muito ruim para um país que tem demonstrado uma estatística de jovens desempregados, que abandonam a escola básica. Esse jovem desempregado vai espelhar um desempregado no futuro, você não provoca políticas que combatem a desigualdade sem ampliar a educação, sem ampliar acesso ao conhecimento e à cultura. Precisamos fazer algo pra mudar, mudar o começo para mudar o final da história. A reforma do ensino médio é uma mudança fundamental que vai mudar para adiante a educação superior. Jovens na faixa dos 16, 17 e 18 anos. O desemprego de jovens entre 18 e 24 anos é maior do que o desemprego amplo em todo o país. Mudança do horário escolar, tempo integral, para criar mecanismos e suporte financeiro, para acessibilizar. Ouvir redes, dirigentes escolares, realizar alterações justificadas juntos.

Passa a palavra para Amábile Pacios.

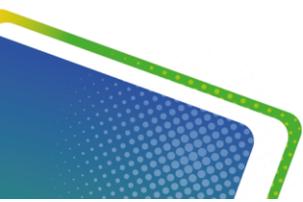
Diz que tem forte vínculo com escola particular. Participou das dez audiências com a BNCC. A gente entende e acolhe o texto do CNE.

Pontua duas coisas que foram importantes na escola particular:

- 1- Projeto de vida, tem desde o 6º ano, e foi induzido pela reforma do Ensino Médio. Grande contribuição. Quer manter o projeto de vida nas escolas particulares.
- 2- Não quer perder o itinerário profissionalizante, que está sendo bem implantado nas escolas particulares.
- 3 - Participou do GT que o professor Mauro criou no MEC, texto da implantação, dentro de um texto particular de ensino, a reforma foi bem absorvida. Reforma funciona bem até 3º ano, conseguimos implantar a reforma. Temos coisas a melhorar, e precisamos ter um espírito de colaboração sabendo que temos coisas a melhorar no sistema particular e no sistema público.

Passa a palavra pra presidente do CEB – Suely Melo

Problema de dissociação da Educação Básica do mundo do trabalho. Pensa que toda reforma grande traz desconfortos, esse clamor legitima a necessidade de revisão. Temos de ter muito cuidado para não confundir algumas questões. A reforma do ensino médio não é boa porque reduziu a carga horária. A estrutura é boa, mas a forma de operar precisa ser revista. Esse conselho atualmente representa o que acreditamos, mas estamos abertos à escuta, após análises qualificadas, para fazer revisões para melhoria da qualidade. Revogar não pode estar na pauta, temos de ter muito cuidado para não confundirmos a pauta.



Passa a palavra para Márcia Sebastiani (CEB/CNE)

Dois pontos que gostaria de ressaltar:

-O desenho do projeto do Nemo é ótimo, acompanhou de perto o quanto foi pesquisado e refletido. Repercutiu o que tem sucesso em outros países. O problema todo foi a implantação. A implantação de um projeto dessa magnitude não é fácil. Uma implantação difícil que foi pouco considerada, assim a chance de ter problemas é crescente. Agora temos um momento, nessa decisão bastante sábia de ouvir as redes. Temos dúvidas, pois ouvimos uma jovem representante dizendo que não pode reduzir o conteúdo. Reforça que os itinerários formativos são importantes. É muito difícil um professor aceitar reduzir a carga horária de uma disciplina para ensinar o seu conteúdo. São muitas disciplinas e é importante entender que os itinerários formativos são fundamentais. Aluna falou: “Não pode tirar química, rever estudo do ouro, do metal...”. Tudo depende de como trabalhar o conteúdo. A questão não está na quantidade e número de horas, mas na qualidade do que o professor vai trabalhar seu conteúdo.

Passa a palavra para Leila Perussolo

Inicia considerando importante a escuta do chão da escola. Temos realidades diferentes, municípios com apenas uma escola. Cada momento do processo educacional, vemos coragem de pessoas, anseio na busca de mudança. Mas também é necessário coragem para avaliar o percurso, processo que estamos hoje. Saímos de um ensino médio que inquietava a juventude, professores ansiosos por algo diferente, e que não sabiam conduzir esse diferente para algo maior. Não podemos deixar de falar nessa temporalidade de implantação do NEM levando em consideração o impacto da pandemia, para efetivar essa implantação mais sólida e mais eficiente. Não podemos deixar de dizer que foi um avanço significativo na política de educação brasileira. Não podemos deixar de compartilhar experiências exitosas, criar redes de trocas de experiências para qualificar escutas. Precisa ser pensado nas regiões específicas, necessidade de pensar em ações intersetoriais.

Passa a palavra para Valseni Braga (CCB/CNE)

Boa parte das escolas já implantou essa reforma; a palavra de ordem é APRIMORAR; não devemos voltar atrás porque não faz bem pra nenhum brasileiro. Se o jovem já tivesse uma formação, ele já sairia do EM trabalhando. Essa reforma traz o protagonismo do estudante: ele deixa de ser um consumidor de aprendizado para poder participar de decisões. Essa reforma precisa continuar sendo implementada no sentido de ouvir as pessoas. Não podemos paralisar o processo, já que milhões sofrem com o problema da educação.

Passa a palavra para Walter Eustaquio (CEB/CNE)

Momento propício para acompanhamento e aprimoramento na busca de resultados. Quer fazer duas menções rápidas: Inserção de milhares de jovens no mundo do trabalho e a ideia de contextualização histórica: porque estamos em um processo que já se iniciou há algum tempo.

Passa a palavra para Luiz Roberto, que passa a palavra para Alysso Massote (Presidente CES/CNE)

Entendo que temos de superar o dualismo, revoga ou não revoga, e devemos transcendê-lo, só que temos de entender que no chão da escola essa tranquilidade não chegou. É urgente que o governo defina uma estratégia para tranquilizar pais, alunos, professores e gestores. Essa tranquilização é fundamental para que cheguemos a um bom resultado.

Em seguida, gostaria de falar da perspectiva da unidade, mas uma unidade em meio a uma diversidade, e essa diversidade tem de ser considerada. Essa unidade não pode ser uma uniformidade, precisa considerar uma diversidade. É preciso enfatizar a natureza dos itinerários: qual o propósito, qual o sentido dessa construção. Se as pessoas compreenderem isso, elas vão perder a ideia de que “Estou perdendo carga horária, estou perdendo conteúdo”, os professores vão entender que há uma perspectiva de integramento que precisa ser percebida pelos professores. Temos uma proposta, mas ela carece de uma política de formação dos professores. Por décadas, eles trabalharam com uma formação, que está segmentada por disciplinas. Agora, há uma oportunidade de mudança. É uma política de estado, de formação de professores. Por fim, a questão da formação técnico profissional, que constitui perspectivas como “mão na massa” passa a fazer sentido para esses jovens. Entendendo que o que estão estudando faz sentido para formação profissional deles.

Precisa explicitar a relação entre o NEM e o ENEM, os meninos estão muito ansiosos principalmente os que estão cursando 1o e 2o anos do ensino médio, porque serão os primeiros que irão experimentar esse modelo. É necessário que o governo tranquilize a população brasileira no que diz respeito ao ENEM.

Passa a palavra para Paulo Fossatti - Conselheiro CES/CNE

A estratégia da escuta de todos os atores é louvável. Não acredito em nenhuma proposta de ensino médio que vá obter êxito se não considerar a realidade docente. Não acredito em nenhum projeto de Ensino Médio vai galgar êxito se nós não levarmos a sério a formação dos professores. Nenhum projeto de vida dessa menina que está pelo Brasil vai prosperar se não tivermos professores bem formados.

Passa a palavra para José Barroso Filho (CES/CNE)

Significância, esperança e assertividade para construir esse projeto. Temos números variados de evasão, queda... Do meu ponto de vista, de uma certa desesperança,



encolhimento de horizontes. Em que percentual teremos esses 3 níveis: ético, estético e cosmético. É isso, é preciso esperar o futuro. Enquanto o futuro for uma possibilidade, enquanto pudermos escrever e enxergar nosso futuro, haverá esperança. Vamos fazer acontecer.

Sugeriria uma participação maior do conselho, que pudéssemos trazer pro conselho essas discussões.

Passa a palavra para Aristides Cimadon (Vice-Presidente/CES/CNE)

Mais do que nunca vemos a necessidade da revisão, mas não a revogação. Queria dizer que a nossa posição é que a educação tem uma resistência enorme à mudança. Uma época dizíamos que os agricultores eram os mais resistentes à mudança, hoje são os mais inovadores. Parece que a nossa área da educação é a que mais resiste a mudanças. Se não formos capazes de olhar para o futuro esperançosos com a mudança, outros virão e farão. Quase metade dos nossos jovens fora da escola e indo buscar formação em outras áreas. A proposta é uma riqueza para o futuro, se ajustadas as devidas proporções. Vivemos em um país continental com diversidades enormes. Não é possível que continuemos fazendo normas que todos devem se enquadrar, como se fossem caixinhas. Esperamos que deixe para os sistemas de ensino dos estados, que construam as necessidades específicas de acordo com as necessidades estaduais. Se fizermos isso, teremos uma contribuição imensa. Não podemos engessar todo mundo. Espero, creio e vou trabalhar no sentido de que nossas mudanças contribuam para dar aos Sistemas de Ensino autonomia para especificidades. E a união fazer o que é de sua competência, a competência redistributiva. Necessidade de uma grande política de formação de professores. Grande política para dar infraestrutura aos estados para dar formação técnica aos jovens.

Passa a palavra para conselheiro Anderson Luiz Silveira (CES/CNE)

Dois detalhes que seriam primordiais na observação da implantação: pensar como oportunizar as escolas públicas que tenham oportunidade de oferecer diferentes itinerários formativos (uns são muito caros, outros mais baratos); outro item que considero importante é que o itinerário formativo a partir do 1º e 2º anos do EM não coloca mais como obrigatória a atividade de educação física dependendo do itinerário. A gente sabe que a OMS determina uma quantidade de tempo para se dedicar à educação física. A educação física no ensino médio é a única oportunidade para muitos para desenvolver a necessidade de realização de atividade, que contribui para a profissão, para a saúde do adolescente e para o número de postos de trabalho. Dois pontos que considero importantes nesse ajuste.

Elizabeth Regina Nunes Guedes (CES/CNE)

Prestar atenção à diversidade quando falamos em implantação. Quero colocar dois pontos: Pelo conjunto das falas, estamos corroborando com o trabalho que já foi feito, e estamos pensando em melhorar o sistema. O que me aflige é essa dúvida se vai revogar ou se vai melhorar. Isso é uma insegurança jurídica para todos. Nós deveríamos estar como senhor nesse debate. Eu pediria ao senhor que acabasse com essa nossa angústia: vai acabar ou vai melhorar?

Conselheiro Mauro Luiz Rabelo (CES/CNE)

Na reflexão que tenho feito, na secretaria de educação básica, quando cheguei em setembro de 2020... Escutei atentamente todas as falas dos conselheiros até aqui e tem uma frase que resume bem o ensino médio: é a nossa missão de formar o jovem para o seu futuro, e não para o nosso passado. A gente olhar o desenho da estrutura que foi posta traz essa questão da flexibilidade curricular, pois o modelo tradicional engessado não tinha. Nosso modelo conduz para o que a gente já sabe. Eu trabalho auxiliando formar futuros professores de matemática do ensino médio. Atuo também no mestrado de ensino médio, naturalmente, então, atravesso todos os esses temas, e debato em aula. Hoje acredito fortemente que estamos no caminho certo. Aprovamos um modelo do ENEM aliado à reforma, com o objetivo de dar essa tranquilidade para os jovens e as famílias. Repetir a importância do itinerário na formação profissional.

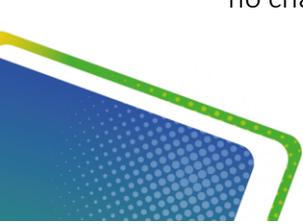
O desenho está bem posto, mas dá pra fazer alguns ajustes. Qualquer mudança irá tirar as pessoas da zona de conforto. Debater o quanto a inteligência artificial vai afetar a nossa educação, a inteligência dos jovens... Dentro das frentes de implementação do novo ensino médio, trabalhamos também materiais didáticos e avaliações. O investimento que foi feito com as redes, não só financeiro, foi extremamente grande, desde 2018, com a implementação. Queria não deixar de comentar o investimento nos materiais didáticos, investimento anual de mais de 2bi de reais. Material que já veio implementado para o NEM. Para finalizar, o trabalho de quase 1 ano, sobre o modelo do novo Enem que se adequaria à nova proposta. Decidir o que faríamos aos novos itinerários, e como avaliar a formação técnica e profissional ao novo Enem.

Ricardo Tonassi

Temos de respeitar as peculiaridades de cada local. Rever, por exemplo, que no Mato Grosso do Sul, tem obrigatoriedade da língua inglesa, quando o Estado faz fronteira com dois países de língua espanhola.

Passa a palavra para Secretário Maurício

Adoraria ficar mais umas 3h com vocês, mas vou ficar apenas 40 minutos falando. Vou tentar ser absolutamente sucinto, fiquei contente com todas as observações de alto teor substantivo que ouvi aqui. Primeiro, quero resumir o que a conselheira Elizabeth falou: no chão da escola estamos nos deparando com professores confusos e jovens inseguros.



Essa é uma realidade que não podemos desconsiderar. Segundo ponto é que creio que de fato a implementação, não vou dizer que não considerou, os fatores infraestrutura escolar etc., poderia ter sido considerada de forma gradativa, com aproximações sucessivas. Penso que isso poderia ter sido saudável. Lido muito com a elaboração de leis, e uma das coisas que mais me espanta no país é a elaboração de textos de lei que não preveem regras de transição, transitividade.

Outro ponto é a cultura profissional. Cada profissional tem uma cultura que não é só aprendizagem na universidade. De fato, o professor vai aprender com os pares e aprender a lidar com os alunos e jovens ali no terreno e justamente por isso tem um paradigma de formação do seu fazer docente. Na formação dele, teria uma grade de disciplinas distribuídas pelos dias da semana em unidades atômicas de horas, com determinadas disciplinas que conseguem conjugar 2 ou 4 unidades. Quando você coloca ideias de itinerários formativos, na hora que chega para os professores, é desestabilizador, fossem quais fossem os padrinhos dessa reforma.

Questões que produzem instabilidade:

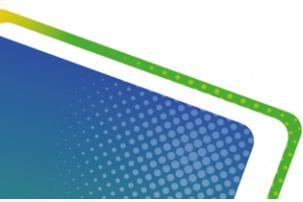
Perspectiva de formação da jornada, mas com uma perspectiva de redução da carga-horária. Qual a necessidade de reduzir essa formação base? A meu ver, se temos perspectiva para caminhar para a ampliação da jornada, passamos à ampliação de novas perspectivas a partir do que se amplia.

Ainda que a lei não mencione o enem, ela lida com isso, e com uma perspectiva rápida de um Enem diferente. A grande pergunta é: como vou fazer um enem que dá acesso à 1000.000 vagas, para falar só das gratuitas, e eu não sei efetivamente o que vai ser medido por que o itinerário pode ser diversificado e a grande virtude do itinerário é ser diversificado?

E finalmente, para não tomar mais tempo, quero mencionar que a palavra unânime foi aprimoramento, aperfeiçoamento, revisão, creio eu que esse é o nosso caminho. Não há intenção em revogar lei, seria no mínimo desrespeitoso, no máximo demagógico. Há um senso de responsabilidade. O procedimento é de construir, e quero lembrar que tanto o presidente quanto o ministro falaram que não se trata de revogar, se trata de melhorar.

Quero terminar me referindo a um momento que considero o mais luminoso da educação contemporânea brasileira, que foi o momento do plano decenal de educação. Ali se construíram os consensos que inspiraram a educação brasileira nos posteriores 25anos. Então, ficarei muito contente com outras oportunidades de interlocução. Muito obrigada.

Passa a palavra para o Ruy de novo:



Nosso programa é o direito ao aprendizado que gera direito à renda e ao aprendizado. Temos de apresentar a nossa trajetória em uma trajetória de inclusão.

4.2 Audiência Pública com o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede)

Auditório da Capes, 14h

Maurício Holanda inicia dizendo que vai ser mestre de cerimônias, apresenta Ricardo Tonassi, (estadual do RJ), e cumprimenta a professora Mercedes, presidente da Capes, local em que estamos e que nos acolhe para que ela nos dê boas-vindas.

Passa a palavra para a profa. Mercedes.

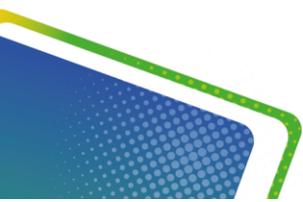
Saúda a todos, diz que acolhe esse momento. Deseja as boas-vindas e um bom dia de trabalho, sabendo do desafio que vocês têm pela frente e deseja sucesso na iniciativa. Que tenham uma reunião produtiva, muito obrigada e no que precisarem a Capes está presente para colaborar.

Claudia avisa que vai ser iniciada a transmissão ao vivo da audiência.

Maurício diz que não pode esquecer que está falando com as pessoas que estão presentes ali. Quero iniciar com boa tarde e muito obrigada, quero agradecer muito o empenho e a disponibilidade e a disposição dos senhores membros dos conselhos estaduais de educação, para virem até aqui e partilhar conosco, a equipe do MEC, a secretaria de articulação com Sase, a secretaria básica, representada pela Valdirene, coordenadora do Ensino Médio, a diretoria da Secretaria de Ensino Técnico e Tecnológico e a Carla. A equipe da Sase é bem maior, mas tem aqui a Claudia, a Luna e a Anna Vicente, dando suporte direto. Vou passar diretamente a palavra ao professor Ricardo Tonassi, que é o pivô, o grande movimentador dessa oportunidade, a presença dele na equipe de consulta do MEC.

Ricardo Tonassi

Diz que quer colocar todos os estados em contato com o MEC. Diz que teve o agravante durante a pandemia. O secretário Maurício foi extremamente generoso no trato, em um gripe de trabalho, o Fórum Nacional de Educação, Consede, Foncede, CNE, vem fazendo o melhor pra que tenhamos um resultado, um relatório, e não só dar uma diretriz da aplicabilidade do que estamos fazendo no ensino médio, pro Inep, algo que teremos de fazer sobre o Enem, e ouvir os estados, os órgãos normativos. Saudando a todos, espero que tenhamos uma boa reunião. O ministro Camilo abriu espaço na sua agenda para nos receber às 16h30 da tarde. Então, que sejamos breves nas nossas falas porque temos 26



estados e um Distrito Federal, então vamos respeitar o tempo para atender a todos no tempo em que a reunião foi marcada.

Maurício Holanda

Acho que o professor. Ricardo não está sendo maldoso. Acho que é um marco estarmos juntos presentes nas nossas 27 unidades confederadas, estarmos junto do Ministro. Parece que é uma fotografia, mas na verdade é uma declaração de parceria, de que estamos gostando de conversar. Tô percebendo que estamos conseguindo ser mais pontuais.

O que nos traz aqui é um processo de auscultar aos conselheiros em relação a esse tema do ensino médio e aos muitos ruídos que sabemos que existem e que se configurar ao longo desse ano e que praticamente em todos os estados esse movimento revoga já nós já chegamos no MEC com os sinais desse movimento, ele é um movimento que muitos podemos considerar nacional mas ele existe. Ele existe e a gente não pode deixar de levá-lo em consideração. A forma que escolhemos lidar com isso é que sabemos que muito embora os alunos do ensino médio público, 90% estão na rede estadual e 10% na rede federal, muito embora seja assim e o Mec tenha basicamente um papel de normas intralegais, portarias, e caso alguma melhoria em pequenos aspectos da lei, o MEC convocado alguma capacidade de liderança dos estados. Com certeza, a linha que nós optamos é a seguinte: os estados são os provedores do EM e a gente precisa ouvir a opinião dos estados em relação a esse processo de implantação do NEM até pra registrar eu tomei a iniciativa de incluir o Fonced na portaria. É natural chamar os conselheiros, é natural que o Mec esteja e sejam membro vitalício num processo desse. O Consed também é natural, mas pensei, olha, a gente pensa no normativo nacional, diz que é federalista, mas com muita facilidade nos esquecemos dos órgãos estaduais, então vamos colocá-los. Professor Ricardo tem participado de todas as nossas conversas, então que estejam todos aqui presentes, juntamente. Meu programa é ouvi-los, na medida do possível. Demais membros da equipe do MEC estejam à vontade para me auxiliar nos comentários. A palavra é, então, de vocês.

Presidente Paulo Nacif, da Bahia

Vindo da Bahia, não posso deixar de lembrar Anísio Teixeira. Anísio Teixeira um dia surpreendeu a Assembleia da Bahia quando propôs que a assembleia extinguisse a Seduc e passasse todo poder aos conselhos estaduais de educação. Esse é um discurso memorável porque mais do que nunca nós precisamos colocar nesse nosso desafio a questão do fortalecimento dos conselhos de educação do Brasil. Esse debate esperamos que tenha desdobramentos pelo seu histórico, e aprimorar o processo de fortalecimento dos conselhos porque sem isso temos.... É mais do que bem-vinda essa consulta pública, não há dúvidas de que precisamos para esse processo de implementação do ensino médio, e dessas doutrinas que não devem permanecer assim. E nas articulações dos

sistemas de ensinos, se não estabelecermos alguns parâmetros mais firmes, sobre o que devemos fazer com os itinerários das eletivas... Espero que ao fim dessas consultas o Brasil possa chegar num consenso que estabeleça. Da forma que está indo hoje não será possível um consenso.

Cons. Solange, do DF

Boa tarde a todos e todas. Vamos direto à implementação do NEM, como bem disse o professor Maurício da Sase, está aqui para ouvir. O DF começou a implementação em 2020, então já tivemos a primeira turma finalizada em 2022, então com isso temos o acompanhamento de 5 escolas com alunos que tiveram ingresso no nível superior com escolas que tiveram sucesso. Dessas 5, em 2020, fomos para mais 7 em 2021, mesmo com a pandemia em 2020, começamos a implantação, depois de 15 meses sem aula, voltamos em agosto de 2022, e hoje estamos com a implementação na rede como um todo. Quais são as dificuldades que encontramos? Nós encontramos a dificuldade de implementar todas as eletivas, porque num primeiro momento elas foram construídas por cada escola. As trilhas não, as trilhas foram elaboradas por professores. O que sentimos falta do MEC? Uma organização de um catálogo, talvez parecido como catálogo da educação profissional, trazendo possibilidades de eletivas de estudo por área de conhecimento que complementaria toda a educação básica e atenderia a vontade dos alunos de seguir para uma das áreas. Então o MEC poderia nos ajudar com um catálogo nessa organização do itinerário ainda sentimos falta de investimento, um local bem pequeno comparado com SP mas sentimos falta de investimento nas nossas 94 escolas. Não tivemos no DF problema com a carga horária porque ela já existe desde 2000, porque são 23 anos de carga horária ampliada. O que precisamos do MEC é uma orientação nacional, temos que aprimorar.

João Carlos, do Paraná

No Paraná foi implementado em 100% das escolas em 2020, estamos com uma comissão permanente formada por 5 conselheiros e 5 técnicos, analisando e avaliando a implantação desse EM. Para que eu não fique repetitivo, nós achamos muito necessária uma avaliação, um estudo, do que precisa ser melhorado, mas temos convicção que o cancelamento desse novo EM trará consequências inadmissíveis para o estado, em função de tudo que já foi feito e investido. O Paraná, então, é contra a revogação, por meio dos seus 19 conselheiros. Estamos cientes da necessidade dessa renovação.

Jacir Venturi, do Paraná

De forma bem objetiva quero colocar em 5 tópicos: Formação geral básica, de em torno de 1600, queremos propor 2200h. Itinerários formativos é a parte mais solta e dispersa, então a nossa sugestão seguindo as palavras da C. Solange é que haja uma normatização, um regramento por parte do MEC, tipo o catálogo dos cursos técnicos, desde que o

objetivo seja cumprir a lei 4615, sendo que o NEM cumpra os itinerários formativos. Se o objetivo for cobrar no ENEM itinerários formativos, precisamos de uma normatização nesse sentido. Terceiro item, que nossos cursos de licenciatura sejam cursos ou privados, estão formando muito mal os professores. Pedimos que o Mec faça uma intervenção nos cursos de licenciatura. Nós vemos nossos alunos saindo como professores com pouca informação sobre metodologias ativas. As nossas universidades estão falhando bastante nesse sentido. 4o ponto: O Paraná, apesar de ter investido tempo na capacitação dos professores, apenas 65% dos professores tiveram alguma informação sobre o Nem. Pedese que o Mec disponibilize verbas para a capacitação dos professores sobre o Nem. Por último, Enem: é necessário que o próximo Enem deve cobrar o que é conteúdo da formação geral básica.

Ricardo Tonassi

O Foncede se reuniu e todos votaram de forma contrária à revogação.

Pedro Augusto Flexa, do Rio de Janeiro

Dando continuidade à fala, eu diria que para a reforma avançar... Hoje pela manhã se falava que a reforma deve avançar em sentido ao aluno. A lei avança quando se fala em Projetos de Vida. Então, dois blocos: o essencial para que a reforma avance, vastos conteúdos do EM devem ser... Muitos daqueles conteúdos não cabem, cabe à faculdade de medicina formar o médico e à faculdade de engenharia formar o engenheiro. A negociação fina é sobre o aprofundamento. Por mais que seja específico algum itinerário, não faz sentido aprofundamento nesse momento. Pensando no estudante, o desenho dos itinerários deveria focar na área de formação, projetos de vida, e não em aprofundamento. O que pode ajudar a experiência do aluno é na medida que os itinerários formativos sejam usados no sentido de áreas de formação. 60% dos currículos, ali já está estabelecido em lei que ali é pela... Indo ao que é circunstancial: é muito difícil discutir currículo nesse momento pós-pandemia. Talvez a gente possa em algum momento chegar à conclusão que o itinerário possa prosperar. Outra circunstância importante: quem está com dificuldade para avaliar é o INEP, o fato é que estamos diante de uma dificuldade do avaliador. Se o INEP conseguir produzir uma avaliação que avalie esses itinerários, será possível uma avaliação. Talvez não haja tempo hábil para produzir essa avaliação.

Felipe Santos, de Minas Gerais

Pede à equipe que compartilhe um PPT em tela. As equipes redatoras dos currículos foram formados pelas redes com base em sua experiência em sala de aula. O Conselho Estadual foi unânime que nos manifestamos contrários à revogação, com melhorias. Uma parte do movimento revoga é ruído. É pedido que continuemos no aprimoramento dessas renovações. Ainda não temos um norte sobre como melhorar isso, mas é um papel

nosso de conselheiros continuar avançando com essas normativas. Quero frisar que existem dois problemas: construção de novas escolas e novos espaços. Outro problema é o processo de ensino integral, queremos caminhar nessa direção.

Davi de Oliveira, do Mato Grosso do Sul

Gostaria de colocar algumas questões: o EM não foi reformado porque estava bom. O EM estava péssimo e precisava ser reformado. A gente tem de entender que revogar é dizer que aquilo que estava outrora é melhor do que está hoje. Particularmente, nosso conselho não entende assim. O Focede trabalha no aperfeiçoamento e não na revogação. Nesse processo, ocorreram muitos conflitos, muitas confusões, por exemplo confundiram BNCC com EM. Ambos são completamente distintos. Concordamos que a carga horária impactou, mas a realidade é que não sabemos trabalhar com a carga horária anterior.

Vem a questão da implementação em um período pandêmico. Questão da pandemia: com todo conhecimento, ainda padecemos o que padecemos. Nós tivemos uma gestão, não vou entrar em questões políticas, mas tivemos um MEC que foi totalmente ausente, mas a instituição MEC falhou no processo de implementação. Temos uma nova gestão que precisa entender essa implementação.

Soraia Raquel, do Maranhão

O conselheiro Paulo iniciou falando sobre o SNE, então acho que aqui é um momento importante... Se estamos ouvindo as pessoas que estão atuando no EM, colocando algumas questões e pontuando questões que não estão satisfatórias, precisamos pensar. Sabemos que fazer reformas requer todo um conjunto. Não é só fazer uma lei que isso vai ser implementado na escola. Nós, atuantes, estamos vivenciando todo um processo de construção de identidade curricular. Como foi falado aqui, não conseguimos chegar a um ideal de EM em todo o Brasil. Quando foi discutida a base curricular, considerando o que está na LDB, a necessidade de termos uma base comum, nós tínhamos até então BNC. Nessas discussões, tiramos 3 documentos de base. EM: os estados estavam estudando um formato de Base Nacional Curricular. Quando discutimos aqui EM, precisamos pensar nos fundamentos: qual o objetivo do EM pro país. Protagonismo, centralidade do aluno, flexibilização, entretanto, precisaríamos saber se essa é a forma. Precisamos pensar: é isso mesmo 1800h? A gente pode levar essa carga-horária da base pros itinerários, então não vai ser base comum e para todos. Então precisamos discutir equidade. O EM, pela LDB, é a formação integral, humana, para o mercado de trabalho... Quando vamos discutir, tudo tem uma concepção, então para tudo isso precisamos discutir uma concepção. Formação docente é importantíssimo. O professor não pode ter uma formação inicial só para BNCC.

Rosa Luzardo, do Mato Grosso

Apresentar o quanto temos enfrentado dificuldades, seja pela ausência de um currículo, seja pela falta de acompanhamento e avaliação. A exemplo disso, temos tantos programas que foram lançados, e não conseguimos concretizá-los. Tivemos a Educação Integral.. E agora será que vamos começar do zero? Não vou destacar a arquitetura, que já foi colocada, e que concordamos, mas gostaria de destacar a importância desse momento, de processos de intervenção em programas dessa envergadura. Gostaria de destacar e fazer algumas ressalvas sobre a proposição do MEC: estabelecer uma política com adoção de uma bolsa; formação e valorização dos professores, que receberão uma carga horária maior e estudar muito para que esse programa aconteça e tenhamos resultados satisfatórios. Precisamos instituir processos efetivos de monitoramento e avaliação.

Ivone Conceição, do Amapá

Hoje consolidamos no Fórum, no CNE, onde todos os conselheiros estavam presentes. Falar da importância dessa reestruturação do EM, muito bem citado pelos Conselheiros a dificuldade de cada estado, cada um, e a nível de Brasil. Diversidade e especificidade de cada região, dando destaque à região Norte. Que possamos nesse debate rever algumas ações principalmente as de acompanhamento das secretarias do EM. Não estamos aqui para revogar, mas sim para buscar mecanismos e ações que venham fortalecer o processo de ensino e aprendizagem em nossas escolas. Queria falar do ponto importante de formação dos professores e, principalmente, a orientação, o apoio do MEC nos nossos estados. Queria fazer esse destaque pra que de fato nós possamos alcançar êxito dos nossos estudantes que irão cursar a educação superior.

Elizabeth Monteiro, do Amapá

Devíamos ter um olhar para não fragilizar. Dentro do estado do Amapá, não tivemos problema nenhum. Conseguimos fazer a implementação, mas enfrentamos desafios. Chamo atenção especialmente para a diversidade que lá encontramos. No Norte, tem escolas que precisamos chegar de helicóptero. Esse apoio financeiro é fundamental para que possamos desenvolver uma política pública.

Fátima Anise, do Rio Grande do Sul

O que nos une e também une os que questionam o EM e de forma legítima lutam pela revogação. Não podemos ter dúvidas de que muitas pessoas estão preocupadas com a qualidade da oferta do EM, nós enquanto RS fizemos uma consulta a todas as entidades que compõem o nosso colegiado. Tivemos a devolutiva de 5 entidades e 2 entidades mandaram um texto com algumas ponderações. Das 7 entidades que nos responderam, 5 são a favor da continuidade, com necessidade de revisões, e 2 nos enviaram algumas sugestões. Muitas se referem a condições estruturais das escolas, de espaço físico, laboratórios etc. a preocupação com o aumento da desigualdade educacional, tendo em

vista a diferença da oferta da rede pública e rede privada, a importância da formação docente, a escuta com os estudantes e esse trabalho que vai ter que iniciar desde o ensino fundamental, aumento da carga-horária também, tema que já foi falado aqui, evitar a fragmentação, que se articule realmente a carga horária dentro das especificidades.... Atentar, então, para todas essas fragilidades.

João Carvalho, de Roraima

Lembrar que estamos vivendo as consequências do que foi realizado no passado. Revogar a lei é criarmos novas consequências para nós. Vamos criar novas dificuldades para nós mesmos resolvermos? A grande maioria das nossas escolas são em comunidades indígenas. Como vamos implementar tudo isso diante dessas circunstâncias? Devemos ser mais simples no que podemos fazer de bom e mais objetivo no que precisamos realizar sobre o que foi feito até então. Eu diria que nos manifestamos de forma contrária à revogação, mas pela implementação efetiva pelo NEM e por tudo que vier. Existem ainda alguns teóricos que dizem que o EM não tem identidade própria. Nós somos contrários à revogação, mas temos de implementar a revogação desta norma. Etnias indígenas demandam cuidado ao tratar de formações que serão oferecidas no estado.

Beatriz Padovani, do Pará

Quero ressaltar um elemento que foi pouco falado. Tivemos a experiência no Pará que motivou o aluno pela educação profissional, temos uma adesão maior, e podemos dizer que isso foi um sucesso. Foi bem aceita pelos alunos, mas a grande resistência que encontramos é o medo do aluno com relação ao Enem. O aluno gosta, mas fica com medo de ser prejudicado pelo Enem. Queria externar um pedido e uma consideração, mas um cuidado para que a gente não atrapalhe essa ideia do EM integrado e valorize o aluno.

Kátia Stocco, de São Paulo

Eu queria trazer 3 pontos: primeiro que é muito natural que todo esse movimento do Ensino Médio não tenha trazido pro ensino fundamental porque não teve uma ruptura, a gente manteve o que já estava. A mudança do EM talvez seja uma mudança mais significativas últimos tempos. Existem estudos que indicam que o Brasil é especializado em fazer mudanças incrementais: essa mudança no EM é uma mudança disruptiva, ela rompe com o formato, criando duas coisas muito importantes para pensarmos: traz uma escola da escolha (Brasil não tem tradição disso, escola é a mesma desde o regime militar, se impõe uma escola muito parecida para todos); outro ponto é a formação e trabalho: existe uma razão pela qual foram feitas 1800h na formação geral básica considerando a escola de 3000h, é porque é necessário para ter o 5º itinerário 1200h. então, se considerou que numa perspectiva mais integrada, uma perspectiva que não rompe com as disciplinas, isso é desconhecimento. São Paulo continua com todas as disciplinas lá, tem diferença de carga horária, mas todas as disciplinas continuam. Qualquer mudança

que se fizer, voltar para 2400h e colocar mais 600h, você está tirando o 5o itinerário. E a meu ver, considerando que 25% dos jovens desse país, de 17 a 25 anos, nem estudam nem trabalham, eu acho que é uma coisa a se considerar agora para a gente não ter que corrigir os problemas de amanhã. SP teve uma experiência muito parecida com MG, com todos os problemas que temos lá para resolver, mas o processo é bem similar.

Giselly Muniz e Edivania Arcanjo, de Pernambuco

É fato que passamos por um momento de insegurança, não serei repetitiva, mas entendemos que é necessário estudo e aprofundamento dos temas abordados. Reforçamos a formação dos professores, se aquele profissional que está na ponta, nós precisamos ouvi-los e fazer uma escuta qualificada. Dito isso, entendemos que a nossa mudança no NEM traz incertezas e nosso itinerário formativo é um deles. Pernambuco entende que a formação técnica é importante como uma possibilidade para o estudante. Não temos equipamentos necessários para estar trabalhando dentro das escolas. Questão dos investimentos financeiros para investir nas escolas e infraestruturas tecnológicas. A questão da reclamação da diminuição da FGB e aumento do itinerário. O professor está criticando porque está vendo um movimento diferente do que ele estudou, mas de fato ele não sabe, então a necessidade das informações para pais e estudantes, é bem importante... Se a gente hoje revogar teremos um problema maior. Precisa de ajustes sim, mas acreditamos que a continuidade, com os ajustes necessários, é o mais viável. Hoje uma revogação nos traria um transtorno maior.

Flávio Roberto de Castro, de Goiás

Quero fazer um apelo, sabemos que com a suspensão da portaria que definia a implantação do NEM isso trouxe uma insegurança às redes de ensino. Aí, não sei se todos os conselheiros concordam, pediria que se resolvesse como vai ser o Enem. Todos os dias recebemos essa demanda do 1o e do 2o ano no EM, e os próximos que irão entrar no EM. Gostaria apenas que isso ficasse claro para que pudéssemos articular os sistemas de ensino.

Oswaldo Dalpiaz, de Santa Catarina

Essa portaria foi de uma infelicidade desnecessária, tanto que em SC nós não reconhecemos ela. O grande problema que temos hoje é um NEM que começou em 2021, qualquer avaliação hoje eu entendo que não é aquilo que a gente gostaria que fosse. Fiquei feliz com a fala da profa. Katia e tenho ouvido muito: vamos aumentar a base comum... Não tem como aumentar agora pra 2400, vai desestruturar tudo. A nossa preocupação maior é o Enem. E eu gostaria muito em função de todo o trabalho despendido na BNCC, e também na formação de professores. Ainda sou a favor de revogar a portaria. Se vai manter a portaria, vamos fazer as audiências públicas programadas. Vamos prorrogar o prazo, honestamente não vejo por que essa coisa tão

acelerada, do movimento para ouvir a sociedade...Tenho dúvida se esse documento vai mesmo trazer reflexos.

Gildete da Silva, do Piauí

O pensamento do Piauí está bem apresentado pelo C. Miguel. Mas quero dizer que o Piauí não tem como mais voltar. Temos uma meta para 2025, de que todas as escolas serão de tempo integral e todas ofertarão Ensino Profissional. Precisamos reforçar 3 pontos de atenção que já foram falados: infraestrutura às escolas em tempo integral para docentes e estudantes; - outro ponto é a lotação do professor para o tempo integral; - e um dos pontos que mais tem nos tirado a calma e a tranquilidade é a questão da indefinição sobre o Enem.

Antônio José Medeiros, do Piauí

Uma coisa que pode ser repetida é dizer que essa iniciativa foi muito boa, de toda a consulta pública, ter um momento com os conselhos estaduais de educação. Existe uma discussão sobre EM no Brasil, o trauma da dualidade: como na educação profissional, até a LDB, não podia sequer prestar vestibular, toda hora se vê esse dilema, e acabaram botando essa carapuça de que o NEM produziria a dualidade. Mas isso não tira a preocupação, que é a questão da carga horária da formação geral, e da necessidade para evitar dualismos é que seja casado com a escola em tempo integral, 4200h nos três anos. Se as 1800h que foram calculadas sobre as 3000h são 60%, acho que a saída é ser 60% à medida que a carga horária for sendo ampliada.

Se você chega a 4200h, 60% é 2520h, mais do que a carga horária total do velho EM. Acho que a regra deve ser essa de 60% da formação geral. E por fim, queria destacar uma coisa: que os institutos federais precisam também implementar a carga horária de tempo integral, da formação geral.

Evandro Arantes, do Tocantins

Contrário à revogação. Vou reiterar uma fala que fiz pela manhã, e estou muito preocupado com o Fundeb e o arcabouço de gastos. Se há um consenso de que a revogação não é o melhor caminho, temos que melhorar, se não for viável do ponto de vista orçamentário vai ficar comprometido. Peço aqui o seu apoio pra gente tentar reverter essa situação. Reforça que o Fonced já marcou posicionamento pela não revogação. Penso que a missão da Sase é um grande protagonista e muito mais que isso.

Ricardo Tonassi sinaliza a última fala.



Ada Gomes, do Ceará

Fui contemplada com as falas que me antecederam. Pela manhã, foi sinalizada a posição do Foncede sobre. Resta ainda algumas preocupações muito fortes: tempo integral e integrado é uma preocupação por conta dos projetos pedagógicos. Outro ponto é a formação de professores. EAD -Conselho estadual de educação do Ceará temos credenciado e reconhecido cursos, precisamos também aprimorar a EAD e focar e não usar tanto a carga horária de EAD para professores. A questão também do arcabouço fiscal e do financiamento. Já foi gasto muitos dólares transformados em reais e precisamos usar esse financiamento. O único estado que disse quanto gastou foi SP.

Ricardo Tonassi passa a palavra para o secretário Maurício.

Secretário Maurício Holanda

Anotei os cinco pontos mais sensíveis.

Infraestrutura; Professores; Currículo e dentro do currículo tem algumas nuances: 1- Carga horária 2- Tempo integral e proposta de currículo integrado e coerente; 3 - Este Brasil não aguenta muita disruptividade ao mesmo tempo. Eu adoro história, adoro imagens, e hoje a professora Kátia utilizou uma imagem muito bonita que era o Rio Negro e o Solimões e pensei assim: quais são os rios que alimentam o currículo brasileiro? Se olharmos para o currículo brasileiro, o nosso grande rio se chama educação jesuítica. Mesmo quando a ordem religiosa não era jesuítica, era isso a predominante. O nosso segundo rio, é o ideal de educação francesa, que chegou aqui em 1940 e ficou por aqui. E o terceiro rio é a experiência, a expectativa de lidar com uma educação técnica em contexto de Guerra Fria, quando se passou a falar de ciência e tecnologia de uma forma normal. Na verdade, nunca demos conta disso bem feito, e aí a coisa ficou bem mais complexa quando se colocou a tarefa de ensino médio para todos. Na verdade, se formos ver o filme e não só o retrato, vemos que fizemos milagre. O tanto de jovem incluído é espantoso. O EM foi e é e por algum tempo será pautado por um currículo que faz as pessoas entrarem numa universidade pública, gratuita e de prestígio: nosso currículo é determinado por isso. Lidamos com uma questão histórica muito séria. Ouvimos algumas considerações, mas as mais carregadas de sentimento foi sobre o Enem. O que vai ser do Enem? Não tem um aluno que não esteja se perguntando e preocupado sobre o que vai ser do Enem ano que vem. Ao falar disso, peço que a gente não desconsidere a inquietação dos alunos que estão nas escolas. Como organizo agora o tempo de trabalho semanal, como realizo um trabalho interdisciplinar...? Não é simples isso. Mas ao mesmo tempo que temos essa realidade, a gente não pode desconsiderar isso que muitos dos senhores chamaram de “o caminho andado”. Não teve nenhum aqui que não fez referência ao caminho andado, ao percurso realizado... Então nós estamos nesse caminho estreito e eu tenho certeza que o jeito de a gente passar por essa crise, que é também uma oportunidade, é se dispor a ouvir as muitas vozes. Assim como o mec está

fazendo isso, os conselhos podem desempenhar um papel muito relevante na construção de um olhar que não está comprometido com aquele governo que está na tarefa de implementar. O Paulo da Bahia falou dessa fala do Anísio Teixeira; e eu não me importaria de acabar com o MEC. As duas grandes federações que conheço, os EUA, não tem ministério de educação; a Austrália não tem ministério da educação. Eles se sentam, os conselheiros, primeiro vem o combinado, depois vem a lei. Somos um país imaturo, então às vezes queremos correr além das pernas. A mesma colocação falo sobre o cronograma do Enem. Longe de mim estar fazendo críticas ao governo, isso somos nós brasileiros. Por exemplo: vincular o Enem a itinerários. Precisa, nesse momento, dar uma direção, um regramento para os itinerários, para que a gente amadureça, e as escolas possam fazer itinerários mais criativos. Lembro de uma conversa com a professora Guiomar em 1998, “Guiomar, o problema brasileiro não é de autonomia, é de falta de rigor”. A gente tem muita coisa, a legislação brasileira permite muitos arranjos. A própria formação profissional, de 1200h, dentro dessas 1200h cabem conteúdos como português, como matemática. Onde cabem formações *stricto sensu* e para o trabalho. São essas as considerações. O Governo não cogita revogar a lei. Em termos de técnica legislativa, a revogação de um dispositivo não restabelece o dispositivo passado. Agora, a gente vê, sim, algumas medidas de aprimoramento: com muita frequência, ouvimos três sinônimos: ajustes, aprimoramento, aperfeiçoamento e melhorias. A grande pergunta que vamos responder juntos, Consed. Fonced. CNE, muito provavelmente governadores... Vamos entrar com uma mudança de lei ou vamos tentar organizar no nível da resolução e das normas legais? Resoluções e portarias temos bastante. A grande pergunta é: se nossos ajustes foram consensuados, compactuados, pela maioria desses fóruns, estudantes... O que precisamos é ter suficiente apoio em cada um desses setores e fazermos no nível da norma intralegal. Se isso não for bastante, ver e construir algo que possa ser enviado pro congresso com um nível de segurança, pra que saia só um dispositivo lá, pra que possamos ter força nisso. Se nós não precisarmos mexer com a lei, da parte do MEC vamos ficar mais apaziguados. Agora temos de levar em conta que os possíveis opositores da reforma, da implementação da reforma, estão nas redes estaduais.

Felipe Santos, de Minas Gerais (MG)

Apresentação do PPT que reúne as considerações do Fonced.

Maurício retoma a fala respondendo ao que foi trazido

Em 1998, a matrícula do EM saltou em 3 anos, saltou de 3 milhões para 5 milhões. Na reta de crescimento, chegou a ter 15 milhões, hoje temos 7 milhões. Como se financia a estrutura de tempo integral no Brasil? Fazendo as devidas ressalvas aos processos de licitação, até chegar ao dia de se inaugurar a escola, que demora às vezes 2 anos, 3 anos, tem de se levantar recursos financeiros, e uma das visões que se tem é que se abra uma linha de crédito bilionário no BNDES para que os estados peguem recursos sem juros para

que possam fazer um investimento racional. A gente chega lá, mas não é mesmo muito rápido. Essa questão do investimento em parques tecnológicos, bem, um dos eixos de investimento do governo Lula é que cada aluno tenha um número x de banda larga e possa ter banda suficiente. A solução de satélites para lugares isolados está no pacote. Ainda tem 3 mil escolas no Brasil que não têm luz elétrica. Todo projeto começa com uma pauta.

Maria de Fátima Miranda, do Acre

Diz que os gestores faziam edital e não tinha professores para atuar nas séries fundamentais. Hoje, a gente tem a presença do pedagogo, do matemático, das artes, dentro do município, por conta do regime de colaboração, porque a universidade e o PAFOR, coloque seu pessoal dentro desses cursos para formação.

Maurício Holanda

Vejo que precisamos, para sair desse dilema, precisamos aplicar à formação dos professores o mesmo princípio que usamos no primeiro ponto: o estudante precisa estar no centro das práticas; o professor precisa estar no centro das práticas que o formam. A gente recebe aquela formação com um mix de 3 sentimentos: interesse; muito legal, mas na minha escola não tenho condições materiais de implementar isso; e segundo eu não me apropriei de tudo que eu queria me apropriar, o curso não me dá essa condição; “a gente chega no curso e não tem nada a ver como que a gente está precisando!”; as formações precisam estar coladas no que fazer. E outra coisa, que é um dos meus modos atualmente: quando a gente quer criar um movimento onde os professores querem transformar parte de suas práticas, a gente tem que entender que existe a formação e existe a cultura profissional. A cultura profissional do professor começa quando ele é aluno na escola. Pela experiência que tive em Sobral, entendi: “Nós não vamos mudar de professor, mas nós podemos mudar a atitude dos professores. Mas pra mudar a atitude dos professores, temos de mudar a nossa.

O enem é muito importante, precisa se basear nos currículos. Tiro pelos nossos filhos, sobrinhos, netos. Essa semana passada conversei com o filho de um grande amigo que está em turma olímpica e ele disse: nós estamos tranquilos porque vamos fazer o Enem neste ano. Mas o pessoal do 2o ano tá preocupado. Isso em uma das escolas dos grupos mais elitistas do Ceará. Então, acho que a gente precisa ter um certo pragmatismo. Em 2010, eu fiz Enem. Em 2012, também. Nós fizemos um movimento que era 100% de inscrições. O EM brasileiro precisa ser construído, e na verdade a gente precisa construir uma política nacional de ensino médio para o País.

Maurício questiona sobre a possibilidade de mudanças legais e de consertos ao que foi proposto.

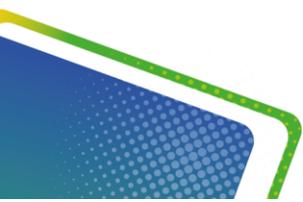
Foncede se manifesta como aberto ao diálogo.



Maurício explica que qualquer mudança que possa pontuar precisa levar em conta regras de transmissão. Precisamos construir segurança jurídica e clareza para onde nós vamos.

É preciso criar prerrogativas que permitam que os estados decidam sobre como acham que devem fazer. Os Estados não são obrigados a seguir. Não tem de ser o MEC que manda. Sei que as máquinas, as grandes máquinas da administração pública, parece que tem vontade própria. Da parte da Sase, temos perfeita convicção no sentido de respeitar o caminho andado, pensando no caso de fazer algumas revisões. As secretarias dos Estados podem legislar no seu âmbito. Penso que é nesse rumo que deve ser nossa discussão.

Chama para o café.

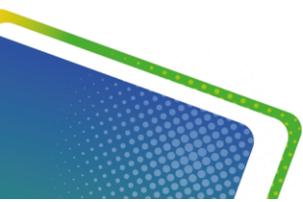


Relatoria Audiências Públicas Consed e FNE

Análise do material propositivo para a contribuição nas ações de implementação do Novo Ensino Médio pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); e com os membros do Fórum Nacional de Educação (FNE)

Sumário

- 1. Relatoria da audiência com o Fórum Nacional de Educação (FNE)**
- 2. Relatoria da audiência com Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed)**
- 3. Contribuições específicas das entidades**
- 4. Apêndice: Transcrição das audiências**



CONSULTA PÚBLICA PARA A REESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ENSINO MÉDIO

1. Relatoria da audiência com o Fórum Nacional de Educação

Data: 29/05, às 14h30, auditório da Capes

Participantes: Membros do Fórum Nacional de Educação (FNE)

A audiência começou com as falas do coordenador do FNE, Heleno Araújo, juntamente às falas do Secretário Maurício Holanda e da presidente da Capes, Mercedes Bustamante. Na sequência, o coordenador do FNE disse que, no dia 19 de abril, foram instalados grupos de trabalho temporário, sob a coordenação da Anec e da Sebes, cujas relatorias ficaram com o Conif e a Uncme. Assim, durante as falas da Roberta Guedes e da Luzia Mota, a sessão recebeu inscrições para a representação de outras entidades que não tiveram oportunidade prévia de apresentar suas proposições. Wisley Pereira, representando a Rede Sesi de Ensino e a Confederação Nacional das Indústrias, deu início falando sobre a construção e o lançamento de formação continuada de professores. A Rede Sesi de Ensino, em parceria com o Senai, oferta atualmente 20 possibilidades de itinerários técnicos e profissionais. Pereira diz que o Sesi, mesmo sendo considerado privada, tem alunos muito próximos do ensino público, e apresenta de que forma conseguiu implementar o NEM em boa parte da rede.

Na fala seguinte, Luis Dourado, representante da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), defende a construção de políticas de estado amplas, sem centralização no currículo. Para ele, é fundamental garantir processos formativos históricos e críticos, articulados a um desenvolvimento da autonomia intelectual, bem como assegurar a carga horária para a formação básica; prover condições para a educação de tempo integral; não esquecer o estudante-trabalhador; buscar superar desigualdades entre escolas públicas e privadas; articular indígenas, quilombolas, EJA e outros.

Luzia Mota, do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), na fala seguinte, enfatiza a experiência do Ensino Médio integrado, o qual tem sido uma experiência bem-sucedida para uma juventude que não está no centro das cidades, mas no interior, capilarizada.

Suely Duarte, do Fórum Undir, disse que, com o NEM, a flexibilização dos itinerários formativos foi somada à falta de docentes qualificados. Ainda, de acordo com Duarte, o novo modelo contribuiu para a desigualdade social, econômica e cultural e comprometeu o desenvolvimento do pensamento crítico. A ideia de notório saber, segundo a

representante do Fórum, desvaloriza os cursos de licenciatura e intensifica a precarização do trabalho dos professores.

Na sequência, Rosângela Gonçalves, da Federação de Sindicato de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Proifes) propõe a perspectiva dos Institutos Federais – um modelo que cumpriria com todas as necessidades que se impõem, segundo a diretora.

Rodrigo de Paula, diretor jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), enfatiza a necessidade de construção de uma transição, tendo em vista os vestibulares que estão a vista¹. Enfatiza, sobre isso, que os estudantes estão apreensivos.

Gabriel Barros, diretor de políticas educacionais da UNE, na sequência, salientou não ter dúvidas de que há um consenso entre os estudantes de licenciatura, os quais se posicionam contra o NEM e querem sua revogação imediata.

Guelda Andrade, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), afirma que o posicionamento da entidade é favorável ao modelo dos Institutos Federais, dando ênfase aos estudantes-trabalhadores. Geovana Lunardi, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), reforça que os territórios importam e cada contexto também; que deve ser pensada uma política nacional de Ensino Médio, a partir dos Estados. Para ela, “temos de entender como política educacional deve ser pensada, não necessariamente como currículo. Política é formação de professores, currículo, infraestrutura (...). Precisamos construir uma política educacional que pense em cada um desses aspectos”, afirma.

Lara Rocha, do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), pontua o aumento das desigualdades devido ao NEM, especialmente levando em consideração a evasão escolar da juventude negra. Para ela, o tempo integral mal implementado vai afetar principalmente estudantes negros.

Alfredo Gomes, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) reafirma que o NEM tende a ampliar as desigualdades que tradicionalmente demarcam o campo.

¹ Já houve posicionamento oficial do MEC, em abril/2023, a respeito do Enem deste ano, indicando que não serão feitas alterações no conteúdo programático da prova.

Fernanda Sobral, vice-presidente da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC) considera a reforma sem lastro e sem legitimidade. Para ela, os itinerários formativos só beneficiam os filhos de rendas mais altas. A professora reforça o potencial dos Institutos Federais, pelo que observa dos concursos que tem presidido.

Carlos Alberto, diretor de políticas educacionais do Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES), disse que é necessário caminhar para a reformulação de um NEM que garanta à juventude uma visão humanista, e não só baseada na competitividade.

Na sequência, para o fechamento, Heleno Araújo, diz que quer trazer para o debate, já que a escola em tempo integral é defendida, como será trabalhado o artigo 34 da LDB que existe desde 1996 e nunca foi alterado?, questiona. “Lá diz que o Ensino Fundamental deve ser alterado em seu período de permanência. O Ensino Fundamental deve fortalecer a presença desses jovens no Ensino Médio. Não podemos querer que essa mudança venha de cima pra baixo. Precisa haver um compromisso com o Ensino Fundamental”. Outro dado compartilhado pelo coordenador é a pesquisa divulgada pelo Sesi/Senai que diz que apenas 15% das pessoas a partir de 16 anos estão estudando. A pesquisa diz que 47% não estudam devido à necessidade de trabalhar. “Para a nossa consulta”, questiona o coordenador, “devemos consultar apenas quem está dentro ou também quem está fora?”. Heleno Araújo conclui: “Nós, do Fórum, entendemos que ao pensar EM não dá pra fazer sem o Sistema Nacional de Educação, sem as leis específicas de gestão democrática em cada sistema de ensino e sem o Sinaeb”.

2. Relatoria da audiência com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed)

Data: 03/07, às 15h, hotel Windsor

Participantes: Membros do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed)

A audiência, no hotel Windsor de Brasília, iniciou-se com as falas de abertura do secretário Maurício Holanda, do presidente do Consed, Vitor de Angelo, do presidente do CNE, Luiz Roberto Liza Curi, dos secretários Kátia Schweickardt e Getúlio Ferreira, do presidente do Foncede, Ricardo Tonassi, e do coordenador do FNE, Heleno Araújo.

Dando seguimento, Vitor indicou que tomaria a palavra pelo Consed, solicitando, então, que projetassem a proposta da entidade para avanços na implementação do NEM. Assim,



o presidente inicia a leitura de um texto introdutório por meio do PowerPoint projetado em tela grande, de acesso a todos os presentes. Na apresentação, a entidade diz que o Novo Ensino Médio é uma construção coletiva cuja implementação tem sido liderada pelas redes estaduais de ensino. Vitor diz que houve um importante investimento financeiro de tempo e trabalho para planejar a expansão da carga horária, inclusive com a contratação de professores e/ou a extensão de carga horária dos docentes que já eram contratados ou concursados nas redes. Para ele, não é razoável pensar em descartar todo esse esforço técnico e financeiro dispendido pelas redes estaduais ao longo dos últimos anos. “Além de inviável essa opção, em nenhum momento foi considerada pelos gestores estaduais”, diz o presidente.

Para o Consed, aprimoramentos e ajustes próprios de qualquer processo podem e devem ser discutidos, no entanto, a revogação do novo Ensino Médio não é o caminho para tornar essa etapa mais atrativa ao estudante. Na apresentação, o presidente explica que o Consed reitera o compromisso e a responsabilidade com a continuidade, com o aperfeiçoamento da Política Nacional de Ensino Médio, considerando os seus principais eixos: a formação geral básica, estruturada nos referenciais locais, mas orientada pela BNCC; a manutenção da flexibilidade curricular e a escolha do estudante; o aumento da carga horária com progressividade para a oferta de ensino em tempo integral; e a manutenção da articulação com a educação profissional e tecnológica.

De início, assim, Vitor apresenta algumas informações gerais sobre pesquisas que o Consed realizou e considera relevantes. O presidente se refere ao número de novos professores contratados exclusivamente em virtude da implementação da reforma, o qual passou de 40 mil, além dos quase 20 mil com o aumento de carga horária. A informação seguinte diz respeito ao número de itinerários formativos que, segundo Vitor, não passa de 302. Segundo o presidente, os itinerários formativos não foram criados sem uma base.

Ainda, Vitor traz um estudo que se dedicou a pensar o estágio de implementação da política nacional do Ensino Médio em cada unidade da Federação. A pesquisa mostrou como o nível de maturidade das redes foi progressivamente se aprimorando e se consolidando. Além disso, explica que as formações, voltados para professores, gestores e técnicos acerca dessa implementação do Novo Ensino Médio também avançaram em 2022, em comparação com 2021.

Para o Consed, a implementação da política nacional do Ensino Médio é um fato e já está acontecendo em todo o Brasil na medida em que na maioria dos Estados já está no seu segundo ano, já passou de 60% da sua implementação e em alguns estados já está chegando a 100%. A partir disso, Vitor sinalizada o posicionamento do Consed, que é “totalmente contrário à revogação”, de acordo com as palavras do presidente.

Algumas premissas devem ser mantidas em uma revisão, as quais são, segundo a entidade: manutenção da flexibilidade curricular e escolha do estudante; manutenção da articulação com o EPT; FGB estruturada nos referenciais locais, mas orientada pela BNCC; projeto de vida como estruturante da proposta pedagógica; aumento da carga horária com progressividade para a oferta de ensino em tempo integral; e revisão das avaliações, com Enem e Saeb à frente, de acordo com as diretrizes da reforma.

Assim, na sequência, Vitor passa ao método optado pelo Consed, de responder às perguntas que foram colocadas pela própria Consulta Pública, iniciando pela questão 1. Esse ponto versa sobre a carga horária, contornando aspectos adjacentes a esse debate. Os encaminhamentos a título de proposta no item 1 são: atender a necessidade de elaboração de orientações para a organização da oferta do Ensino Médio noturno (EJA) em parceria com o Consed; e a elaboração de diretrizes para a educação integral. Com relação à segunda questão, a proposta do Consed é, nos termos do presidente, “que a formação geral básica se mantenha com 1.800h e os itinerários se mantenham com 1.200h, das quais, dessas 1.200h, 300h seriam ajustáveis, sendo permitida tanto a sua utilização para a formação geral básica quanto para os itinerários”.

Sobre a questão 3, a posição do Consed é favorável à definição dos componentes curriculares e à distribuição da carga horária entre eles, a qual deve ser de competência de cada rede de ensino. Uma vez que, para a entidade, a autonomia das redes para organização e oferta dos componentes deve ser assegurada.

A questão 4 aborda a flexibilização curricular do Ensino Médio, como uma proposta importante, presente no debate da gestão pública há algumas décadas, segundo a entidade. A proposta do Consed, portanto, é a elaboração de uma base dos itinerários formativos para reforçar o uso de um orientador comum nacional que reduza a desigualdade entre as redes na parte dos itinerários. Essa base deve ser definida em comissão representativa, incluindo o Consed.

A questão 5 diz respeito à educação à distância. A proposta, como colegiado, é pela definição de que a FGB deve ser feita exclusivamente na modalidade presencial. Já sobre o notório saber, na questão 6, o Consed propõe a manutenção da possibilidade de atuação de profissionais com notório saber exclusivamente para a formação técnica e profissional. Faz-se necessário um monitoramento para avaliação de impacto deste dispositivo.

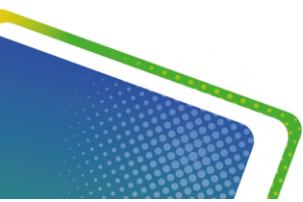
Na questão 7, a qual aborda equidade educacional, o Consed orienta, como proposta, que deve haver elaboração de orientações específicas para a organização da oferta do Ensino Médio para juventudes do campo, quilombolas, indígenas, ribeirinhas com deficiência e outros públicos não hegemônicos. Assim, deve-se oferecer suporte às redes no planejamento e implementação dessas ofertas, bem como apoio técnico e financiado.

Sobre a questão 8, que aciona a necessidade de uma melhoria substancial das condições de infraestrutura física e pedagógica das escolas, o Consed entende que esses parâmetros iniciais, básicos, de qualidade devem ser estabelecidos e merecem ser, a partir de um plano nacional de investimento, suficientes para alcançá-los, tanto no tempo quanto nos recursos que têm que ser enviados. Esse fomento deve ser estruturado em regime de colaboração, ou seja, MEC com as unidades da federação.

A questão 9 trata sobre a formação inicial e continuada de professores e gestores educacionais. Após citar o que é estabelecido na consulta, Vitor diz a proposta do Consed para a formação inicial: de que há necessidade de reorganizar as regras que definem como devem ser os cursos de licenciatura para a formação de professores e gestores nas faculdades de educação; indica, ainda, que deve haver uma orientação à formação dos professores nos cursos de licenciatura numa lógica interdisciplinar.

A questão 10 trata mais especificamente sobre a possível reestruturação do Enem. A proposta do Consed é que a prova nacional não deve se limitar à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Formação Geral Básica (FGB), mas deve também contemplar os itinerários formativos. O propósito é que a proposta enfatize os itinerários formativos e, diante da diversidade que eles têm, olhá-los a partir do que existe em comum, que são os eixos estruturantes, quais sejam investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural e empreendedorismo, conforme sinalizou o presidente.

Para finalizar, Vitor concluiu com a questão 11, referente aos processos de avaliação institucional participativa. De acordo com o Consed, a avaliação institucional participativa é uma ferramenta poderosa para identificar áreas educacionais que precisam ser melhoradas e para orientar a tomada de decisões dos gestores escolares. Assim, o Consed entende que a proposição apresentada é uma medida importante para apoiar o processo de melhoria contínua da oferta do Ensino Médio no Brasil. A disponibilização da metodologia e dos indicadores, juntamente à formação para sua utilização e o apoio do Consed, podem ajudar a garantir que a avaliação institucional participativa seja implementada de forma eficaz em todo o país.



3. Contribuições específicas das entidades

Conforme indicado para esta relatoria, abaixo estão indicadas propostas temáticas comumente abordadas à reforma em sequência. Para efeito de atender aos requisitos propostos, elencamos as categorias sugeridas até então, tendo como referência as questões propostas no instrumento Participa + Brasil.

1. CARGA HORÁRIA

Atualmente, a Lei determina um tempo de 5h por dia (ou 1000 horas por ano) como carga horária mínima do Ensino Médio. Progressivamente, deve-se alcançar o total de 4.200 horas, no mínimo. A expansão das matrículas em tempo integral é uma premissa importante, todavia, é importante que sejam definidas:

- Formas de atendimento dos estudantes do ensino médio noturno e da Educação de Jovens e Adultos que não produzam a exclusão escolar e que favoreçam sua permanência na escola.
- Orientações curriculares capazes de associar a expansão da jornada a uma concepção de educação integral comprometida com o desenvolvimento global dos estudantes.

2. FORMAÇÃO GERAL BÁSICA

A Formação Geral Básica, que é ofertada a todos os estudantes foi limitada a 1.800 horas do total da carga horária do ensino médio. Para as outras 1200 horas, o que se propõe é um conjunto flexível de disciplinas, compondo itinerários formativos por área de conhecimento, na perspectiva de acolher interesses, necessidades e escolhas dos jovens. Na análise da implementação vivida até aqui, há evidências de que esse arranjo possa estar gerando um comprometimento da Formação Geral Básica dos jovens, assim, seria importante:

- Estender o tempo destinado à formação geral básica dos estudantes, alcançando a proporção de, no mínimo, 70% do tempo destinado ao Ensino Médio de tempo parcial (2.100 horas).
- Permitir arranjos específicos para a oferta de itinerários ligados à formação técnica e profissional que exijam, para certificação, uma carga horária superior a 900 horas.

FNE

- Financiar adequadamente, visando o aumento da carga horária, a implementação do CAQ, a garantia de programas de permanência estudantil e a valorização dos profissionais da educação;

- Avançar no delineamento da concepção de educação integral e seus desdobramentos político-pedagógicos envolvendo questões diversas, desde o financiamento, a

valorização dos profissionais da educação, as condições físicas e pedagógicas, incluindo as formas de organização, gestão e dinâmicas que contribuam para a articulação entre a cidadania, a escolarização e o mundo do trabalho, com efetiva qualidade dos processos formativos aos estudantes, bem como a garantia de efetivo protagonismo das juventudes;

- Reanalisar as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CNE 2/2012), considerando o acumulado de discussões sobre as necessidades e diretrizes para a organização curricular dessa etapa da Educação Básica, pelos sistemas de ensino e suas unidades escolares, independentemente das formas e modalidades de Ensino Médio.

Consed

- Definir formas de atendimento aos estudantes do ensino noturno e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que não produzam exclusão escolar e que favoreçam sua permanência na escola;

- Definir orientações curriculares capazes de associar a expansão da jornada a uma concepção de educação integral, comprometida com o desenvolvimento global dos estudantes;

- Elaborar orientações para a organização da oferta do Ensino Médio noturno em parceria com o Consed e preservando a autonomia das redes;

- Manter 1.800h para a FGB e 1.200h para os itinerários, das quais 300h seriam ajustáveis, sendo permitida tanto a sua utilização para a formação geral básica quanto para os itinerários.

3. DISCIPLINAS E COMPONENTES CURRICULARES

Embora a tradição legislativa brasileira, no campo da Educação, seja delegar aos Estados e Municípios, a composição dos componentes curriculares que será ofertada na Educação Básica, certas disciplinas do currículo apareciam, no cenário anterior à Reforma, como obrigatórias na perspectiva de garantir que os estudantes tivessem acesso a determinadas ciências que nem sempre marcavam presença no Ensino Médio. A Lei 13.415/2017 definiu a obrigatoriedade de disciplinas como Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa, por exemplo, ao mesmo tempo em que modificou a expressão “disciplinas de sociologia e filosofia” para “estudos e práticas de sociologia e filosofia”. É preciso equalizar essa situação, de modo a:

- Definir, à luz da BNCC, que a área curricular de ciências humanas e sociais aplicadas deverá ser composta, no mínimo, pelos componentes curriculares de Sociologia, Filosofia, História e Geografia, com oferta obrigatória no Ensino Médio.
- Definir, à luz da BNCC, que a área curricular de ciências da natureza e suas tecnologias, deverá ser composta, no mínimo, pelos componentes curriculares de Biologia, Química e Física.
- Definir, à luz da BNCC, que a área curricular de Linguagens e suas tecnologias deverá ser composta, no mínimo, pelos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Artes e Educação Física.

FNE

- Ampliar a carga horária da Formação Geral Básica, anterior à promulgação da lei, garantindo os componentes de conhecimento consolidados e de formação básica, integrada e única de todos, mantendo o espaço para a parte diversificada se consolidar, tanto nos aspectos da oferta, como do acompanhamento e da avaliação;
- Estabelecer uma carga horária que assegure a adequada Formação Geral Básica (FGB);
- Garantir a diversificação curricular, articulando objetivos e finalidades do Ensino Médio, notadamente, formação para o trabalho, continuidade nos estudos e formação cultural;

Consed

- A definição dos componentes curriculares e a distribuição da carga horária entre eles deve ser de competência de cada rede de ensino;
- Elaboração de base dos itinerários formativos para reforçar o uso de um orientador comum nacional que reduza a desigualdade entre as redes na parte dos itinerários.

4. FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

A flexibilização curricular do ensino médio é uma proposta importante, presente no debate de gestão pública há algumas décadas. Há casos de boas práticas em nível internacional e nacional, todavia, os processos de flexibilização curricular requerem cuidado sobretudo em contextos em que há forte desigualdade, caso em que esta pode produzir mais desigualdades e prejudicar os estudantes que estão mais vulneráveis. A implementação, ainda que incompleta, do Novo Ensino Médio, aponta esse risco. Assim, seria importante:

- Estabelecer parâmetros mais detalhados para a proposição e inclusão das disciplinas eletivas no currículo do ensino médio;
- Construir, de maneira colaborativa, em parceria com as redes estaduais, repositórios para o compartilhamento e aprendizagem cruzada em torno da flexibilização curricular.

FNE

- No que se refere aos aspectos centrais dos objetivos da reforma – a liberdade de escolha dos estudantes (percursos formativos) e a possibilidade de formação técnico profissional –, a alteração na LDBEN cria muitas incertezas, uma vez que delega aos sistemas de ensino as formas e até a opção pelo cumprimento ou não desses objetivos;
- Garantir o Ensino Médio na modalidade presencial, e não apenas a carga horária da Formação Gera Básica (FGB).
- Estabelecimento de diretrizes para o atendimento das especificidades do estudante trabalhador, considerando as modalidades educativas. Proposição de estudos e parâmetros para assegurar a adequação da carga horária ao projeto formativo, infraestrutura adequada, bem como efetiva implementação do CAQ e dos programas de permanência estudantil e valorização dos profissionais da educação.
- Priorizar a oferta de EJA, correspondente ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, na modalidade presencial, tanto no turno noturno quanto no diurno, sendo a modalidade EaD uma excepcionalidade para atender a demandas específicas do público atendido.

Consed

- Definir que a Formação Geral Básica (FGB) deve ser feita exclusivamente na modalidade presencial.

5. RECONHECIMENTO DE NOTÓRIO SABER (EPT)

A oferta da educação técnica e profissional dentro do ensino médio traz importantes desafios. Um, é formação pedagógica dos docentes, visto que os professores das áreas técnico-profissionais têm situações muito variadas quanto à formação em licenciatura, embora tenham conhecimento aprofundado de sua área profissional. Permitir que esses profissionais possam atuar como professores da educação técnica e profissional, com um processo de reconhecimento do notório saber é uma possibilidade trazida pela reforma do ensino médio. Todavia, para evitar que essa solução seja utilizada de formas incoerentes com esse princípio, seria importante:

- Estabelecer parâmetros mais detalhados para a possibilidade de utilização do reconhecimento de notório saber como critério de alocação de profissional para docência no ensino médio, restringindo o dispositivo aos componentes curriculares afeitos à formação técnica e profissional.

FNE

- “O notório saber desvaloriza os cursos de licenciatura; intensifica a precarização do trabalho dos professores; desvalorização do campo das humanidades pela baixa busca nos campos de licenciatura” (FNE). Deve-se, portanto:
- Revogar o texto promulgado pela Lei n. 13.415/2017 e avançar na proposta de políticas para formação e valorização profissional de professores, seguida de processos mais exigentes de contratação, acompanhamento e avaliação dos profissionais da educação;
- Revogar imediatamente as Resoluções CNE 02/2019, 01/2020 e 01/2021, com retorno à implementação da Resolução CNE 02/2015, de modo a garantir uma sólida formação inicial e continuada docente.

Consed

- As regulamentações e processos específicos de reconhecimento do notório saber devem ser definidos pelo sistema de ensino por meio dos seus conselhos estaduais ou distrital de educação.

6. EQUIDADE EDUCACIONAL (GRUPOS NÃO-HEGEMÔNICOS)

Estudantes do campo, quilombolas, indígenas, jovens ribeirinhos, jovens com deficiência e outros públicos não hegemônicos enfrentam o desafio de acessar e permanecer no ensino médio em condições de desigualdade estrutural. O modelo proposto pela reforma do Ensino Médio delegou aos estados a definição das formas pelas quais esses públicos seriam incluídos nas transformações propostas. Esse processo aconteceu de forma heterogênea e desigual, introduzindo camadas adicionais de estratificação da oferta e do atendimento educacional. Desse modo, é importante:

- Estabelecer orientações operacionais específicas para a oferta do ensino médio para juventudes do campo, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, com deficiência e outros públicos não-hegemônicos, de forma a assegurar equidade educacional nesta etapa da educação básica.

FNE

- Buscar superar desigualdade de escola pública e privada; articular indígenas, quilombolas, EJA e outros.



- Reconhecer que o território e o contexto importam;

Consed

- Elaborar orientações específicas para a organização da oferta do Ensino Médio para públicos não-hegemônicos;
- Oferecer suporte às redes no planejamento e implementação dessas ofertas, bem como apoio técnico e financiado.

7. FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Um ponto crucial é a formação inicial e continuada de professores e gestores educacionais. Desde a formação inicial, nos cursos de licenciatura, até a formação permanente ou continuada, realizada pelos sistemas de ensino, os princípios, a concepção pedagógica, as práticas de ensino inclusivas, interdisciplinares e contextualizadas e os processos de avaliação formativa são elementos fundamentais do processo de desenvolvimento profissional dos docentes. Assim, seria importante:

- Reorganizar as regras que definem como devem ser os cursos de licenciatura para a formação de professores e gestores, nas faculdades de educação.
- Orientar a formação dos professores nos cursos de licenciatura numa lógica interdisciplinar de modo convergente à organização do ensino médio por área de conhecimento.
- Construir, a partir da articulação entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Estado da Educação e as Instituições de Ensino Superior, um programa de formação continuada especial para professores e gestores que atuam no ensino médio.

FNE

Para a entidade, não há caminho para a melhoria da qualidade da educação escolar sem, inicialmente, valorizar os profissionais da educação. Para isso, sugerem:

- Revogar o texto promulgado pela Lei n. 13.415/2017 e avançar na proposta de políticas para formação e valorização profissional de professores, seguida de processos mais exigentes de contratação, acompanhamento e avaliação dos profissionais da educação;
- Revogar as Resoluções CNE 02/2019, 01/2020 e 01/2021, com retorno à implementação da Resolução CNE 02/2015, de modo a garantir uma sólida formação inicial e continuada docente.

Consed

- Reorganizar as regras que definem como devem ser os cursos de licenciatura para a formação de professores e gestores nas faculdades de educação;
- Orientar a formação dos professores nos cursos de licenciatura numa lógica interdisciplinar.

8. ENEM

As transformações no Ensino Médio exigiram também uma reestruturação do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem. Essa é uma dimensão complexa da política porque impacta diretamente a equidade e a justiça no acesso ao ensino superior. Considerando que se trata de uma avaliação nacional, é importante que os conteúdos, habilidades e competências avaliadas tenham uma referência comum. Nesse sentido, é importante que:

- A Matriz de Avaliação do Enem seja organizada a partir do que está estabelecido na Base Nacional Comum Curricular para a Formação Geral Básica e habilidades essenciais para o sucesso na educação superior.*

FNE

Não houve proposições claras a respeito do Enem.

Consed

- Enem deve contemplar os itinerários formativos;
- Enfatizar os itinerários formativos diante da diversidade que eles têm, olhá-los a partir do que eles têm em comum, que são os eixos estruturantes, quais sejam investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural e empreendedorismo.

9. AVALIAÇÃO

Processos de avaliação institucional participativa da qualidade da oferta educativa são instrumentos bastante consistentes de melhoria contínua dos sistemas de ensino. No Brasil, uma tradição importante nessa agenda são os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil e os Indicadores de Qualidade do Ensino Fundamental. Esses instrumentos, nascidos da conjunção de esforços do governo com a sociedade civil avançaram no último quadriênio com a proposição dos

Indicadores de Qualidade do Ensino Médio, parceria liderada pelo Unicef com a organização não-governamental Ação Educativa, o Ministério da Educação e o Inep. Na perspectiva de apoiar o processo de melhoria contínua da oferta do ensino médio, seria interessante:

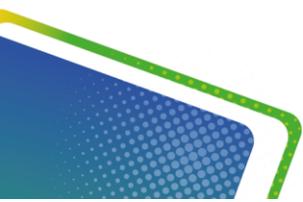
- Disponibilizar a metodologia e “Indicadores de Qualidade da Educação – Ensino Médio” para uso dos sistemas de ensino e das escolas.
- Oferecer formação para a utilização da metodologia, no Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação.

FNE

- Criar formas de expressão e de diálogo entre o sistema normativo dos sistemas de ensino (órgãos reguladores, definidores de políticas etc.), os órgãos de participação social, de natureza consultiva e de acompanhamento (Conselhos Municipais e Fóruns de Educação) e as instituições educativas pode proporcionar um ambiente favorável para definições regulatórias mais acolhedoras e democráticas;

Consed

- Disponibilizar a metodologia e os indicadores, juntamente à formação para sua utilização e ao apoio do Consed, para garantir que a avaliação institucional participativa seja implementada de forma eficaz e efetiva em todo o país.



APÊNDICE

4. Transcrição das Audiências Públicas

A seguir, estão dispostas as transcrições de ambas as audiências públicas sobre as quais foram feitas as relatorias anteriormente. As falas foram registradas durante e após a assistência dos eventos, os quais ficaram disponíveis no Portal do MEC, no Youtube. Foi dada relevância às falas dos interessados, ou seja, a quem o MEC priorizou a escuta das proposições nas audiências: professores, gestores, especialistas, estudantes e pesquisadores.

4.1. Audiência Pública com o Fórum Nacional de Educação (FNE)

29/05, às 14h30, no auditório da Capes

Saudação do coordenador do FNE, Heleno Araújo.

Saudação do Secretário Maurício.

Boa tarde, prezados, membros do FNE, sejam bem-vindos, a gente agradece a presença dos senhores e senhoras neste momento que é de oitava, de escuta dos membros do Fórum em torno dessa questão do Ensino Médio. A gente do Mec entendeu que essa é uma questão que não se resolve facilmente, então vou fazer um breve intervalo porque a anfitriã, a profa. Mercedes está aqui pra dizer umas palavras pra nós, a Presidente da Capes.

Saudação da Pres. da Capes., Mercedes Bustamante.

Secretário Maurício Holanda

Nós identificamos que temos 4 grandes fóruns a quem devemos escutar: CNE, Consed, FNE e Consed, além das muitas escutas que temos feito individualmente, que quero que sejam mais do que as que conseguimos agendar. Então, nós vamos tocar nossa atividade que é a seguinte: vou escutar tanto os que quiserem falar. Ao final, com as ideias, críticas e comentários, e os muitos elogios que espero ouvir do assunto, aí terei tempo e oportunidade, pertinência de fazer comentários no sentido de uma síntese (Menciona e agradece as pessoas envolvidas na organização e produção do evento).

Passa a palavra para o Coordenador do FNE, Heleno Araújo.

No dia 19 de abril, instalamos os grupos de trabalho temporário, sob a coordenação da Anec e do Sebes, e a relatoria ficou com a Conif e a Uncme. Durante as falas da Roberta



e da Luzia, a gente vai também recebendo as inscrições para a representação de outras entidades que não tiveram oportunidade de apresentar suas proposições.

Passa a palavra para a Roberta Guedes (Anec).

No primeiro encontro, nos conhecemos enquanto entidades, a partir desse encontro abrimos um drive onde solicitamos que todas as entidades que tivessem documentação a respeito da implantação do novo ensino médio. Pedimos que cada um colocasse ali documentos técnicos que analisassem a implantação do NEM. Abrimos também um grupo no whatsapp. Demos o prazo de uma semana para envio da documentação, fizemos uma reunião posteriormente da relatoria para que pudéssemos ver a melhor metodologia para trabalhar com essa documentação, que é bem complexa. Prof. Sérgio se ofereceu para ser o primeiro relator, nós nos reunimos, ele fez a leitura de todos os documentos e foi produzido um texto para a terceira reunião, que ocorreu semana passada. Nessa reunião, percebemos que abrimos o grupo no whatsapp e não tínhamos colocado 2 grupos, atores, dar voz a atores, então tomamos a seguinte decisão: reabrimos o prazo do envio de documentos até o dia de hoje, o professor Sérgio vai fazer a leitura e completar esse documento primeiro, faremos uma reunião na sexta-feira, com uma enquete para que as pessoas possam realmente participar. A partir disso, queremos fazer uma entrega oficial ao professor Heleno, a qual queremos entregar no dia 16 de junho, para que o FNE possa fazer a sua leitura e seu posicionamento. Aí sim, no final de junho, teremos um texto do FNE para apresentação à Sase.

Luzia Mota (Conif)

Não tenho muito o que complementar, porque tivemos uma dificuldade na consolidação dos documentos. Com esse caminho que estamos adotando, vamos conseguir finalizar um documento sistematizado a respeito da reforma.

Roberta Guedes (Anec)

É importante destacar que tipo de documento estamos recebendo. Nós temos, desde manifestações, a documentos de pesquisas de campo, acompanhamento da implantação, documentos pedagógicos, sobre a relação dos itinerários formativos; no bojo, é a síntese da documentação que a gente tem. Não estamos medindo esforços para que consigamos construir algo potente, que seja a representação fiel do FNE.

Heleno Araújo (FNE)

Nesse grupo de trabalho temporário, temos uma presença grande das 50 entidades que compõem o FNE. Além desses documentos e pesquisas que estão amparando o debate interno, seria importante a gente ouvir das entidades que têm produção sobre o tema, e socialização desse tema, sobre como fazer e o que fazer com a lei 13415.

Roberta Guedes (Anec)

A Anec fez um estudo com todas as instituições católicas de EM do Brasil, representamos 1100 colégios sobre a implantação do NEM. As nossas escolas não tiveram muita opção, ou elas implantaram ou não implantaram. Houve um investimento muito grande das instituições dos currículos, das redes, na formação de professores, pois mudou-se o currículo mas não houve mudança na formação dos professores. Então, fizemos em todas as nossas instituições um trabalho muito grande na formação dos currículos para que atendesse esses itinerários.

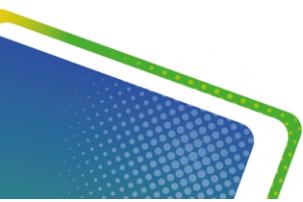
Entregamos dois documentos pro MEC, e amanhã entregaremos ao INEP, um é uma pesquisa qualitativa em que a gente escuta professores, gestores e coordenadores sobre como isso funciona em sala de aula; e o segundo documento foi compilar todas as matrizes de itinerários formativos de todas as nossas redes de ensino, para buscar o que havia de consonância nas redes católicas, e não havia consonância. Não encontramos consonância a nível de 1100 escolas, imagina a nível de Brasil. Professor está cansado, a gente não aguenta mais, a gente precisa ter condições de trabalho real. Então, apresentamos essa documentação pra vocês, pra que a gente possa buscar um caminho que ainda está bem sombrio.

Wisley Pereira (Rede SESI de Ensino, representante da indústria / CNI - Confederação Nacional das Indústrias)

Formação de professores; formação de currículo; matrizes curriculares e material didático. Construímos e lançamos formação continuada de professores, ofertamos hoje 20 possibilidades de itinerários técnicos e profissionais em parceria com o SENAI. Nossa rede, mesmo sendo considerada privada, os alunos são muito próximos das redes públicas.

Rita Pacheco (EJA - Fóruns EJA Brasil)

Na EJA, a maioria é desempregado ou em trabalhos precários, na EJA, pública. O que está acontecendo é que o EM é ofertado à noite e em um ano e meio. A EJA está sendo ofertada em 1 ano, nesse 1 ano ainda foi oferecido com uma disciplina chamada Projeto de vida, voltada para o empreendedorismo, e é uma falta de respeito, o abandonado é o resultado do NEM na EJA. Temos ainda essa precariedade toda. O NEM é a precarização com os trabalhadores pobres do País. O NEM está chegando atrasado na EJA, então estamos fazendo um balanço muito superficial para apresentar à Cetec. Mas temos secretarias que transformam o ensino médio noturno em EJA, de um ano. 2018 a 2021, redução de 25% na EJA, muito grave.



Gilson Reis (Contee)

Perspectiva do emprego futuro deveria estar amplamente vinculada a um projeto de desenvolvimento do país, qual o projeto de industrialização do País? Não temos um projeto. NEM é um projeto sem nenhum conteúdo para país, a não ser um projeto de grupos particulares que conviesse a suas determinações políticas e pedagógicas. Avaliamos que esse Ensino Médio tem um símbolo muito claro, que é o bombom gourmet. A medida que não é um projeto, não temos um projeto de educação vinculada. NEM -anúncio de uma tragédia a ser tocada pelos Governos. Esse fórum é a representação política e democrática que está pensando o país. Concluo minha fala dizendo que esse projeto precisa ser revogado.

Luis Dourado (Anpae)

Entendemos que a criação do NEM atropelou processos e que essa reforma foi um rolo compressor, e essas portarias, com os dispositivos que arrolam, o governo adotou uma perspectiva excludente que ignorou análises sobre os desafios. Disputas de concepções, histórica interpretação... Reforma governamental sem lastro e sem legitimidade. Anpae é favorável à revogação da reforma. O NEM ignora os estudantes e o protagonismo para juventudes, numa perspectiva plural. Limites da reforma: é centrada no currículo, ignora o contexto das escolas públicas; secundariza infraestrutura e formação de professores; amplia a carga horária, mas paradoxalmente reduz a carga básica com exclusão de disciplinas tradicionais; naturaliza a dicotomia do ensino propedêutico, sem contemplar a garantia da formação profissional, mas vende o discurso das escolhas de percursos. Precisamos pensar quilombola, indígena... Proposições da Anpae: nossa defesa é de construção de políticas de estado ampla, sem centralização somente no currículo. Garantir processos formativos históricos e críticos, ética, estética, política e pedagógica, articulada a um desenvolvimento da autonomia intelectual; deve considerar as dimensões estruturantes; assegurar a carga horária para a formação básica; prover condições para a educação de tempo integral, que não é só aumento de carga horária, sem esquecer o estudante-trabalhador; buscar superar desigualdade de escola pública e privada; articular indígenas, quilombolas, EJA e outros.

Luzia Mota (Conif)

Não há nenhuma dificuldade que não possamos resolver. Papel das instituições nesse momento de disputa, estamos fazendo política, temos um espaço onde podemos defender nossas ideias, e nossas ideias podem ser acolhidas. Nesse momento é importante que o governo possa ouvir. O Conif produziu um documento que está no drive. E nesse documento tratamos de 4 pontos da reforma: o cronograma de implantação, a BNCC, a regulamentação dos itinerários e o modelo avaliativo do NEM. O documento não toma posição sobre a revogação, mas ele diz que é preciso avaliar as condições que o nem foi implantado. O cronograma mostra que o nem vem ampliando

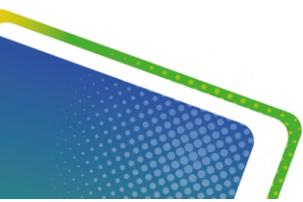
as desigualdades entre as redes de ensino. É um consenso entre nós, de que o que está sendo posto em prática não é o que as juventudes brasileiras merecem. É necessário reavaliar alguns pontos. A questão da BNCC que prescreve o que deve ser ensinado, isso rebate na formação docente, porque a formação docente não forma mais professores, forma operadores da BNCC. Nós queremos saber se a formação docente vai ser capaz de formar cidadãos omnilaterais ou unilaterais. Um outro elemento que o documento do Conif traz é em relação aos itinerários formativos, regulados como estão, não servem para ninguém, é necessário assumir isso para que enfrentemos o debate. Não existem itinerários formativos. No modo como foi operado pela legislação os itinerários formativos só beneficiam os filhos e as filhas que têm dinheiro para pagar uma boa escola particular. Não há estrutura. Pra finalizar, só gostaria de trazer a experiência do ensino médio integrado, que é um mantra para nós, o ensino médio integrado tem sido uma experiência muito bem-sucedida para uma juventude que não está no centro das cidades, está no interior, capilarizado.

Suely Duarte (Fórum Undir)

Trabalho com formação de professores e, portanto, participamos também dos fóruns de formação, que são diretamente atingidos pela reforma do EM. Quando se fala da questão do investimento, imaginem o que houve com as escolas públicas. Se para áreas privadas, o NEM existiu todo um aporte financeiro, então para o setor público não houve aporte financeiro, não houve investimento. No momento que estamos pensando na construção ou na reconstrução de um estado democrático, pensar a formação de jovens é essencial para pensar na construção desse Estado. O NEM não oferece uma formação técnica profissional e nem uma formação humana e emancipatória. Alguns colegas, a ANPED vem fazendo uma rodada sobre os impactos do ensino médio que são comuns a todos os estados: - a flexibilização dos itinerários informativos somada à falta de docentes qualificados; nem contribuiu para a consolidação das escolas para os ricos e outra para os pobres; contribui para a desigualdade social, econômica e cultural; compromete o desenvolvimento do pensamento crítico; o notório saber desvaloriza os cursos de licenciatura; intensificação da precarização do trabalho dos professores; desvalorização do campo das humanidades pela baixa busca nos campos de licenciatura. Fórum Undir se manifesta contrário ao NEM.

Andressa Pellanda (Campanha em Defesa da Educação/CNDE)

Carta que traz 10 pontos sobre por que revogar o EM. Lembra sobre o processo histórico de construção do EM, que começou errada. (Faz um percurso histórico sobre o NEM). Traz evidências científicas e empíricas sobre os problemas do NEM. Diz que precisa defender política de Estado que combata as desigualdades. “A leitura do mundo precede a leitura da palavra..” cita Paulo Freire.



Rosângela Gonçalves (Proifes)

Propõe perspectiva dos Institutos Federais (modelo que cumpre com todas as necessidades que temos); Entende que arrumar o NEM me parece aquela reforma que você tem uma parede com mofo e você só pinta. Não adianta arrumar, tem de ser revogado. Às vezes fico surpresa porque vocês não querem esse, então o que vocês querem?

Rodrigo de Paula (Contee)

Afastamento do pobre, filho do trabalhador, com classes dominantes. NEM aprofunda desigualdades, acesso do pobre; debate não pode ser discutido na ótica do mercado, debate precisa ser intensificado no âmbito pelas entidades que compõem a diversidade da educação do Brasil; Ampliação da carga horária sem infraestrutura para implementação dela. Nesse sentido, entendemos que não cabe um remendo nesse novo ensino médio. Nós só teremos a centralidade da educação quando o ser humano tiver formação como um todo, sem a centralidade do trabalho. A Contee defende escola pública de qualidade, e o NEM exclui o filho do trabalhador, exclui determinadas profissões, por toda essa característica da falta de estrutura... Entendemos que a revogação é necessária.

Mas ao mesmo tempo se faz necessária a construção de uma transição, vestibulares já a vista.

Se faz necessária a construção de uma transição, vestibulares já a vista, os estudantes dentro das escolas numa apreensão muito grande, e principalmente que envolva os professores e trabalhadores da educação.

Gabriel Barros (Diretor de Políticas Educacionais da UNE)

A UNE sempre foi contra a precarização do Ensino Público. Somos contra esse NEM, somos pela revogação desse NEM. Às vezes podemos achar que estudantes de graduação não fazem esse debate, mas estamos diretamente ou indiretamente ligados a esse processo. Minha fala vai no sentido de trazer algumas avaliações políticas das consequências. A gente vê que esse movimento de aumentar os itinerários sem qualificação de estrutura, a gente leva os estudantes a se deslocarem pra uma outra escola que não é perto da sua casa pra ir atrás de itinerários que são do seu interesse. Assim, escola se torna apenas um espaço mecânico, que não contribui para a formação cidadã e crítica. Esse processo reforma as disparidades de ensino, e essa disparidade reforça o processo de evasão, das desigualdades sociais, que é um grande problema do nosso país. Tantos esforços com o princípio de universalizar o ensino básico, no ensino superior vamos caminhar pra um lado contrário porque vamos estar colocando as possibilidades de entrada na universidade muito mais para estudantes de escolas privadas do que de escolas públicas. Lutamos para que as universidades sejam um espaço

mais plural e mais diverso. Não temos dúvida de que somos contra o NEM e queremos a revogação imediata do NEM. A gente percebe entre os estudantes de licenciatura, que há um consenso.

Guelda Andrade (CNTE)

Propõe pensarmos na educação básica: essa proposta do NEM aprofunda a vala da desigualdade social. Essa formação diz que é de tempo integral, mas vai totalmente contra os preceitos de educação integral. Vem nessas discussões dizerem que nem todos vão à universidade, acalmem os ânimos, mas é nosso papel dar uma educação básica para que os estudantes possam fazer a escolha se querem ir à universidade ou não. Investiu-se rios de dinheiro nessa falácia de que os estudantes poderão escolher os itinerários, mas a verdade é que o sistema é que escolhe. Quando falamos da democratização do acesso, a gente não consegue garantir a permanência desse estudante. A gente precisa ter em mente os tempos e espaços de debate para garantir o objetivo que tanto desejamos, garantir espaços democráticos que perdemos. A gente precisa agilizar o debate para avançar. Nesse sentido, a gente recomenda que o modelo seja o dos institutos federais, dando ênfase aos estudantes-trabalhadores. Ninguém aqui falou em favor desse NEM, não podemos pegar exceção e falar em regra.

Geovana Lunardi (ANPEd)

Não vou repetir o quanto a Anped já pediu a revogação, mas gostaria de dar uma notícia sobre o ciclo de debates e fazer uma pontuação breve sobre a política educacional. A Anped contribui com a consulta pública, e organizamos cinco encontros regionais com pesquisadores da área. Até esse momento, já realizamos 3 desses encontros, o próximo é no RJ e o seguinte é em Brasília. As contribuições já foram apresentadas a partir dos pontos que os colegas levantaram, mas vale a pena destacar 2 aspectos: 1) O primeiro é que o território importa e o contexto importa; 2) Circulação de políticas educacionais que fazem que países como o Brasil copiem reformas curriculares e educacionais que efetivamente não deram certo nos seus países de origem. Pensar uma política nacional de Ensino Médio, a partir dos Estados. Temos de entender como política educacional deve ser pensada, não necessariamente como currículo. Política é formação de professores, currículo, infraestrutura... Precisamos construir uma política educacional que pense em cada um desses aspectos. Está sendo feito um levantamento de teses e dissertações sobre o tema.

Lara Rocha (Ceert)

Pontua o aumento das desigualdades, especialmente sobre a evasão escolar da juventude negra, falando especialmente a respeito da equidade racial e equidade de gênero. Tempo integral mal implementado vai afetar principalmente estudantes negros;



enfim, pontua sobre de que forma o NEM vai recair negativamente sobre os estudantes negros.

Lucia Rincón (União Brasileira de Mulheres/UBM)

Sou contra o NEM porque há desqualificação dos saberes a serem incorporados na escola. Para fazer uma formação humana, emancipatória, precisamos olhar para um projeto de sociedade que recria o ministério dos povos indígenas, das mulheres, da igualdade racial. Quero dizer que quem pensa em políticas educacionais precisa pensar que o recorte de gênero nos leva a olhar para essa formação técnica, e o histórico da sociedade leva a um fator de intensificação das questões de gênero.

Paulo Muniz (Abruc)

Reformular o Ensino Médio implica em reformular o Enem. A Abruc e as universidades comunitárias estão realizando essa ampla consulta porque entendemos que essa discussão repercute no futuro da educação superior. Ao discutirmos o Ensino Médio, estamos também, necessariamente, discutindo a reforma da Educação Superior, no próprio acesso à ela. Portanto, é necessário que esse impacto na educação superior seja também observado nessa discussão. O Ensino Médio é a transição, e nele existe uma ferramenta essencial, que é o Enem, ou seja, necessariamente, reformular o Ensino Médio implica em necessariamente reformular a sua avaliação, através do Enem.

Alfredo Gomes (Andifes)

Lê o documento “Por uma Política Nacional de Formação Inicial e Continuada de Professores para Educação Básica”. Acrescenta que 1) o contexto em que foi formulada a lei do NEM, e diz ser ilegítima, sem discussão ampla com as principais entidades; 2) a medida do NEM tende a ampliar as desigualdades que tradicionalmente demarcam o campo. Considera o NEM contrário ao movimento democrático. É uma medida que tende a criar uma sociedade e medidas que não favorecem o combate às desigualdades raciais e capacitistas.

Fernanda Sobral (Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência/ SBPC)

Erros na elaboração, execução e comunicação da Reforma, questões que constam em texto do dia 17 de março da SBPC. Considera a reforma sem lastro e sem legitimidade, sem entrada no currículo, se descuidando da estrutura física e pedagógica; e os itinerários formativos só beneficiam os filhos de rendas mais altas. Quando só beneficia os filhos de rendas mais altas, sabe-se que outras rendas mais baixas são filhos de pessoas pretas. Sabe-se que o NEM contribui para as desigualdades raciais. Não podemos corroborar com uma reforma que contribui para as desigualdades sociais. Reforça o potencial dos Institutos Federais a partir de concursos que tem presidido.

Carlos Alberto (Proifes)

O consenso é de que o modo que está não está bom. Gostaria de ouvir do ensino privado se abre mão da oferta das disciplinas de educação à distância; ou que o notório saber seja retirado da proposta. Se o setor privado e o setor público entendem que não é boa, então precisamos criar um novo consenso, novos parâmetros. Devemos caminhar para a reformulação de um NEM, que garanta a essa juventude uma visão humanista, e não só baseada na competitividade. É preciso repactuar esse país. Apelo aos novos atores desse novo contexto para que possam convergir em mínimas bases essa visão de futuro que o país precisa.

Otto Farias (Confenapais/Confederação dos pais)

Defende inicialmente o inglês como código de informação necessário ao Ensino Médio. 2) Ponto de vista do pai do aluno, temor e frustração de tantas mudanças, o aluno é o objeto dessas mudanças. Sendo assim, a transição é mais adequada do que uma ruptura.

Fernando Mineiro (Representante da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados (PT))

Necessário pensar sobre de que forma esse debate será levado ao Congresso Nacional. Diz que não há um posicionamento oficial da Câmara, mas é necessário trazer um componente para o debate sobre como será. Desafios: disputar essa concepção de executivo; e discutir isso no legislativo.

Fabiano Farias (Confederação Nacional do Comércio)

Do jeito que está não dá para continuar. Traz pra refletir: essa reforma é irreformável? Desde que isso começou, vejo como uma oportunidade de fazer uma discussão sobre várias questões históricas brasileiras, formação continuada, estrutura, valorização profissional, evasão escolar... E desde 2009, como professor da rede pública estadual do RJ, identifico a evasão escolar, é um problema histórico. Vi de perto quantos milhões foram dados para essa Reforma do Ensino Médio. Pedir essa reflexão sobre os esforços que tem sido feitos tendo em vista o investimento público.

Helena Araújo (Coordenador FNE)

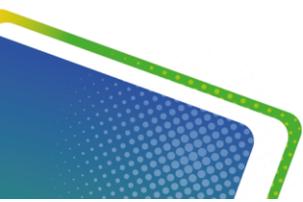
Faz o fechamento. Queria trazer para o debate já que defendemos a escola em tempo integral, como iremos trabalhar o artigo 34 da LDB que existe desde 1996 e nunca foi alterado? Lá diz que o Ensino Fundamental deve ser alterado seu período de permanência. O Ensino Fundamental deve fortalecer a presença desses jovens no Ensino Médio. Não podemos querer que essa mudança venha de cima pra baixo. Precisa haver um compromisso com o Ensino Fundamental. Outro dado é a pesquisa divulgada pelo Sesi, Senai, e diz que apenas 15% das pessoas a partir de 16 anos estão estudando. É uma

pesquisa que precisamos visitar. A pesquisa diz que 47% não estudam devido à necessidade de trabalhar. Para a nossa consulta, devemos consultar apenas quem está dentro ou também quem está fora? Nós do Fórum entendemos que ao pensar EM não dá pra fazer sem o Sistema Nacional de Educação, sem as leis específicas de gestão democrática em cada sistema de ensino e sem o Sinaeb.

Secretário Maurício Holanda finaliza.

Quero agradecer a todas as considerações que pudemos escutar. Quero enaltecer especialmente a presença do deputado Fernando Mineiro. Em relação a esse nosso primeiro momento, que é o que discute a lei 13.415, eu guardo aqui as quatro ou cinco aspectos básicos que foram mencionados aqui: 1- foco em uma reforma curricular, que desconsiderou questões de infraestrutura de professores, condições de trabalho, pactuação; As lacunas da reforma são óbvias, não adianta querer escondê-las. Quero tematizar o acesso ao Ensino Superior e quero falar que tem um aspecto importante que precisamos levar em conta: o acesso ao ensino superior não será seriamente XXX pelas cotas. Mas as cotas estão sob risco e precisam ser vigiadas. De toda maneira, quando as cotas foram criadas o grande discurso é de que os egressos teriam performance de aprendizagens mais baixas, e esse discurso foi feito. De toda maneira, quero dizer que o grande nó disso se chama Enem. Não há como considerar irracional que um jovem brasileiro não sonhe com um ingresso na universidade pelo Enem/Sisu. Mesmo que por suas condições de vulnerabilidade, se pudessem sonhar, sonhariam com isso. Somos um país em que o título doutor, até o ano passado, era razão de a pessoa ter uma condição especial na cadeia. É impossível querer imaginar que alguém vai ficar satisfeito só por ser encaminhado pra educação profissional. Falou-se muito de o MEC apoiar: o MEC tem que apoiar, mas a gente precisa cobrar os Estados. Os Estados têm sua própria arrecadação e cada vez mais concentram suas matrículas no EM. Quem (dos Estados) consegue fazer bem mais do que se tem feito. Quero fazer uma menção sobre esses dois modelos que tem se considerado: Institutos Federais e Sistemas S. Acho que merecem atenção, pois ainda que em sistema de laboratório, estão fazendo coisas que podem nos interessar e bombardear nossas convicções e nos enriquecer. Quanto aos IF's, sabemos da potência que são. Em ambos os casos, tem uma dimensão que é possível a gente alcançar, que são os equipamentos; e tem uma dimensão que não foi mencionada é que há seleção de alunos, e essa é uma questão que precisamos levar em conta. Escola particular no Brasil é cara e não é boa. Escola particular no Brasil é ruim, porque se a gente não tem escola pública boa, a particular só não precisa ser ruim para ser competitiva. O que interessa mesmo aqui é que as escolas particulares estão dando seu jeito, como sempre deram, justamente porque o que lhes interessa é o acesso às universidades. Antigamente era o vestibular, agora é o Enem. Reforma curricular é a mais difícil reforma que uma sociedade pode empreender. Reforma política é extremamente difícil, talvez seja a mais difícil, mas reforma curricular não tem igual, porque não se faz reforma curricular sem conversar com o professor. Tenho falado cada vez mais de que a questão não é melhorar a

formação inicial e tampouco continuada, a questão é respeitar a cultura profissional dos professores. Quais são os esforços que cada um precisa fazer pra gente introduzir mudanças numa cultura? Não estou reclamando de professores porque qualquer segmento profissional tem sua cultura. Todo profissional tem uma cultura que é da profissão. É difícil porque professor e educação é o segmento da ação humana que mais depende da ação humana. A educação é refratária à mudança porque depende muito mais de gente do que de tecnologia. Quero pedir que pensem em uma palavra: transição. Já tem uns 10 anos que bato na tecla de que política nacional de Ensino Médio é para a juventude. O jovem não tem como separar o que é necessidade de renda, o que é aprendizagem, o que é ter um projeto de vida, enfim. Todo mundo, quando tem uma visão do que quer pro futuro, o faz mais resistente, mais resiliente... A gente precisa não pensar na escola em quem decide e implementa currículo, mas pensar nos jovens nas suas necessidades e expectativas, e nas suas capacidades. Se a gente existir como país daqui a 30 anos, a gente terá conseguido isso por causa dos jovens. Agora, temos de abrir espaço para esses meninos exercerem de forma organizada o potencial que eles têm. Voltando à transição, o que quero colocar é que temos um cenário complexo no Congresso. Já estão pipocando projetos de lei, que eu penso que são projetos que quem propôs não avaliou a sua proposição em termos de viabilidade. Não foram construções que foram pensadas na viabilidade. Então, precisamos construir isso, precisamos de medidas imediatas para descomprimir pontos críticos dessa reforma, construir um projeto que não seja só retirar dispositivos a, b, c e d da atual lei, mas que seja já um projeto que aponta para o futuro. Tramita hoje na Câmara um projeto que autoriza o governo a fomentar o tempo integral. Essa é a primeira chave pra gente sair dessa armadilha.



4.2 Audiência com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed)

03/7, às 15h, no Hotel Windsor - DF

Secretário Maurício inicia

Então, nosso procedimento em relação à escuta, às oitivas, aos colegiados, como o Consed, foi basicamente de escutar todos os pronunciamentos, todas as manifestações que os membros desse colegiado queiram fazer. No Conselho Nacional de Educação, o professor Curi bem lembra, a gente escutou cada um dos conselheiros que queria exprimir sua opinião e todos quiseram exprimir sua opinião, expressar. Exprimiram bem sua opinião. E isso significou quase três horas de convívio, muita conversa, muita convergência. Então, esse tem sido o nosso método, mas também não é uma coisa rígida. A gente tem essa disposição e tem a disposição de proceder também conforme o Consed quiser propor. Então, estamos aqui dispostos a ouvir.

Vitor de Angelo

Pessoal, boa tarde, mais uma vez. Não quero nominar todo mundo, até para não cometer aqui nenhum equívoco, mas em nome da Kátia, do Maurício e do Getúlio, secretários do Ministério que estão presentes aqui, eu queria cumprimentar a todos dessa mesa. Especialmente o Getúlio, que foi nosso colega durante muitos anos aqui no Consed, está ali de alguma forma, tentando também ser uma ponte entre o que a CETEC discute, aquilo que ela se dedica e as redes de ensino. Bom, estou entendendo que estamos em um território bem livre para a gente fazer a apresentação da forma como nós nos organizamos. Eu adiantei mais ou menos para o grupo que está aqui à frente. Ali fora, como a gente se organizou, mas só repetindo, para quem não pôde ouvir, até para fins de registro, nessa filmagem. Nós, no conceito, estamos divididos em frentes de trabalho. Duas dessas frentes, duas dessas frentes, se dedicam especificamente ao Ensino Médio e à avaliação. Uma vez que a consulta é sobre o novo Ensino Médio, mas adentra questões tratadas na frente de avaliação, como o Enem e o Saeb, os dois secretários que lideram essas duas frentes, o do novo Ensino Médio, que é o secretário Hélio Dayer, do Mato Grosso do Sul, e a frente de avaliação, o secretário Rossieli Soares, do Pará, em conjunto, de forma articulada. Eles, juntos, de forma articulada e colaborativa com outros secretários, que também participam dessas duas frentes, promoveram algumas reuniões com as equipes técnicas das secretarias. Então, em grande medida, para quem está aqui na mesa, que vocês veem aqui à frente é formado essencialmente por técnicos, independente do cargo e dos nomes que têm esses cargos, das secretarias, ou ligados à avaliação ou ligados ao Ensino Médio. Então, esse é o grupo que está aqui, somando alguns secretários, alguns representantes de secretários que não puderam estar presentes, mais a gente que está aqui na mesa. Então, esse é o auditório que está aqui hoje. E, especificamente, este grupo já esteve reunido em momentos anteriores. Na semana retrasada, durante dois dias, numa discussão bem minuciosa sobre ponto a

ponto da consulta e da posição que o Consed poderia ter, digo poderia porque foi a partir dessa minuta de posição, dessa proposta de posição encaminhada pelos técnicos, sob a liderança dos secretários que estão à frente desse grupo de trabalho. Mas a presença de alguns outros secretários que se juntaram nesse esforço é que a gente, então, fez uma outra reunião na semana passada e, finalmente, uma hoje pela manhã para validação dessas posições. Então, tracei aqui esse histórico para dizer o seguinte, diferente, pelo que eu entendi, de como foi, por exemplo, a audiência com o CNE, aqui nós não teremos, claro que eu não quero aqui a palavra de ninguém. Mas, a princípio, nós não teremos a necessidade, pelo menos, de que todo secretário de Educação fale. Claro, está aberta a palavra. Mas estou dizendo isso só para reforçar que a posição que vai ser lida aqui não é a posição do secretário Rossieli, do secretário Hélio, nem minha e nem de nenhum outro secretário em particular. E ainda que, evidentemente, um colegiado como esse tenha dentro dele diferentes posições sobre aspectos específicos, a posição que aqui está sendo encaminhada como nossa sugestão é o consenso tirado entre os secretários a partir de um trabalho prévio dos técnicos, como eu já disse.

Então, o que eu vou aqui ler é a posição do Consed, expressando não exatamente a totalidade das opiniões de cada um, porque, tantas coisas, é impossível ter esse nível de consenso, mas um consenso no coletivo do Consed. E, claro, volto a dizer, se, apesar disso, alguém ainda quiser fazer algum complemento, até a título de correção de algo que eu disse ou para adicionar alguma coisa que eu falei na minha fala, então, por favor, depois sinta a sua vontade. E, antes de passar a leitura, nós pegamos as 11 questões da consulta e procuramos responder a essas questões, de tal forma que, de um modo bem didático, é assim que está organizada a apresentação.

Então, tem uma pequena introdução, que eu vou ler, alguns dados, um quadro síntese dessas perguntas. Mas, assim como a gente fez na reunião hoje de manhã, eu vou passar questão a questão às 11, mostrando qual é a pergunta, qual é a resposta portanto, qual é o posicionamento do Consed. Parece muito, mas eu acho que, no final das contas, será bem mais rápido, viu, Curi, do que foi no CNE. Dito assim, parece que vai se alongar, mas não. Antes de eu começar essa apresentação, acho que Maurício talvez ainda vai passar a palavra para outras pessoas dessa mesa, mas eu queria só, nessa palavra introdutória, agradecer, Maurício, pela oportunidade de estar aqui como Consed, dando essa devolutiva. Fiz questão de, nessa fala inicial, também contextualizar um pouco como nós chegamos a esse resultado, para que vocês entendam a postura colaborativa e propositiva que, desde o início e em que pese qualquer diferença de avaliação sobre um ponto ou outro, a gente, como Conselho de Secretários de Educação, teve. E isso fica bem expresso no tempo que nós, secretários, nossas equipes, que todos nós investimos nesse assunto. Muito tempo, muito esforço, muita vinda à Brasília, muita reunião. E isso não tem outro significado senão a nossa disposição em ajudar, em colaborar a dar o melhor encaminhamento a essa consulta.

Secretário Maurício Holanda

Muito obrigado. Obrigado, Vitor. Também é nosso sentimento de sermos gratos ao Consed por esse momento e pelo esforço que fizeram. Mas eu quero também, antes de passarmos ao trabalho do mérito do que a gente veio fazer aqui, pedir também uma breve palavra aqui dos nossos companheiros, tanto os dois secretários do MEC, que têm uma profunda interface com o Ensino Médio. No Médio e também com os companheiros que integram a equipe de coordenação da consulta junto com o Consed, que é o Conselho Nacional de Educação, o Fonced e o FNE. Então, vou passar aqui, nesta ordem.

Luiz Roberto Liza Curi (CNE)

Eu queria cumprimentar o Maurício pelo ordenamento, pela organização, pela ampla escuta feita ao longo do processo, que vai, obviamente, subsidiar essa Comissão Nacional a adotar a melhor alternativa possível à sociedade brasileira. E, portanto, também dizer que esse é um momento muito especial para o Conselho Nacional da Educação, que é ouvir o Consed. Para nós, é talvez a mais relevante interlocução desse processo, por óbvia inserção na vida e no cotidiano de estudantes, professores e funcionários da educação básica brasileira. Portanto, é com grande expectativa que nós estamos aqui para ouvir o Consed. Também cumprimentar o Maurício, meu querido amigo, Heleno, Ricardo, o secretário Getúlio e a secretária Kátia. E também o secretário Zélio e Rosélio, os dois a dupla de fundo aqui. Muito obrigado. Vamos, então, rapidamente à escuta, que é o que nos interessa aqui.

Secretária Kátia Schweickardt

Boa tarde. Primeiro, cumprimentar de modo muito especial companheiro de trabalho todos os dias, o professor Maurício, que está coordenando, em nome do MEC, essa consulta. Em nome dele, eu cumprimento meus demais colegas secretários e a todos os membros dessa mesa, em nome do secretário Hélio, que está coordenando essa frente do Ensino Médio no Consed, cumprimentar o fórum, na pessoa do Heleno, o FONCED também, o professor Ricardo, e a todas e todos os secretários que estão aqui, um salve a todas em nome da secretária Hélivia, do DF. Ainda somos poucas mulheres e incomodamos bastante, então isso é bom. Queria dizer para vocês, da nossa alegria democrática de estarmos vivendo esse momento, sabe? Não tem solução fácil para problemas complexos. Então, todo mundo acha que pode ser fácil, não é? Em uma canetada não é fácil. Então, por não ter solução fácil, acho que é gente como a gente que tem garra à disposição, gente que vem do Norte, gente que lida com a exclusão há muito tempo e que a gente está aqui. Então é uma oportunidade de a gente estar pensando. Acho que a grande lição, na minha opinião, dessa consulta é que nós estamos com a possibilidade de discutir democraticamente e tantas outras políticas públicas importantes.

Acho que o caminho que a gente tem que pensar é uma política nacional do Ensino Médio, que passa por, entre outras coisas, a gente olhar com muita seriedade e

responsabilidade sobre o processo que a gente está vivendo e olhando para o que, de fato, precisam e esperam os nossos 6,6 milhões de jovens brasileiros, sabendo que tem 460 mil deles que hoje, de 15 a 17 anos, estão fora da escola porque a escola não fala com eles. A escola não faz sentido para esses jovens de 15 a 17 anos. Tem 460 mil fora. A professora Valdirene, coordenadora do Ensino Médio. Professor Alexandro, nosso diretor, também está acompanhando isso de perto. Desses jovens que estão fora do Ensino Médio hoje são pretos. Não é em vão e nem coincidência que 70% da população carcerária brasileira também. Então é sobre esse cenário que nós temos que atuar. Para além da nossa van filosofia e muita teoria de muita coisa, existe um Brasil que a gente precisa enfrentar, que a gente não consegue perceber nos resultados das avaliações externas e a gente não consegue dar uma resposta simples nem olhando para o lado, porque ainda somos poucos pretos representados na gestão da coisa pública no Brasil. Vamos juntos, estamos aqui para ouvir. Muito obrigada pela disposição de vocês compartilhar conosco.

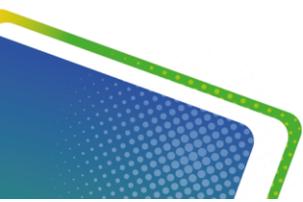
Secretário Getúlio Ferreira

Muito bom nós chegarmos aqui e cumprimentar meu querido secretário Maurício, doutor Luiz Roberto Curi, presidente do CNE, que nos ajuda muito aqui em todas essas questões, querida secretária Kátia. Ricardo, Heleno. E meus três grandes colegas, companheiros de convergências, divergências. E aquele lá na ponta, já com a cara ali olhando para mim, com cara de fazer, ele sempre gosta de fazer polêmica. Meu amigo Rossieli, ele sempre está lá. Mas agora eu faço com ele. Essa dupla Rossi e Hélio, eu acho que vocês precisam, viu, Rossi e Hélio? E, meu amigo Vito, segura esses dois caras aí, tá? Nós aqui no Ministério da Educação, eu acho que o Consed é a marca de tudo isso. Afinal de contas é a maior oferta de Ensino Médio, que é a Educação pública, são os Estados. Então, não é por isso que a gente não vai ter que ouvir o Consed e não só ouvir como a Cata, ou a maioria daquilo que vocês. Colocam como

soluções para o problema que estamos vivendo hoje. Como já disse a Kátia, complexa, a solução não é tão simples. O problema é complexo, a solução realmente não vai ser simples, mas vai ser, pelo menos, dessa forma muito dialogada. Essa é a forma que a gente entende que deve ser o papel do MEC. E hoje nós estamos aqui muito mais para ouvir, como fizemos em todas as oitivas. Nós ouvimos CNE, ouvimos Foncede, ouvimos estudantes. E, a partir dessas oitivas, aqui não é o lugar do debate para a gente, mas o lugar de ouvir. Espero que recebamos aqui muitas contribuições do Foncede. E só para encerrar, porque a gente precisa ouvir. E um cumprimento especial aqui à minha secretária Socorro, que me substituiu.

Ricardo Tonassi

Muito boa tarde a todos. Queria agradecer aqui ao secretário Hélio, ao secretário Rossieli e ao secretário Vitor, que trataram de forma tão respeitosa o assunto, agradecer



profundamente ao presidente Curi, do Conselho Nacional, que acaba sendo um farol para todos nós, aos secretários Maurício, Kátia, Getúlio, ao meu querido coordenador Heleno do FNE, e dizer que já temos uma vitória, que é o aumento do diálogo com o Ministério da Educação. Isso é considerável, muito considerável quando se fala de educação. E eu espero que ele não se encerre aqui, até porque acreditamos que tenhamos outras discussões que virão. Acabei de receber, quase no fim de semana, a quantidade de audiências que teremos para tratarmos da educação integral, na pasta da secretária Katia, espalhados por todo o país, em audiências. Então, acho que temos muita coisa para discutir, mas deixar aqui registrado a minha ciência, acho que essa é a palavra, do quão hercúleo é o trabalho dos secretários e das secretárias estaduais de educação no país. É um trabalho absolutamente hercúleo, chega a ser em muitos momentos desumano, por força da cobrança excessiva, que esperamos da educação no país. Então é um dos secretários, se não é o secretário mais importante do governo estadual, sem dúvida tem um dos maiores orçamentos, mas a responsabilidade é proporcional. E isso, diante de um orçamento gigante, diante de problemas ainda maiores do que seus orçamentos, eles são cobrados diuturnamente. Vou dar um exemplo aqui absolutamente infeliz para que a gente configure como é injusto muitas vezes a cobrança. Do meu querido Rio de Janeiro. Se, lamentavelmente, uma criança no Rio de Janeiro receber uma bala perdida e ela estiver vestida com um uniforme escolar, não é um problema de segurança pública, é um problema do secretário de Educação. Tamanho é a ótica que se tem sobre os escaninhos em que nós nos envolvemos na educação, em todos os momentos do país. Seja na educação prisional, seja na educação quilombola, seja na educação de jovens e adultos, está a figura do secretário ou da secretária estadual de educação. Então, deixo aqui registrado meus profundos respeitos ao trabalho que vocês fazem pelo país. Muito obrigado.

Heleno Araújo

Boa tarde a todos. Ao secretário Maurício Holanda, ao secretário Vitor, a todos que acompanham esta mesa de escuta sobre o Ensino Médio, sobre os rumos que queremos para a nossa juventude no Brasil. Estamos aqui representando o Fórum Nacional da Educação. Muitos aqui participam do fórum, mas a representação hoje à tarde está sendo feita por mim e pela companheira Roberta Guedes, da ANEC, que está representando na FNE. A Roberta coordenou um grupo de trabalho temporário no Fórum Nacional da Educação, debatendo, discutindo esse tema e produzimos material também para contribuir com o debate e com o diálogo. E o conselho de participando efetivamente. A secretária de Socorro, a titular, a Sandra Suplente, participa efetivamente de todas as atividades do Fórum e nos ajudaram também a construir mais um instrumento para o debate e para aquilo que nós queremos e desejamos em nosso país, que, de fato, a educação pública seja para todos, para todas e para todos, que tenha qualidade social referenciada, que nós defendemos historicamente, com a valorização dos profissionais, das profissionais de educação. Esse com certeza, é um sonho, um desejo de todos que

estão aqui nessa sala, de todas as pessoas que estão aqui, e precisamos construir isso de forma dialogada. Essa oportunidade, essa felicidade que hoje temos aqui, depois de sete anos de estar em uma mesa de diálogo com três secretários do MEC. A Kátia, o Getúlio e o Maurício, fazendo essa escuta, dialogando e construindo coletivamente. Então, é uma conquista importante para o momento histórico que estamos vivendo, e devemos valorizar esse espaço para, de fato, construir o caminho que nós queremos para os nossos jovens, crianças, adultos também, que muitos fora da escola ainda, que precisamos resgatar para concluir a sua educação básica. Bom trabalho para nós!

Secretário Maurício

Com você, Vitor.

Secretário Vitor de Angelo

Então eu peço que projetem aqui, por favor, a proposta do Consed para Avanços na Implementação do Novo Ensino Médio. Vou começar na leitura desse breve texto introdutório que o Powerpoint, que a gente vai disponibilizar depois, tem. Pode passar. Que diz assim, "Conforme explicitado na nota pública divulgada em 15 de fevereiro de 2023", que, salvo engano da minha parte, foi a primeira manifestação sob essa nova gestão do governo federal a respeito deste assunto, o Consed entende que o Novo Ensino Médio é uma construção coletiva cuja implementação tem sido liderada pelas redes estaduais de ensino. Em um processo conduzido pelas secretárias e secretários, com a atuação marcante das equipes técnicas das secretarias, em colaboração com as equipes das escolas, especialistas de entidades parceiras públicas e privadas e sindicatos, foram construídos os novos currículos que estão sendo implementados desde 2022, em alguns Estados até um ano antes. Paralelamente, se iniciaram as formações para os professores e desenvolvidos os itinerários formativos disponibilizados para a escolha dos estudantes. Tudo isso articulado com as normativas e resoluções criadas pelos conselhos estaduais e pelo Conselho Nacional de Educação, aqui representado pelo seu presidente. O que significou importante investimento financeiro de tempo e trabalho para planejar a expansão da carga horária, inclusive com a contratação de professores e/ou a extensão de carga horária dos docentes que já eram contratados ou concursados nas redes. Logo no slide seguinte vou trazer informações levantadas a esse respeito. Não é razoável pensar em descartar todo esse esforço técnico e financeiro dispendido pelas redes estaduais ao longo dos últimos anos. Além de inviável essa opção, em nenhum momento foi considerada pelos gestores estaduais. Isso, inclusive, está na nota pública de fevereiro, que são os responsáveis pela etapa de ensino na rede pública, por esta etapa de ensino na rede pública. Para o Consed aprimoramentos e ajustes próprios de qualquer processo podem e devem ser discutidos, no entanto, a revogação do novo Ensino Médio não é o caminho para tornar essa etapa mais atrativa ao estudante. E, nessa apresentação, a gente reitera o nosso compromisso e responsabilidade com a continuidade, com o aperfeiçoamento da Política Nacional de Ensino Médio, considerando os seus principais

eixos, que são a formação geral básica, estruturada nos referenciais locais, mas orientada pela BNCC, a manutenção da flexibilidade curricular e a escolha do estudante, o aumento da carga horária com progressividade para a oferta de ensino em tempo integral e a manutenção da articulação com a educação profissional e tecnológica.

A partir de consultas e diálogos calcados em dados e evidências coletados e discutidos com os Estados, foram construídos os posicionamentos as propostas que serão apresentadas a seguir. Brasília, 13 de julho de 2023, assina essa introdução da apresentação. Um dado que pode mostrar o tamanho do esforço técnico, mas, neste caso, eu diria, sobretudo, financeiro, é o número de novos professores contratados exclusivamente em virtude da implementação da reforma, passando de 40 mil, além dos quase 20 mil com o aumento de carga horária, somando em um quantitativo bastante significativo que a gente, em uma conta matemática bastante simples e subestimada, ou seja, considerando o piso nacional do magistério, que é excedido em diversas unidades da federação, por isso estou dizendo que é subestimado, considerando este número vezes o piso pago a esses professores, nós estamos falando de alguma coisa que apenas neste aspecto, supera R\$ 2,2 bilhões de reais por ano. Então, esse é um dado bastante eloquente do montante de investimentos que a gente tem feito, de como isso alcança os nossos estudantes, que são um alvo principal desta política pública, mas como envolve também os profissionais da educação, também sendo beneficiados por essa mesma política, e é importante no nosso entender que isso esteja em mente quando pensamos nos próximos passos eventuais a serem dados no que diz respeito à reforma. Existe aqui, também por Estado, quando a gente analisa o crescimento por unidade da Federação, um dado sobre o aumento do corpo docente, ele fica muito visível quando a gente fala de Alagoas, Minas, Tocantins, Maranhão, Goiás, São Paulo, Sergipe, Ceará, Amapá. São dados que expressam muito bem esse investimento, como eu disse. E, quando a gente olha também para o esforço docente, é bastante interessante que a gente vê, na medida em que também avança a localização, não sei como chamam nos Estados de vocês, a lotação dos professores cada vez em menos escolas, você, de alguma maneira, cria condições de trabalho muito mais favoráveis para esses professores. Isso fica muito claro quando falamos da educação em tempo integral, que também aparece como uma meta, uma submeta, talvez, por assim dizer, na meta maior dessa reforma. Então a gente termina tendo professores localizados em menos lugares, percorrendo menos escolas e colocando o seu esforço naquilo que mais interessa, que é utilizar o seu tempo, além da sua formação, da sua experiência, da sua dedicação, à melhoria da aprendizagem dos nossos estudantes.

Aqui temos algumas informações que o Consed acha que é relevante. Vez por outra, a gente viu na imprensa, nesses meses, a notícia de que haveria milhares de itinerários formativos. E, às vezes, vemos esses números sendo reproduzidos por outras falas, talvez um pouco mais apressadas, que perdem de vista que é possível que isso exista de fato quando falamos das disciplinas eletivas. Porque, de fato, em algumas redes há um feirão,

inclusive, para apresentar as escolas. Então, é natural que, quando você multiplica isso pelas escolas do Brasil afora, a gente tem realmente um número bastante significativo. Mas, quando olhamos para a parte flexível, os itinerários formativos do Novo Ensino Médio, esse número não passa de 302, que é um número também significativo, mas que, quando dividido por 27 redes estaduais de ensino, dá um resultado bastante moderado do conjunto de opções possíveis que cada uma delas apresentou aos seus estudantes como trilhas de aprofundamento na parte flexível desse novo currículo. Os itinerários formativos não foram criados sem uma base curricular e, e nós dizemos isso um pouco mais adiante, da necessidade de, talvez, normatizar mais esses referenciais. Eles não são completamente soltos, ou seja, secretários e secretárias não criaram esses itinerários das suas próprias vontades, até mesmo pelo percurso percorrido, trilhado no processo de implementação desse novo referencial curricular, que teve, sim, a liderança dos secretários e das secretárias, envolveu um conjunto de outras instituições que já foram citadas ali na introdução. Então, é um processo colaborativo. Claro, alguém sempre pode dizer que não colaborou o tanto que quis ou o tanto que podia, mas foi um processo colaborativo baseado em premissas, em referenciais curriculares bastante sólidos e, lógico, sem prejuízo a que a gente, olhando agora de frente para trás, possa dizer que seria importante ter mais referências curriculares.

E nós dizemos isso a seguir. Mas, só para afastar também a ideia de que esses itinerários surgiram do nada, aos montes, e isso cria um cenário caótico que inviabiliza a reforma, porque essa, claro, não preciso nem dizer pelos dados que estamos apresentando, não é a nossa conclusão.

Os temas integradores abordados pelos itinerários formativos das redes são relevantes para a formação dos estudantes do Ensino Médio, e aqui trazemos alguns deles, como cultura e linguagem, mídia e comunicação, matemática e trabalho, educação financeira, resolução de problemas, sustentabilidade, ciência e tecnologia e juventudes. Então, alguns exemplos para mostrar que não só não é caótico, mas na ordem que isso tem, isso tem uma ordem endereçada aos estudantes das nossas redes, dentro das prioridades que nós entendemos que são deles, a partir de escutas que foram feitas nesse processo coletivo de construção. Então, alguns elementos também que vão apontando para a posição do Consed. Eu ia dizer "pode passar", mas está comigo. Aqui, eu vou, sem muito detalhamento, porque acho que isso tomaria muito tempo, só trazer um estudo que se dedicou a pensar o estágio de implementação da política nacional do Ensino Médio em cada unidade da federação. Portanto, por assim dizer, o grau de maturidade que a reforma tinha em cada Estado. Esse estudo dividiu 37 ações necessárias em três blocos. O primeiro, a organização dessa mudança; o segundo, a promoção dessa mudança; e o terceiro, a transformação da realidade à qual se endereça essa reforma. Com base nisso, o estudo propôs quatro níveis de implementação que estão com intervalos de pontos. Do primeiro para o quarto, nós teríamos a menor maturidade para a maior maturidade, o menor nível de implementação para o maior nível de implementação. E o que interessa

aqui para a gente pensar é como de 2021 para 2022, e esse dado ainda não foi processado para o ano de 2023, de todo modo é natural a gente imaginar que vai haver um avanço, mas de 2021 para 22 fica muito evidente como nós tínhamos um percentual de Estados minoritários, percentual, mas está ali, existe um percentual de Estados no nível 1, um percentual muito significativo de Estados no nível 2 e um percentual que também não é desprezível, arredondando aí um quarto dos Estados, no nível 3, sendo que, claro, a reforma como um processo não era de se esperar que ninguém estivesse no nível 4, porque esse é um processo que ainda está em curso e sequer completando o seu primeiro ciclo formativo. E vejam como, em 2022, nós temos um desaparecimento do nível 1 e uma diminuição do nível 2, mas em favor do nível 3, que passa a alcançar praticamente metade das redes. Estou aqui trazendo as premissas das quais partem esses números, que são aqueles passos divididos naqueles blocos. Mas, a título de referência, esse estudo mostra para a gente como o nível de maturidade das redes foi progressivamente se aprimorando, foi melhorando, foi se consolidando.

Para não dizer, lógico, que o novo Ensino Médio está implementado em todas as redes do país, em alguns lugares já no seu terceiro ano, uma minoria, e na maioria dos Estados já no seu segundo ano, tendo em vista que a legislação previa isso, o começo da reforma em 2022. Então, também um dado para nós importante aqui, de uma outra forma a repetição dessa informação, mas que só vai corroborando para a posição do Consed. E essa posição tem também alguns dados e evidências que mostram a necessidade de apoio. Nunca é demais lembrar que a reforma acabou coincidindo com uma mudança política e social mais ampla que prejudicou muito esse processo. Do ponto de vista social, estou me referindo especialmente à pandemia e a tudo o que ela significou para o país. Não preciso nem discorrer sobre isso e que excede muito a área da educação. Mas mesmo naquilo que tem a ver com a educação e muitos de nós, ou alguns de nós, éramos secretários durante a pandemia, ela, a pandemia, exigiu daqueles secretários, alguns de nós ainda secretários hoje, um redirecionamento do seu olhar, da sua atenção, do seu esforço e das respectivas equipes para desafios, sim, imediatos, inesperados, para os quais nós não havíamos nos planejado e que, portanto, exigiram um esforço muito maior, prazo de tempo, sem nos esquecermos de um processo paralelo que, iniciado antes, não podia ser interrompido porque a reforma estava ali à vista de todos em 2022, a primeira turma, as primeiras turmas deveriam iniciar o Ensino Médio já sob os novos referenciais curriculares. Então, nós temos aí um contexto social sanitário que vai para muito além da educação, mas que na educação, para muito além do novo Ensino Médio, exigiu bastante esforço das equipes, em prejuízo, é preciso dizer, ao foco que a gente tinha em uma mudança tão significativa como essa.

Agora, somando a isso uma outra questão de natureza política, que foi uma gestão que durante alguns anos não deu a devida atenção a um processo de mudança estrutural tão profundo como esse, nós tivemos um quadro entre 2018, 2019 para ser mais preciso, e 2022, bastante complicado, para dizer o mínimo. Então, como alguém nessa mesa agora

não me recordo quem falou, estamos aqui, no mínimo, em uma foto que demonstra bem a capacidade de diálogo que nós temos e a possibilidade de diálogo que nós temos, porque capacidade alguns de nós tínhamos, mas não tínhamos possibilidades do diálogo, mas aqui nós nos juntamos na capacidade, na disposição e na possibilidade de dialogar. Mas isso só foi retomado nessa combinação nesse ano. Então nós estamos falando de um processo muito recente que vai restabelecendo, até porque o contexto social mais amplo envolvendo a pandemia também vai se dissipando, que vai restabelecendo uma condição que se não é perfeita, ela é mais ideal do que foi nos quatro últimos anos para a gente implementar uma reforma dessa envergadura. Então, a necessidade de apoio é algo que aparece para nós de uma forma muito, muito também presente quando olhamos os dados e as evidências que nós temos. Uma delas, do próprio MEC, é a de que apenas metade das unidades da federação contava com um cronograma físico financeiro estruturado, essa ferramenta de planejamento que é essencial porque ela identifica as ações que devem ser desenvolvidas ao longo do tempo, seus responsáveis, os seus custos estimados, os produtos gerados, a relação de dependência entre as atividades.

Esse próprio documento também vai fazer referência a um desafio que quem é gestor sabe disso, quem está na avaliação, sobretudo quem está à frente do Ensino Médio, nós secretários, claro, sem excluir o MEC de forma alguma e outros atores representados aqui, a comunicação dessas mudanças é muito desafiadora. Me permitam aqui um parêntese para usar um exemplo até do meu Estado. Essa semana, semana passada, sexta feira, eu fui a uma escola e, vou dizer que caí na besteira, mas lá pelas tantas perguntei, e aí o Ensino Médio? Nossa, a reação dos meninos foi assim, muito interessante, não é? Um arrepio. Só que eu fui perguntando o porquê e muitas coisas que eles falavam eram coisas perfeitamente explicáveis, que não diziam respeito às vezes nem à reforma, nem à reforma conduzida no meu Estado, nem em nenhum outro Estado. E eles não tinham clareza disso. E vocês sabem bem que nós não estamos mais, não é minha área, mas nós não estamos mais num momento em que a comunicação vai de quem fala para outros tantos que passivamente escutam. Nós temos um cenário fragmentado, em que um comunica para o outro o que quer e, nesse contexto, nós somos, como secretários, uma gota nesse oceano.

E num oceano que tem muito mais vozes, condicionadas por diversos outros interesses, estou usando a palavra aqui no sentido positivo, por diversos outros posicionamentos e, muitas vezes, levando informações truncadas, informações imprecisas, dificultando a comunicação da secretaria. Tudo isso, claro, torna muito mais difícil um mínimo de alinhamento com professores, com a comunidade escolar de um modo amplo, com os estudantes, que são, como a gente já falou aqui, o principal objeto dessa política, daquilo que está sendo feito. E é muito angustiante. Todo mundo que trabalha na gestão, penso eu, se angustia, como eu, por ouvir coisas que não são verdadeiras. Não são verdadeiras. Não procedem, não partiram da secretaria, não tem margem de manobra para aquilo. Não é uma opção. E a gente, então, fica muito limitado nessa questão da comunicação



ainda. Colocamos aqui a necessidade de apoio para a gente poder avançar e aqui, independentemente do resultado dessa consulta e desse avanço. E as formações, voltados para professores, gestores e técnicos acerca dessa implementação do Novo Ensino Médio também avançaram em 22, na comparação com 21, mas seguem sendo um ponto de atenção durante as entrevistas. Nesse documento chamou a atenção o desconhecimento dos gestores acerca dos números sobre o assunto. Eu vejo isso na minha rede e acredito que os colegas também na suas. E essa foi uma questão que quase sempre requeri levantamento pós entrevista, uma vez que os gestores não sabiam de algumas informações que eram, a princípio, necessárias. Era de se esperar que eles tivessem essas informações. O que pode indicar um baixo nível de monitoramento do tema, por exemplo, ou oferta de formações em EAD que dificulta a mensuração desses públicos já alcançados, são aqui duas possibilidades que o documento traz e que a gente junta em um conjunto breve de evidências que demonstram a necessidade de apoio às redes na implementação da reforma. Esses dados, essas evidências passam que mensagens para a gente?

As principais mensagens que norteiam esse posicionamento e, por conseguinte, as propostas do Consed são as seguintes. Primeiro que a implementação da política nacional do Ensino Médio é um fato e já está acontecendo em todo o Brasil e que qualquer posição, aqui eu não quero colocar a nossa como final, isso foi muito discutido hoje, isso aqui é uma posição inicial, certamente a gente terá ainda que se posicionar sobre a síntese deste posicionamento com um de tantas outras instituições que o próprio secretário Maurício aqui mencionou, até em respeito a todas, afinal, por mais relevância que tenha o Consed, nós não somos donos da razão, absolutamente, estamos aqui apenas trazendo um posicionamento de quem implementa a reforma na ponta, mas isso não é uma opinião de quem implementa a reforma na ponta, isso é um fato, a reforma já seguiu o seu curso e na medida em que na maioria dos Estados já está no seu segundo ano, já passou de 60% da sua implementação em alguns Estados já está chegando a 100%, porque como eu disse, em alguns Estados, acho que dois salvo engano, o novo Ensino Médio foi implementado em 2021 portanto é preciso ter uma cautela no posicionamento a ser seguido daqui para frente em virtude disso, porque isso nos joga qualquer coisa diferente que desconsidere isso pode nos jogar num cenário de incerteza muito grande.

A implementação ela avançou na maioria dos Estados entre 2021 e 2022. Os dados anteriores mostram isso. O que indica que não tem só uma implementação acontecendo e ponto, não, existe um esforço para implementação e um esforço para avançar no processo de implementação. E isso precisa também ser considerado. Embora essa implementação esteja caminhando com esse esforço existem inúmeros desafios e muitos deles não são discricionários dos secretários de educação mais no ponto em que nós estamos. Então é por isso que também nós estamos aqui no posicionamento que assumimos apontando algumas coisas que agora dependem do MEC ou dependendo do que se escolha, também do Congresso. Mas, embora sejamos ainda atores relevantes e

ativos, não quero arriscar a dizer que chegamos ao máximo daquilo que poderíamos ter feito, mas muito do que deveríamos ter feito já foi feito. E o ponto em que nós nos encontramos agora exige o envolvimento de outros atores que, conforme eu já disse, não estando presentes em anos anteriores e agora diante de uma mudança de posicionamento, apontam para um cenário muito favorável ao aprimoramento dessa reforma, porque são atores dispostos a sentar a uma mesa, ouvir, debater e encaminhar a síntese dessas propostas. Os desafios, eles são muito relevantes, muitos são antigos. É importante a gente separar o que é causado pela reforma do que é colocado na conta da reforma, porque são duas coisas completamente distintas. Não é raro que algumas coisas são colocadas na conta da reforma por quem tem um posicionamento crítico à reforma, sendo estas coisas parte de uma agenda anterior. Então é importante também a gente ter a clareza do que nós estamos falando. E para superar esses desafios será essencial, Maurício, os demais, o apoio técnico e financeiro do MEC aos Estados, assim como um robusto monitoramento e coordenação nacional, além de políticas que vão além dessa arquitetura curricular, inovadora, estruturalmente reformadora para a superação dos principais desafios dessa etapa.

O caminho é para frente, portanto, já adianto, como estava na nossa nota, que somos totalmente contrários à revogação do novo Ensino Médio, para falar de forma bem clara, mas é um para frente, progressivamente, e melhorando passo a passo com o apoio daqueles que estão juntos nesse processo, aquilo que nós oferecemos aos nossos estudantes hoje em cada uma das unidades da Federação. Por fim, claro, não preciso nem dizer, mas apenas porque está ali, não quero deixar de ler, a gente segue totalmente comprometido com a implementação dessa política. E veja, agora menos, mas há algum tempo atrás eu vinha sendo bastante entrevistado pela imprensa e achava curioso, porque parecia que a reforma era do Consed. Me parece, às vezes curioso isso, porque o fato de a gente defender alguns pontos naquela coisa tanto binária, quem é contra, quem é a favor, o Consed parece ser a favor, e aí a reforma é a reforma do Consed. Nós sempre entendemos que a reforma era do país, de repente ela virou do Consed. Então, queria dizer que a reforma não é do Consed, mas o Consed valoriza o esforço da reforma, porque foi um esforço nosso também. Mas o Consed não é acrítico nesse processo, a gente sabe muito bem, sabe antes da consulta. Nós não descobrimos quais eram as fragilidades da reforma quando veio a consulta.

A gente sabe porque, sendo os que na ponta implementam, vemos todos os dias as dificuldades da implementação. Então, a consulta oportuniza, secretário Maurício, essa condição de a gente verbalizar isso de forma pública, oficial e propositiva nesse espírito de compromisso nosso com a implementação da política. Bom, eu vou pular isso, é basicamente o histórico a que eu me referi na minha fala para mostrar que, ao longo dos meses de abril, maio, junho, houve um esforço nosso com os técnicos que estão aqui, com os secretários, para chegarmos a essa reunião de hoje. Premissas a serem mantidas em uma revisão. Como é isso, diante do que a gente entende que nos encontramos?

Manutenção da flexibilidade curricular e escolha do estudante, manutenção da articulação com o EPT, formação geral básica estruturada nos referenciais locais, mas orientada pela BNCC, então, referenciada nas diferenças de cada Estado, mas sem que isso signifique que são coisas soltas. Projeto de vida como estruturante da proposta pedagógica, aumento da carga horária com progressividade para a oferta de ensino em tempo integral, o que se coaduna com a política também de fomento ao tempo integral recentemente lançada pelo Ministério. Relação com os anos finais do Ensino Médio, isso acho que talvez escape a discussão daqui e, em muitos Estados até ao próprio esforço do Estado, porque em vários lugares essa matrícula já é do município, mas é importante ter em mente que o estudante que chega ao Ensino Médio não chega vindo de lugar nenhum, ele chega oriundo dos anos finais do ensino fundamental e é importante que a gente comece a olhar também de uma forma articulada e estruturada o que acontece nos anos finais, porque é esse estudante depois que chega ao Ensino Médio reformado que estamos discutindo e/ou à escola em tempo integral, que para ele é uma ruptura ainda muito maior em várias situações em relação ao que ele vivenciava nos anos anteriores. E revisão das avaliações, Enem e Saeb à frente, de acordo com as diretrizes da reforma do novo Ensino Médio. Bom, aqui tem um quadro, esse quadro sintetiza o que vem aqui. Então eu não vou falar do quadro, eu vou falar do que vem aqui. Nós temos então, só para que todos saibam o tanto que isso vai gastar, 11 slides como esse. E aí termina a apresentação. Eu sei que todo mundo já sabe a questão, já conhece a questão, mas até para fim de registro e para ficar mais compreensível, eu vou pedir licença a vocês para ler o que está no box para depois trazer a proposta do conselho e farei isso nos slides seguintes.

Então, a questão 1 da consulta era, atualmente a lei determina um tempo de 5 horas por dia ou 1.000 horas por ano com carga horária mínima do Ensino Médio. Progressivamente deve se alcançar o total de 4.200 horas, no mínimo. A expansão das matrículas em tempo integral é uma premissa importante. Todavia, é importante que sejam definidas formas de atendimento dos estudantes do ensino noturno e da educação de jovens e adultos que não produzam exclusão escolar e que favoreçam sua permanência na escola e orientações curriculares capazes de associar a expansão da jornada a uma concepção de educação integral comprometida com o desenvolvimento global dos estudantes. Os encaminhamentos do Consed a título de proposta nesse item 1 são a necessidade de elaboração de orientações para a organização da oferta do Ensino Médio noturno IEJA em parceria com o Consed e preservando a autonomia das redes para o planejamento e para a oferta dessas matrículas, a elaboração de diretrizes para a educação integral em parceria com Consed, preservando da mesma forma a autonomia das redes para o planejamento e a oferta. E a elaboração de diretrizes para a educação em tempo integral, a gente fez questão de diferenciar uma vez que a educação integral é uma premissa para as demais ofertas, independente de serem em tempo integral ou não. De novo, em parceria com o Consed, mais uma vez preservando a autonomia das redes estaduais para planejamento e para oferta.

Com relação à questão 2, a proposição era a seguinte, a formação geral básica, que é ofertada a todos os estudantes, foi limitada a 1.800 horas do total de carga horária do Ensino Médio. Para as outras 1.200 horas, o que se propõe é um conjunto flexível de disciplinas, compondo itinerários formativos por área de conhecimento, na perspectiva de acolher interesses, necessidades e escolhas dos jovens. Na análise da implementação vivida até aqui, há evidências de que esse arranjo possa estar gerando um comprometimento da formação geral básica dos jovens. Assim, seria importante, primeiro, entender o tempo destinado à formação geral básica dos estudantes, alcançando a proporção de no mínimo 70% do tempo destinado ao Ensino Médio de tempo parcial, 2.100 horas, e, segundo, permitir arranjos específicos para a oferta de itinerários ligados à formação técnica e profissional que exijam para a certificação uma carga horária superior a 900 horas. Aqui uma pequena pausa antes de eu ler a proposta. Existe uma decisão que precisa ser tomada. Se no que diz respeito a essa questão, que é uma questão fundamental na reforma, todas são, mas acho que essa é uma questão bem de fundo, se nós vamos mexer com a lei ou se não vamos mexer com a lei e vamos seguir por um caminho de alterações infralegais. Me parece que não há um consenso em relação a isso e, portanto, a nossa proposta se baseia na premissa de que não deveria ser pela mudança na legislação que nós deveríamos seguir, por entender que há uma incerteza entre o que começa a tramitar no Congresso e o que sai do Congresso, e, portanto, um risco que vem junto dessa incerteza, e uma incerteza contra o tempo de tramitação. O que, num cenário em que esse projeto de lei pudesse ficar muito tempo tramitando nos deixaria numa desconfortável situação e não é a nós secretários viu, é sobretudo aos estudantes. Imaginem o Enem e um PL tramitando no Congresso sem prazo e com um desfecho fecho incerto em que ele entra com uma mudança que sai daqui e sai de lá com uma coisa que nem foi debatida conosco. Então, basicamente, o que nós estamos dizendo é que, diante dos riscos que isso representa, a nossa posição é que busquemos uma mudança infralegal. E aqui, também para responder a essa questão dois, a nossa proposta é que nós tenhamos as 1.800 e não mais as 1.200, mais 900 de outro lado, seguindo os dois itens do box, temos 1.800 com o interesse que ela seja de 2.100 horas e no mínimo, 900 do outro lado, dos itinerários formativos. As 300 horas restantes, que hoje estão nos itinerários, ficariam como horas complementares e ajustáveis, que poderiam ou ser complementares à formação geral básica, totalizando 2100, ou serem complementares aos itinerários, totalizando 1.200 a critério da rede, dentro daquilo que ela entendesse que era importante trabalhar nessas 300 horas complementares. Com isso, a gente garantiria que aquilo que se busca responder em relação à formação geral básica seria possível. Ao mesmo tempo, também, a necessidade de atender algumas situações concretas dos itinerários também seria possível. Mas isso dentro da liberdade de cada rede, de dialogando com as suas escolas, poder dar o encaminhamento necessário e, sobretudo, com a segurança de que isso não passaria pelo Congresso Nacional. Portanto, a nossa proposta é que a formação geral básica se mantenha com 1.800 horas e os itinerários se mantenham com 1.200, porque é o que está estabelecido, das quais, dessas 1.200, 300 horas seriam, como está ali na figura à

direita, ajustáveis, sendo permitida tanto a sua utilização para a formação geral básica quanto para os itinerários, de acordo com as necessidades estabelecidas por cada secretaria e aí uma proposta de encaminhamento legal para que isso pudesse nos normativos infralegais ter legalidade e a gente poder seguir nessa direção.

A questão 3, embora a tradição legislativa brasileira no campo da educação seja delegar aos Estados e municípios a composição dos componentes curriculares que será ofertada na educação básica. Certas disciplinas do currículo apareciam no cenário anterior à reforma como obrigatórias na perspectiva de garantir que os estudantes tivessem acesso a determinadas ciências que nem sempre marcavam presença no Ensino Médio. A lei 13.415/2017 definiu a obrigatoriedade de disciplinas como língua portuguesa, matemática e língua inglesa, mas, ao mesmo tempo, modificou a expressão disciplinas de sociologia e filosofia para estudos e práticas de sociologia e filosofia. Como exemplo, apenas. É preciso equalizar essa situação de modo a definir à luz da BNCC que área curricular de ciências humanas e sociais aplicadas deverá ser composta, que a área deverá ser composta, no mínimo, pelos componentes curriculares de Sociologia, Filosofia, História e geografia, com oferta obrigatória no Ensino Médio. Definir à luz da BNCC que a área curricular de Ciência da Natureza e suas Tecnologias deverá ser composta, no mínimo, pelos componentes curriculares de Biologia, Química e Física. E a mesma coisa, para ganhar tempo, a área de linguagens pelos componentes de Língua Portuguesa, Inglesa, Artes e Educação Física. Acho que parte desse desafio acaba sendo respondido pelo slide anterior, na medida em que a gente cria as condições de, com 300 horas ajustáveis, ampliar a formação geral básica e, com isso, viabilizar a volta de alguns componentes que perderam espaço pelo motivo prosaico de que não há hora para todo mundo. Lembrando sempre, isso foi dito aqui pela manhã, de que também é preciso mudar a nossa própria mentalidade em relação ao que nós estamos olhando, porque nós já não estamos olhando mais para componentes e sim por áreas. Os componentes formam as áreas e as áreas como estudos interdisciplinares, é aquilo que mais nos interessa. Então, de fato, se ficarmos na perspectiva faltará a hora e, de certa maneira, precisaríamos voltar à carga horária anterior, que nem de 2100 eram, teria que ser até mais, para que a gente pudesse ter a mesma quantidade de horas para todo mundo. E, como eu costumo dizer, nenhum professor vai dizer que sua disciplina precisa de menos horas do que tinha. Então, o problema já de partida está estabelecido. Quem vai perder essa hora? Se será história, se será biologia. Então, é um problema estrutural, é um desafio estrutural, mas que não se resolve nem com as 2.100 horas, mas a gente consegue resolver isso ou atenuar isso com a proposta do slide anterior. Mas, no que diz respeito especificamente à definição dessa composição das áreas, nossa posição é a definição dos componentes curriculares e a distribuição da carga horária entre eles deve ser de competência de cada rede de ensino. Os componentes citados na proposição e também a matemática já têm suas aprendizagens essenciais obrigatórias para todos, uma vez que constam na BNCC na etapa do Ensino Médio. Esta promove a integração dos saberes, explicitando o que os estudantes devem saber para fazer de maneira integrada.

Definir componentes compromete o espírito da BNCC de integração por área do conhecimento e não endereça desafios relevantes para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas na parte comum do currículo do Ensino Médio, mas apenas engessa as possibilidades de planejamento e gestão das redes de ensino dentro da flexibilidade estabelecida pela própria BNCC. Então, a não ser que a gente esteja falando dessa mudança da BNCC. Então, se não estamos falando disso, nosso posicionamento coerente com a base é este. Uma vez que, para nós, a autonomia das redes para organização e oferta dos componentes deve ser assegurada, sendo inexistente qualquer impedimento para que estas redes ofertem os componentes curriculares mencionados.

A questão 4 fala sobre a flexibilização curricular do Ensino Médio, como uma proposta importante, presente no debate da gestão pública há algumas décadas. E nessa flexibilidade, há casos de boas práticas em nível internacional e nacional, mas os processos de flexibilização curricular requerem cuidado, sobretudo em contextos em que há forte desigualdade, caso em que esta etapa pode produzir mais desigualdades e prejudicar os estudantes que estão mais vulneráveis. A implementação, ainda que incompleta, do Novo Ensino Médio aponta esse risco que o Consed sempre, inclusive, reconheceu, até mesmo quando falava do Enem, e de tal modo que, na consulta, a provocação é que seria importante estabelecer parâmetros mais detalhados para a proposição e inclusão das disciplinas eletivas no currículo do Ensino Médio e construir de maneira colaborativa em parceria com as redes estaduais, repositórios para o compartilhamento e aprendizagem cruzada em torno da flexibilização curricular. Nossa proposta, elaboração de base dos itinerários formativos para reforçar o uso de um orientador comum nacional que mitigue a desigualdade entre as redes na parte dos itinerários. Isso, inclusive, vai ter um rebatimento na hora de pensar o Enem, como vamos avaliar o segundo dia. A base deve ser definida em comissão representativa, incluindo, claro, o Consed. Este documento orientará a readequação da produção dos itinerários, a formação inicial e continuada de professores, a matriz do Enem, do Saeb, as regras do PNLD. Então, uma vez definido nessa comissão, com presença obrigatória do Consed, no nosso entender, a base, o que nós estamos chamando de base dos itinerários formativos, este é um documento que vai se desdobrar não só nesta questão 4, mas para além dela, numa série de outras ações correlatas e que fazem parte do escopo da reforma como um todo.

A questão 5. No Brasil, a oferta da educação básica regular acontece tradicionalmente mesmo quando se mobilizam algumas tecnologias de informação e comunicação. Durante o período de restrições impostas pela pandemia da Covid 19 o Brasil experimentou a oferta de situações de aprendizagem não presencial e parte dessas experiências foi mantida no retorno às aulas presenciais. O texto da Lei 13.415/2017 abre a possibilidade de reconhecer aprendizagens realizadas em EAD para integralização curricular. Se para os itinerários formativos essa composição pode trazer em certas

experiências possibilidades interessantes, no caso da formação geral básica há sério risco de comprometimento das aprendizagens, sobretudo para os estudantes que não dispõem, fora da escola, de condições objetivas para situações de mediação à distância e estudo autônomo fora da escola. Assim, é importante definir que a formação geral básica deve ser feita exclusivamente na modalidade presencial. Nossa proposta como colegiado. Devido à premissa de preservação da autonomia dos Estados e à diversidade de contextos de cada rede, que esse, inclusive, é o principal ponto, faz necessária a manutenção da possibilidade da oferta EAD, preferencialmente para os itinerários formativos, conforme estabelecido no artigo 17 da Resolução nº 3, de novembro de 2018, do do Ensino Médio. Os critérios específicos de oferta EAD devem ser definidos pelos sistemas de ensino. De acordo com os dados consolidados pelas informações dos Conselhos Estaduais de Educação, 24 unidades da Federação já elaboraram regulamentações para orientar o planejamento e oferta da educação à distância no Ensino Médio. Vale ressaltar que as regulamentações estaduais têm reforçado a garantia definida, inclusive pelo CNE do acompanhamento, e a coordenação das atividades à distância por docente da instituição educacional onde o estudante está matriculado.

Muito variadas quanto à formação e licenciatura, embora tenham conhecimento aprofundado de sua área profissional. Permitir que esses profissionais possam atuar como professores de educação técnica profissional com um processo de reconhecimento notório saber é uma possibilidade trazida pela reforma do Ensino Médio. Todavia, para evitar que essa solução seja utilizada de formas incoerentes com esse princípio, seria importante estabelecer parâmetros mais detalhados para a possibilidade de utilização do reconhecimento notório saber como critério de alocação de profissional para docência no Ensino Médio, restringindo o dispositivo aos componentes curriculares afeitos à formação técnica e profissional, com o que nós concordamos. Nossa posição é de que não há necessidade de alteração legal, nem de parâmetros mais detalhados para o notório saber, porque na sua abrangência ele permite as regulamentações nos entes subnacionais, como inclusive já tem hoje na maioria dos Estados. Consed propõe a manutenção da possibilidade de atuação de profissionais com notório saber exclusivamente para a formação técnica e profissional conforme já está estabelecido pela lei 3.415 e detalhado pela resolução número 3 a que eu já fiz referência no slide anterior. Faz necessário um monitoramento para avaliação de impacto deste dispositivo. As regulamentações e processos específicos de reconhecimento de notórios saber devem ser definidos pelo sistema de ensino por meio dos seus conselhos estaduais ou distrital de educação. Valendo a pena aqui ressaltar que a maioria das unidades da federação já publicou regulamentações para o notório saber, deixando clara a sua exclusividade de uso, no caso do itinerário de EPT, então também é uma massa documental que seria importante a gente examinar para fins de monitoramento. Passamos da metade, que é a questão 6, agora a questão 7.

Estudantes do campo, quilombolas indígenas, jovens ribeirinhos, jovens com deficiência e outros públicos não hegemônicos enfrentam o desafio de acessar e permanecer no Ensino Médio em condições de desigualdade estrutural. O modelo proposto pela reforma do Ensino Médio delegou aos Estados a definição das formas pelas quais esses públicos seriam incluídos nas transformações propostas. Esse processo aconteceu de forma heterogênea e desigual e a gente reconhece isso, viu? E os riscos disso para o aprofundamento da desigualdade sobre um público que nessa desigualdade já tem sido muito prejudicado, introduzindo camadas adicionais de estratificação da oferta e do atendimento educacional. De certa forma, é importante estabelecer orientações operacionais específicas para a oferta do Ensino Médio para juventudes do campo, quilombolas, indígenas, ribeirinhas com deficiência e outros públicos não hegemônicos, de forma a assegurar a equidade educacional nesta etapa da educação básica. Proposta do Consed. Elaboração de orientações específicas para a organização da oferta do Ensino Médio. E aí, repetimos, os mesmos públicos, com o MEC oferecendo suporte às redes no planejamento e implementação dessas ofertas, bem como apoio técnico e financiado. No entanto, e aqui não é a título necessariamente de busca de protagonismo, não é essa a nossa posição, mas de referenciar o local para realidades que são muito distintas. Quando falamos do campo, quando falamos do campo, dos quilombolas, dos indígenas e cada um desses públicos se apresenta de forma bastante heterogênea no meu Estado, nos Estados aqui representados e, por isso, qualquer orientação, ela deve preservar a autonomia das redes para que estas definam os parâmetros operacionais e as concepções dessas ofertas. Mas as orientações específicas para essa organização é algo com que, com o apoio do MEC, nós concordamos integralmente.

A questão 8. Parte das transformações propostas no novo Ensino Médio dependem da melhoria substancial das condições de infraestrutura física e pedagógica das escolas. Tal processo tem sido liderado pelas redes estaduais de ensino com diferentes graus de velocidade e capacidade de execução. Nesse contexto, o esforço que precisamos fazer para tornar as escolas de Ensino Médio em ambientes potentes de aprendizagem, deve considerar a definição de parâmetros mínimos de qualidade da infraestrutura física e pedagógica das escolas, a reconstrução de uma política de investimentos articulada, unindo o governo federal e os governos estaduais, para melhorar os prédios escolares existentes e disponibilizar recursos pedagógicos e de tecnologia. Aqui é o típico caso de uma situação anterior que se mistura com um desafio novo, porque os problemas da rede física escolar, eles já eram presentes, eles não se resumiam ao Ensino Médio e, ainda que o novo Ensino Médio assim como a educação em tempo integral, traga algumas necessidades que exigem um olhar mais atento à questão da rede física, do ponto de vista do direito do estudante, o direito a ter uma escola de qualidade estava posto desde sempre. E, portanto, este problema, que é real, é muito anterior à reforma do Ensino Médio. Aqui nós precisaríamos só discutir se nós precisamos colocar algo antes da reforma, porque aí a reforma, ela por uma questão não pedagógica, a rede física escolar, ela já é enterrada, porque, de fato, como diz o próprio texto da consulta, as realidades

são muito distintas, por mais que exija um esforço articulado, que até aqui tem sido feito basicamente pelas redes estaduais, isso gasta tempo, muito tempo, todos que são e foram secretários aqui sabem disso, e nesse sentido a gente reconhece, mas faz algumas observações no sentido de isso não ser um pré-requisito. E nossa proposta tem o seguinte texto. "Há necessidade de investimentos para a melhoria da infraestrutura das escolas, independentemente da oferta. Esta infraestrutura já se encontrava em situação desafiadora para atendimento aos estudantes do Ensino Médio". Em momento anterior à reforma, o Consed entende que propor parâmetros mínimos, a gente usou aqui, para ficar bastante claro, a expressão do texto da consulta, embora entendamos que, conceitualmente, parâmetros iniciais ou básicos seja mais apropriado. Então, o Consed entende que esses parâmetros mínimos, iniciais, básicos, para a diversidade de cenários e realidades educacionais escolares do Brasil, como pré-requisito para a implementação da reforma, inviabiliza sua implementação. Quaisquer parâmetros mínimos de qualidade devem ser estabelecidos e merecem ser, a partir de um plano nacional de investimento, suficientes para alcançá-los, tanto no tempo quanto nos recursos que têm que ser enviados para isso, estruturado em regime de colaboração, ou seja, MEC com as unidades da federação.

Questão 9, já partindo para o final, um ponto crucial é a formação inicial e continuada de professores e gestores educacionais. Desculpem já o erro aqui, porque já começa a bater um cansaço dessa leitura. Desde a formação inicial nos cursos de licenciatura até a formação permanente ou continuada realizada pelos sistemas de ensino, os princípios, a concepção pedagógica, as práticas de ensino inclusiva, interdisciplinares e contextualizadas, inclusivas, interdisciplinares e contextualizadas e os processos de avaliação formativa são elementos fundamentais do processo de desenvolvimento profissional dos docentes. Assim seria importante reorganizar as regras que definem como devem ser os cursos de licenciatura para a formação de professores e gestores nas faculdades de educação, orientar a formação dos professores nos cursos de licenciatura numa lógica interdisciplinar de modo convergente à organização do Ensino Médio por área de conhecimento, construir, a partir da articulação entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Estado da Educação e as instituições de ensino superior, um programa de formação continuada especial para professores e gestores que atuam no Ensino Médio. De novo aqui nesse ponto também um breve parênteses, nós do Consed assinamos junto com a UNDIMI há poucos dias, encaminhamos ao Ministério da Educação nosso posicionamento nesse tema da formação de professores sobre a formação à distância. Não que ela não tenha seu lugar, porque isso seria até contraditório com nossa própria fala a respeito do EAD quando falamos do Ensino Médio, mas aquela formação à distância que não tem nenhuma qualidade. Aquela totalmente à distância, sem estágio, sem conexão com a escola e que inundam as nossas redes hoje, sejam elas estaduais e municipais, de profissionais que não têm o propósito de complementar a formação inicial, porque ela, a inicial, é extremamente fragilizada para ser, assim, muito elegante no termo que eu estou empregando.

Então, não é o assunto aqui, mas só quero dizer que, no que diz respeito à formação, isso não tem a ver, vejam vocês, com o Ensino Médio, tem a ver com a Undime. Eu e o presidente Luiz Miguel assinamos e encaminhamos ao MEC recentemente este ofício. No que diz respeito ao que está aqui, nossa proposta para a formação inicial é a de que há necessidade, nossa posição é de que há necessidade de reorganizar as regras que definem como devem ser os cursos de licenciatura para a formação de professores e gestores nas faculdades de educação e orientação à formação dos professores nos cursos de licenciatura numa lógica interdisciplinar. Esta regulamentação deve ser elaborada de maneira alinhada a medidas que promovam a execução das alterações. Formação continuada, nosso posicionamento é de que há necessidade de apoio do MEC para a oferta de cursos elaborados conjuntamente com o Consed, claro, no que diz respeito ao novo Ensino Médio, e para financiamento de ações formativas promovidas pelas redes estaduais de ensino. Penúltima questão. As transformações no Ensino Médio exigiram também uma reestruturação do Enem. Então, o Enem é uma questão aqui. E aqui estamos diante de uma coisa, sem prejuízo às anteriores, mas junto com a distribuição da carga horária, o Enem é algo também muito... Que pode ser muito estratégico, pela delicadeza, pela repercussão que essa decisão tem. Essa é uma dimensão, o Enem, complexa da política porque impacta diretamente a equidade e a justiça no acesso ao ensino superior. Sobretudo, a comparabilidade para fins de concorrência de redes que estão atuando de forma heterogênea entre si. Esse é o maior problema e o maior desafio. Considerando que se trata de uma avaliação nacional, é importante que os conteúdos, habilidades e competências avaliadas tenham uma referência comum. Nesse sentido, é importante que a matriz de avaliação do ENEM seja organizada a partir do que está estabelecido na base nacional como um curricular para a formação geral básica e habilidades essenciais para o sucesso na Educação Superior. Adicionando à nossa proposta de uma base para os itinerários, já falada em slides anteriores, e que pode servir também como referência mínima para o que seria o segundo dia do Enem sem que ele ficasse tão solto e um pouco incerto como hoje nós estamos aí diante desse desafio.

Bom, a reestruturação do Enem, nossa proposta, não deve se limitar à adequação da matriz de avaliação à base nacional comum curricular para a formação geral básica, mas deve também contemplar os itinerários formativos, sejam eles as áreas, as áreas de forma integrada ou a educação profissional e tecnológica, que os estudantes escolheram no novo Ensino Médio. Itinerários representam a diversidade de interesses, aptidões e projetos de vida dos jovens, lembrando as premissas nossas e a centralidade que o IPV tem na proposta que a gente está defendendo. E, portanto, devem ser valorizados como parte integrante da sua formação, conseqüentemente, também como critério para acesso ao ensino superior.

Por isso, no primeiro dia, nossa proposta é que haja uma avaliação com itens por área de conhecimento para avaliação da formação geral básica destinada à avaliação do Ensino Médio e mais redação. E acho que aqui é o menor dos nossos problemas. O desafio maior

fica por conta mesmo do que é o segundo dia, em que a nossa proposta se repete. Então o texto é o mesmo, ali eu estou só passando a explicação do quadro abaixo. Em que a nossa proposta enfatize os itinerários formativos e, diante da diversidade que eles têm, olhá-los a partir do que eles têm em comum, que são os eixos estruturantes, quais sejam investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural e empreendedorismo. Lembrando que nos normativos, todo e qualquer itinerário seja ele por área, seja ele de APT ou mesmo as áreas de forma integrada, as redes precisariam obrigatoriamente, é a nossa base comum, é o nosso chão em que é possível fundamentar o segundo dia do Enem para olhar ofertas que, como nós dissemos, são na casa de 302 possibilidades Brasil afora. Então, como é que você normaliza isso? Pegando o que tem de comum. E dentro do que tem de comum, que são os eixos, avaliando alguns parâmetros, nós trouxemos apenas dois como exemplos, podem ser mais, não precisam ser estes, mas são apenas exemplos do que seriam os parâmetros de avaliação. Então, alguém que tenha feito o itinerário de Ciências Humanas teve, presumivelmente, que passar por esses quatro eixos ao fazer este itinerário. Nossa ideia é que ele pudesse ser avaliado com base, por exemplo, na leitura e no pensamento crítico, na resolução de problemas, referenciado àquilo que ele fez dentro da flexibilidade que cada rede teve para organizar a sua oferta. A partir de 2024, segundo dia de avaliação do Enem, deve seguir o princípio de elegibilidade, de acordo com o aprofundamento curricular escolhido. Área de conhecimento integral, integrado ou EPT. Isso aqui, que está sobrando uma vírgula ali entre o Enem e o DEV, só para a gente corrigir, e está pequenininho, é onde o diabo mora. Porque é preciso ter em mente que um ENEM no ano que vem, que só trate da formação geral básica, vai desconsiderar uma das principais mudanças introduzidas pela reforma, que é a sua flexibilização. Então, nossa posição é que, ainda que haja um processo de construção que siga – e é isso que vai acontecer certamente, por 2025, por 2026, até que chegamos a um ponto de maturidade, que já em 2024, nós, na nossa posição, não abrimos mão da defesa de que já em 2024 tenhamos um Enem que, no seu segundo dia, não contemple um Enem que não contemple apenas a formação geral básica, mas no seu segundo dia também os itinerários e aqui apenas no tempo que nós temos até lá.

Então, mas a questão 10 ainda faz uma referência ao Saeb e aqui é preciso como numa esteira, botar as coisas no tempo. Então, se nós estamos aqui em 23, discutindo o que estamos debatendo num horizonte de curto prazo em 24 com a necessidade de implementar mudanças no Enem, o Saeb, que não vai mudar esse ano para se adequar ao novo Ensino Médio, é o nosso desafio para 2025. E aí nós precisamos pensar na possibilidade, ou podemos pensar na possibilidade de utilização dos resultados da avaliação do Enem no seu primeiro dia para a do Saeb, claro, desde que garantida a participação censitária, com suporte logístico garantido a todos os estudantes, porque são dois exames que hoje se prestam a objetivos diferentes e, portanto, enquanto um é voluntário, a participação é voluntária e o outro é censitária, e a necessidade de a gente avaliar a implementação da base dos itinerários com o objetivo de monitorar a política

do novo Ensino Médio. Então, para pensar o Saeb como uma avaliação que vai e, dentre outras coisas, olhar para a qualidade desse itinerário em 2025, a gente tem que monitorar os itinerários. Então, é um pouco no segundo ponto dessa provocação que a gente está fazendo. E, finalmente, para terminar, a última questão. Ela diz o seguinte. "Processos de avaliação institucional participativa da qualidade da oferta educativa são instrumentos bastante consistentes de melhoria contínua dos sistemas de ensino. No Brasil, uma tradição importante nesta agenda são os indicadores de qualidade da educação infantil e os indicadores de qualidade do ensino fundamental. Esses instrumentos, nascidos da conjunção de esforços do governo com a sociedade civil, avançaram no último quadriênio com a proposição dos indicadores de qualidade do Ensino Médio. Parceria liderada pelo Unicef com a organização não governamental Ação Educativa, além do Ministério da Educação e o INEP. Na perspectiva de apoiar o processo de melhoria continuada da oferta do Ensino Médio, seria interessante, primeiro, disponibilizar a metodologia e indicadores de qualidade da educação básica e Ensino Médio para uso dos sistemas de ensino das escolas e, dois, oferecer formação para a utilização da metodologia no MEC. Proposta do Consed. A avaliação institucional participativa é uma ferramenta poderosa para identificar áreas educacionais que precisam ser melhoradas e para orientar a tomada de decisões dos gestores escolares. A metodologia de utilização dos dados de monitoramento é crucial para garantir que as informações coletadas sejam usadas de forma eficaz na implementação da política educacional. Nesse sentido, o Consed entende que a proposição apresentada é uma medida importante para apoiar o processo de melhoria contínua da oferta do Ensino Médio no Brasil. A disponibilização da metodologia e dos indicadores, juntamente com a formação para sua utilização e o apoio do Consed, pode ajudar a garantir que a avaliação institucional participativa seja implementada de forma eficaz. Efetiva em todo o país. Meu agradecimento a essa altura, gente, sobretudo a paciência de vocês por ouvir com tanta atenção, com tanto respeito o nosso posicionamento. E, como eu disse, aquele quadro que eu pulei resume tudo isso que a gente foi detalhando aqui nos 11 slides. Tá bom? Obrigado. O café está pronto, pessoal? Enquanto o pessoal do apoio só termina, a gente colocou tudo isso em um documento. Estamos assinando e vamos entregar formalmente a vocês na forma de um texto corrido. De qualquer maneira, o PowerPoint está à disposição.

Secretário Maurício

Bem, amigos, técnicos, secretários, todos esses integrantes do Consed. Nós vamos aqui encaminhar a nossa oitiva para a finalização. Achei muito bem organizada a forma de expressão do pensamento do Consed, está muito claro como o Consed vê e se vê dentro dessa conjuntura. E o que ele propõe... Eu recebi o documento na forma textual. Também, o pessoal aqui do Consed já falou, o Eduardo, que vai me enviar a apresentação em PowerPoint, uma vez que ela está muito didática, fica muito mais fácil a gente analisar, na leitura, diagnóstica e na proposta do Consed. E, com certeza, da mesma forma que nós leremos com atenção as outras contribuições, nós também o faremos com

relação às contribuições do Consed. Com um diferencial que o professor Curi também já expressou aqui. Que o Consed possui por seu lugar, por sua responsabilidade de ser o provedor da oferta pública de Ensino Médio no Brasil, ele prover 90% da oferta de Ensino Médio público, ele é um interlocutor que tem muito mais relevância do que qualquer outro, no sentido de que ele também se ocupa de investimentos, de formação, de reorganização de rotinas, de formação de pessoas. Então, é óbvio que a gente tem aí um peso a mais, acrescentam um peso a mais no que vem como resposta do Consed para a nossa consulta. Hoje a gente conclui a agenda de consultas e sexta feira nós também concluímos a consulta que está sendo realizada por meio do canal WhatsApp. Foi uma consulta que está sendo, uma vez que termina sexta- feira e tem muitas redes ainda ativas, por motivos mais diversos, reposição de greve, calendário mesmo da rede, que às vezes é diferente. Pelo canal do WhatsApp continua até sexta feira. E foi uma surpresa muito grande para a gente, uma surpresa positiva. A gente estava ali avaliando, entre o realismo e o sonho, a gente estava avaliando de 50 a 100 mil respostas. Estamos com 120 mil respostas hoje e ainda com quatro dias para receber respostas. Então, creio que vai ser um... Ela vai prover para a gente um subsídio muito relevante do ponto de vista do número de manifestações, tanto de alunos como de professores, como de gestores, e inclusive o que nos chamou a atenção de outras pessoas que não... Vamos dizer, talvez interessadas, que podem ser pais, podem ser técnicos. A gente não quis entrar em detalhes também de quem eram as pessoas que estavam se manifestando nesse grupo aí. E cremos que não só pela quantidade ou peso dessas respostas, mas também pela possibilidade de fazer um tipo de análise reversa, uma análise amostral reversa, a gente vai poder fazer análises usando um público de respostas representativas do Estado inteiro. Se eu tenho um número de respostas bem substancial de um Estado X, eu também posso falar com aquele número de respostas, falar que aquelas respostas ou uma parte delas representam de forma calibrada a resposta do Estado inteiro. Então a gente está feliz com isso, está feliz de estar terminando hoje essa oitiva e o webinar e, ao mesmo tempo, começando a nos preparar para o processo que vem em seguida, que é de análise e sistematização de todos os documentos para organizar um relatório. Da minha parte, reitero a gratidão pelo trabalho de vocês, da equipe de avaliação, da equipe de Ensino Médio do Consed, e, óbvio, dos secretários que lideram esse processo. E, em atenção, aqui, conversando com o professor Vitor e ouvindo também aqui o Rossieli, a gente está entendendo que não deve alongar mais aqui o nosso evento, até porque muitos já estão na hora de ir para o aeroporto, e essa hora, Brasília, ir para o aeroporto é uma coisa maravilhosa, com exceção dessa hora que vai de 5h30 da tarde até 7h da noite. Então, sou grato, mais uma vez, ao Vidal Vitor e tenham todos uma boa viagem.